

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA SEGUNDA EMISSÃO DA



Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom

Companhia Aberta – CVM nº 21032
CNPJ nº 71.208.516/0001-74 – NIRE 313.000.117-98
Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, Uberlândia, Minas Gerais

R\$293.985.000,00

293.985 Debêntures
Classificação de Risco Standard & Poor's: "brAA-"
Código ISIN das Debêntures da 1ª Série: **BRCTBCDBS015** Código ISIN das Debêntures da 2ª Série: **BRCTBCDBS023**

A **Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom** ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 293.985 (duzentas e noventa e três mil, novecentas e oitenta e cinco) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, em regime de garantia firme de colocação, da segunda emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 293.985.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de setembro de 2012 ("Debêntures", "Oferta" e "Data de Emissão", respectivamente), observado que o montante inicial de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), foi aumentado em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e Debêntures Suplementares (conforme abaixo definidas), sob a coordenação do Banco Votorantim S.A. ("Votorantim", ou "Coordenador Líder"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, "Coordenadores", nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures, sendo certo que serão utilizados mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros.

A quantidade de Debêntures poderia ser aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo), a critério da Emissora, com a prévia concordância dos Coordenadores, em razão da demanda apurada no referido Procedimento de Bookbuilding (conforme definido abaixo) (i) em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"), sendo que a Opção de Debêntures Adicionais, foi parcialmente exercida pela Emissora, o que representou um aumento de 40.985 (quarenta mil, novecentas e oitenta e cinco) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas; e (ii) em até 15% (quinze por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida ("Debêntures Suplementares"), nos termos do artigo 24 da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Lote Suplementar"), sendo que a Opção de Lote Suplementar foi integralmente exercida pelos Coordenadores, o que representou um aumento de 33.000 (trinta e três mil) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas. As Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares terão as mesmas características das Debêntures originalmente ofertadas, e serão distribuídas pelos Coordenadores sob regime de melhores esforços. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração (conforme termo definido neste Prospecto) desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição ("Preço de Integralização").

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de setembro de 2012 ("RCA"), conforme proposta da Diretoria da Companhia formalizada em Reunião realizada em 6 de agosto de 2012 ("RD"), nos termos do inciso XI do artigo 10 seu estatuto social. A ata de RCA foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG"), e no jornal Correio de Uberlândia, em 21 de setembro de 2012, e foi devidamente arquivada na JUCEMG em 26 de setembro de 2012 sob o número 4931495.

A emissão das Debêntures é regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central" ("Escritura" e/ou "Escritura de Emissão"), celebrado entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") representando, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"), em 19 de setembro de 2012. A Escritura foi devidamente registrada na JUCEMG em 26 de setembro de 2012, sob o número ED.000.126-1/000.

Este prospecto ("Prospecto" e/ou "Prospecto Definitivo") não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.


O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicações.

Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência"). O Formulário de Referência encontra-se disponível para consulta no website da Emissora, <http://www.cvm.gov.br> e <http://www.bmfbovespa.com.br>. Para informações detalhadas de acesso em cada um destes websites, ver seção "Introdução - Documentos e Informações Incorporados a Este Prospecto por Referência", deste Prospecto.

OS INVESTIDORES DEVEM LER AS SEÇÕES "4. FATORES DE RISCO" E "5. RISCOS DE MERCADO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CUJO CAMINHO PARA ACESSO ESTÁ INDICADO NA SEÇÃO "INTRODUÇÃO" ITEM "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA", DESTE PROSPECTO, E A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO AO INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

A Oferta foi registrada pela CVM em 24 de outubro de 2012, sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/035 para as Debêntures da Primeira Série e em 24 de outubro de 2012, sob o nº CVM/SRE/DEB/2012/036 para as Debêntures da Segunda Série.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE DAS DEBÊNTURES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

 A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADOR LÍDER



COORDENADOR



COORDENADOR



[página intencionalmente deixada em branco]

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA	9
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA	11
GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES.....	13
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO.....	21
2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	23
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	25
3. IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	41
IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS CONSULTORES JURÍDICOS E DOS AUDITORES INDEPENDENTES	43
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	44
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	45
COMPANHIA	45
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA	47
BANCO VOTORANTIM S.A. – COORDENADOR LÍDER.....	47
ATIVIDADE DE INVESTMENT BANKING DO COORDENADOR LÍDER	47
BANCO ITAÚ BBA S.A.	48
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	50
4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....	55
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....	57
COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL.....	57
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	57
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	57
COLOCAÇÃO	57
COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO (<i>BOOKBUILDING</i>).....	58
PRAZO DE SUBSCRIÇÃO	59
FORMA DE SUBSCRIÇÃO	59
FORMA E PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO	59
NEGOCIAÇÃO	59
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	60

NÚMERO DA EMISSÃO	60
VALOR TOTAL DA EMISSÃO	60
QUANTIDADE	60
VALOR NOMINAL	60
SÉRIES	61
FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE	61
CONVERSIBILIDADE	61
ESPÉCIE	62
DATA DE EMISSÃO	62
PRAZO E DATA DE VENCIMENTO	62
AMORTIZAÇÃO	62
REMUNERAÇÃO	63
DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS	72
PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO	73
REPACTUAÇÃO	73
OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO DAS DEBÊNTURES	73
RECOMPRA OBRIGATÓRIA	75
AQUISIÇÃO FACULTATIVA	77
CONDIÇÕES SUSPENSIVAS DE OBRIGAÇÕES E DEVERES RELATIVAS AO NOVO MERCADO DE RENDA FIXA	78
ENCARGOS MORATÓRIOS	78
DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS	78
LOCAL DE PAGAMENTO	79
PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS	79
VENCIMENTO ANTECIPADO	79
PUBLICIDADE	86
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	86
CONVOCAÇÃO	86
INSTALAÇÃO	86
DELIBERAÇÕES	87
REPRESENTANTES LEGAIS	87
COMPARECIMENTO DO AGENTE FIDUCIÁRIO	87
APLICAÇÃO DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES	87
CONDIÇÕES DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	88
REGIME DE COLOCAÇÃO	88
PLANO DA OFERTA	88
REMUNERAÇÃO DOS COORDENADORES OU COMISSIONAMENTO	89
PÚBLICO ALVO DA OFERTA	91

PESSOAS VINCULADAS	91
CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ.....	92
INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES	92
MANIFESTAÇÃO DE ACEITAÇÃO À OFERTA.....	93
SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA PELA CVM E ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA	93
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	95
DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA	97
CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO.....	97
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES	98
IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES	98
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER	98
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O ITAÚ BBA.....	99
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O SANTANDER.....	101
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	103
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.....	105
CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA	106
CAPITALIZAÇÃO	107
5. FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA	109
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA	111
6. ANEXOS	117
I - ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	119
II - DELIBERAÇÃO SOCIETÁRIA SOBRE A EMISSÃO E A OFERTA	141
III - ESCRITURA E ADITAMENTO	167
IV - RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES	243
V - DECLARAÇÃO DA EMISSORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	249
VI - DECLARAÇÃO DA EMISSORA, PARA FINS DO ANEXO II, ITEM Nº 11, DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	253
VII - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400.....	257

[página intencionalmente deixada em branco]

1. INTRODUÇÃO

[página intencionalmente deixada em branco]

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Identificação da Emissora	A Emissora é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital aberto, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.208.516/0001-74, com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 313.000.117-98 e registro de companhia aberta perante a CVM sob o nº 21032, como categoria B, nos termos da Instrução CVM 480.
Sede	A sede social da Emissora está localizada na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668.
Diretoria de Finanças e Relações com Investidores	A Diretoria Financeira e de Relações com Investidores da Emissora localiza-se na sede da Companhia. A Sra. Tatiane de Souza Lemes Panato é a responsável por esta Diretoria e pode ser contatada por meio do telefone (34) 3256-2010, fac-símile (34) 3236-7723 e endereço de correio eletrônico tatianes@algartelecom.com.br.
Auditores Independentes da Emissora	KPMG Auditores Independentes. Jean Paraskevopoulos Neto Av. Barão de Itapura, 950 – 6º andar – Ed. Tiffany Office Plaza 13020-431 Campinas, SP Tel. (019) 2129-8703 Fax. (019) 2129-8728
Atendimento aos Debenturistas	O atendimento aos Debenturistas é feito pela Assessora de Relações com Investidores, a Sra. Érika Marques Andrade, na sede da Companhia, por meio do telefone (34) 3256-2978, fac-símile (34) 3236-7723 e endereço de correio eletrônico erikaa@algartelecom.com.br.
Jornais nos quais divulga informações	As informações sociais referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no jornal "Correio de Uberlândia".

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA EMISSORA

Website	<p>O <i>website</i> da Emissora está disponível no endereço http://www.algartelecom.com.br.</p> <p>As informações constantes do <i>website</i> da Emissora não são parte integrante deste Prospecto.</p>
Informações Adicionais	<p>Quaisquer informações complementares sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto à Companhia em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu <i>website</i>, bem como junto aos Coordenadores e à CVM, nos endereços abaixo:</p> <p><u>Banco Votorantim S.A.</u> Avenida das Nações Unidas, n.º14.171, Torre A, 18º andar, Vila Gertrudes, São Paulo, SP</p> <p><u>Banco Itaú BBA S.A.</u> Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, Itaim Bibi – São Paulo, SP</p> <p><u>Banco Santander (Brasil) S.A.</u> Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nos 2.045 e 2.235, 26º andar, 04543-011, São Paulo – SP</p> <p><u>Comissão de Valores Mobiliários</u> Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar Centro – Rio de Janeiro, RJ ou Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares Bela Vista – São Paulo, SP</p>

**DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS
A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA**

Os seguintes documentos e as informações neles contidas ficam expressamente incorporados a este Prospecto como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

<i>Documento</i>	<i>Endereço Eletrônico</i>
Formulário Cadastral da Emissora	<p>CVM http://www.cvm.gov.br – no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”. No link, digitar “Cia Telecomunicações do Brasil Central” e clicar em “Continuar”. Em seguida, clicar em “Formulário Cadastral” e selecionar “Formulário Cadastral”. Acessar download com a data mais recente.</p>
Formulário de Referência da Emissora	<p>CVM http://www.cvm.gov.br – no item “Cias Abertas e Estrangeiras”, selecionar subitem “ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações”. No link, digitar “Cia Telecomunicações do Brasil Central” e clicar em “Continuar”. Em seguida, selecionar “Formulário de Referência”. Acessar download da versão mais recente disponibilizada.</p> <p>ANBIMA acessar: “http://cop.anbima.com.br, (neste website, (1) no campo “COP” a esquerda, clicar em “Acompanhar Análise de Ofertas” e, posteriormente, (2) clicar no protocolo “018/2012” “Cia Telecomunicações do Brasil Central.” e acessar o link referente ao último Formulário de Referência disponibilizado).</p>

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e de 2010	CVM http://www.cvm.gov.br - no item "Cias Abertas e Estrangeiras", selecionar subitem "ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações". No link, digitar "Cia Telecomunicações do Brasil Central" e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Dados Econômico-Financeiros" e selecionar "Dados Econômico-Financeiros". Acessar download das demonstrações financeiras desejadas.
Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2012 e de 2011	CVM http://www.cvm.gov.br - no item "Cias Abertas e Estrangeiras", selecionar subitem "ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações". No link, digitar "Cia Telecomunicações do Brasil Central" e clicar em "Continuar". Em seguida, clicar em "Dados Econômico-Financeiros" e selecionar "ITR". Acessar download com a data desejada.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto Definitivo, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta seção, salvo se definido de forma diversa neste Prospecto.

Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta.
Assembleia Geral	Assembleia geral de Debenturistas, à qual se aplica o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.
Aviso ao Mercado	Aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Aviso aos Debenturistas	Avisos a serem divulgados pela Emissora sobre todos os atos e decisões a serem tomados em decorrência da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas.
BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Mandatário	Banco Itaú Unibanco S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
CETIP	CETIP S.A. – Mercados Organizados.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
CMN	Conselho Monetário Nacional.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

Código ANBIMA de Atividades Conveniadas	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, datado de 9 de junho de 2010.
Código ANBIMA de Renda Fixa	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa, de 1º de outubro de 2011.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Código de Processo Civil	Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, em Duas Séries da Segunda Emissão da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.
Contribuição Social	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
Convênio CVM-ANBIMA	Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, Regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a ANBIMA em 20 de agosto de 2008, conforme alterado.
Coordenadores	Em conjunto, Votorantim, Itaú BBA e Santander.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de setembro de 2012.
Data de Subscrição e Integralização	Após a publicação do Anúncio de Início as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data.
Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série	15 de setembro de 2017.
Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série	15 de setembro de 2019.

DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	Debêntures nominativas e escriturais, simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em regime de garantia firme de colocação, da segunda emissão da Companhia, em duas séries. Salvo se mencionado em contrário neste Prospecto ou se o contexto exigir de forma diferente, o termo “Debênture” ou “Debêntures” referem-se às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série e incluem as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares.
Debêntures Adicionais	A opção da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em aumentar, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, ou seja, em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures adicionais, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida pela Emissora, o que representou um aumento de 40.985 (quarenta mil, novecentas e oitenta e cinco) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas.
Debêntures da Primeira Série	Debêntures da primeira série da segunda emissão da Companhia.
Debêntures da Segunda Série	Debêntures da segunda série da segunda emissão da Companhia.
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas e em circulação, excluídas as (1) mantidas em tesouraria pela Emissora; ou (2) de titularidade de (a) controladores (ou grupo de controle) da Emissora e (b) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas mencionadas anteriormente.

Debêntures Suplementares	A opção dos Coordenadores em distribuir um lote suplementar de até 15% em relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, ou seja, em até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures Suplementares, exercida após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, exclusivamente para atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A opção de Debêntures Suplementares foi integralmente exercida pelos Coordenadores, o que representou um aumento de 33.000 (trinta e três mil) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas
Debenturistas	Titulares das Debêntures.
Debenturistas da Primeira Série	Titulares das Debêntures da Primeira Série da Segunda Emissão da Companhia.
Debenturistas da Segunda Série	Titulares das Debêntures da Segunda Série da Segunda Emissão da Companhia.
Dia(s) Útil(eis)	Qualquer dia, exceção feitas aos sábados, domingos e feriados nacionais.
DOEMG	Diário Oficial de Minas Gerais
Emissão ou Oferta	Distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, das Debêntures.
Emissora, Companhia ou Algar Telecom	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom.
Escritura ou Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

Evento de Inadimplemento	Cada um dos eventos descritos no item 6.25 da Escritura e na Seção “Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado” deste Prospecto.
Evento de Recompra Obrigatório	Cada um dos eventos descritos no item 6.18 da Escritura e na Seção “Informações Relativas à Oferta – Recompra Obrigatória” deste Prospecto.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela FGV.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , ou Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.
Instituição Escriuradora	Itaú Corretora de Valores S.A. ou qualquer outra instituição que venha a sucedê-lo na prestação dos seus serviços.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.
Instrução CVM 471	Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE.
JUCEMG	Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

Novo Mercado de Renda Fixa	Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, regulado pelo Código ANBIMA de Renda Fixa.
Pessoas Vinculadas	Em conjunto, (a) controladores ou administradores da Companhia; (b) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (c) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, conforme aplicável.
Período de Capitalização	O período de capitalização da Remuneração, é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil emanadas da legislação societária brasileira e normas complementares adotadas pela CVM, pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON, resoluções do CFC, bem como pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC vigentes à época das referidas demonstrações financeiras.
Preço de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.

Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento ou Procedimento de Bookbuilding	Procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, realizado conforme descrito no item 5.2 da Escritura. Para mais informações sobre o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , vide seção “Informações Relativas à Oferta – Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding)”, deste Prospecto.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação da Segunda Emissão da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom, divulgado após (i) finalização do Procedimento de Coleta de Intenções de Investimento; e (ii) registro da Oferta junto à CVM.
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação da Segunda Emissão da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom, documento sujeito à complementação e correção, observados os procedimentos previstos na Instrução CVM 400.
RD da Emissora	Reunião da Diretoria da Emissora realizada em 6 de agosto de 2012.
RCA da Emissora	Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de setembro de 2012.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
SDT	SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.

GLOSSÁRIO DE TERMOS TÉCNICOS E DEFINIÇÕES

SND	SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Taxa DI Over	Taxa média diária dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, <i>over</i> extragrupo, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br).
Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário das Debêntures, que é de R\$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive na seção “Fatores de Risco”, deste Prospecto, e no Formulário de Referência.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar a Emissora. Embora acredite que essas estimativas e declarações futuras estão baseadas em premissas razoáveis, essas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que a Emissora atualmente dispõe.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- fatores ou tendências que podem afetar os negócios da Emissora, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de suas operações; implementação das principais estratégias da Emissora;
- capacidade de contratar novos financiamentos e executar o plano de negócios da Emissora; e outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco” deste Prospecto e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que a Emissora não assume a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas e declarações futuras em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores após o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Essas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados futuros e o desempenho da Emissora podem diferir substancialmente daqueles previstos nas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

[página intencionalmente deixada em branco]

2. RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Esta seção é um resumo de determinadas informações da Oferta contidas em outras partes deste Prospecto e não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

Emissora	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom.
Valor Mobiliário	Debêntures simples, não conversíveis em ações da segunda emissão da Emissora.
Capital Social da Emissora	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos).
Coordenador Líder	Banco Votorantim S.A.
Coordenadores	Em conjunto, Votorantim, Itaú BBA e Santander.
Agente Fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Banco Mandatário	Banco Itaú Unibanco S.A.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco	Súmula emitida pela Standard & Poor's que atribuiu rating brAA- às Debêntures.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Autorizações Societárias

A emissão das Debêntures e a Oferta são realizadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de setembro de 2012, conforme proposta da Diretoria da Companhia formalizada em Reunião realizada em 6 de agosto de 2012, nos termos do inciso IX do artigo 10 do seu estatuto social. foi publicada nos jornais DOEMG, e no "jornal Correio de Uberlândia", em 21 de setembro de 2012, e foi arquivada na JUCEMG, em 26 de setembro de 2012 sob o número 4931495.

Data de Emissão

15 de setembro de 2012.

Destinação dos Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados da seguinte forma: (i) até 66% (sessenta e seis por cento) para o resgate de debêntures de sua primeira emissão ("Debêntures da Primeira Emissão") no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão; e (ii) no mínimo, 34% (trinta e quatro por cento) para o reforço do capital de giro da Companhia, sendo certo que o valor eventualmente não utilizado para o resgate das Debêntures da Primeira Emissão no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão será também alocado para o reforço de capital de giro da Companhia. Para maiores informações, veja a seção "Destinação dos Recursos" neste Prospecto.

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de Bookbuilding. Para informações sobre o plano da Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta – Plano da Oferta” deste Prospecto.

Os Coordenadores envidaram seus melhores esforços para que as Debêntures da Segunda Série fossem subscritas e integralizadas por, no mínimo, 10 investidores, com participação individual máxima de 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão, já consideradas as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais efetivamente emitidas, em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa (“Pulverização Mínima”).

Destaca-se que os investidores interessados em adquirir as Debêntures da Segunda Série, puderam condicionar suas ordens de subscrição das Debêntures da Segunda Série ao enquadramento destas no Código ANBIMA de Renda Fixa, e portanto, a permanência das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA.

Caso a Pulverização Mínima não tivesse sido atingida, conforme verificado pelos Coordenadores no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes à data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding, os investidores interessados em adquirir as Debêntures da Segunda Série, que condicionaram suas ordens de subscrição das Debêntures da Segunda Série ao enquadramento destas no Código ANBIMA de Renda Fixa, e portanto, a permanência de tais Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, teriam suas ordens canceladas.

O atendimento da Pulverização Mínima tornar-se-á pública, pelos Coordenadores e Emissor, por meio do Anúncio de Encerramento da Oferta. Caso a Pulverização mínima não seja atendida na data de publicação do Anúncio de Encerramento, o registro das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa será cancelado pela ANBIMA e a Companhia estará desobrigada à observância das obrigações, restrições e deveres previstos nos itens

**Procedimento de
Bookbuilding**

"Oferta de Resgate Antecipado", "Recompra Obrigatória" e "Aquisição Facultativa", bem como às demais disposições do Código ANBIMA de Renda Fixa.

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de pedidos de reserva, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, em conjunto com a Emissora da (i) realização da Emissão em duas séries; (ii) do número de Debêntures a serem emitidas e da quantidade das Debêntures a serem alocadas em cada uma das Séries; e (iii) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, observado o limite previsto na seção "Informações Relativas à Oferta - Remuneração", deste Prospecto.

Puderam participar do Procedimento de Bookbuilding os investidores do público alvo da Oferta (conforme seção "Informações Relativas à Oferta – Público Alvo da Oferta", deste Prospecto), incluindo Pessoas Vinculadas até o limite de 15% (quinze por cento) do total da Oferta. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Debêntures, não foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que fossem Pessoas Vinculadas, sendo que as intenções de investimento apresentadas por Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para maiores informações sobre o Procedimento de Bookbuilding, ver seção "Informações Relativas à Oferta", item "Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding)" deste Prospecto.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar a liquidez das Debêntures no mercado secundário. O investidor deve ler a seção "Fatores de Risco relativos à Oferta – A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo,

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

	inclusive, promover a sua má-formação ou descaracterizar o seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário” deste Prospecto.
Valor Total da Emissão	O valor total da emissão será de R\$293.985.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), na Data de Emissão, observado que o montante inicial de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), foi aumentado em virtude da emissão de Debêntures Adicionais e de Debêntures Suplementares.
Quantidade	Serão emitidas 293.985 (duzentas e noventa e três mil, novecentas e oitenta e cinco) Debêntures, considerando as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares.
Valor Nominal	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.
Debêntures	Debêntures nominativas e escriturais, simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, da segunda emissão da Companhia.
Debêntures Adicionais	A opção da Emissora, em comum acordo com os Coordenadores, em aumentar, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, a quantidade de Debêntures em até 20% (vinte por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, ou seja, em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures Adicionais, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida pela Emissora, o que representou um aumento de 40.985 (quarenta mil, novecentas e oitenta e cinco) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Debêntures Suplementares

A opção dos Coordenadores em distribuir um lote suplementar de até 15% (quinze por cento) em relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, ou seja, em até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures Suplementares, exercida após consulta e concordância prévia da Emissora, na data da conclusão do Procedimento de Bookbuilding, exclusivamente para atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding, nas mesmas condições e no mesmo preço das Debêntures inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400. A opção de Debêntures Suplementares foi integralmente exercida pelos Coordenadores, o que representou um aumento de 33.000 (trinta e três mil) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, e não contarão com garantia real ou fidejussória. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

Séries

A emissão será realizada em 2 (duas) séries.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (iv) a disponibilização do Prospecto Definitivo, incluindo o Formulário de Referência, aos investidores, as Debêntures poderão ser subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de início de distribuição, conforme definido no Contrato de Distribuição, observado o disposto na seção "Informações Relativas à Oferta - Plano da Oferta", deste Prospecto.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.
Forma e Preço de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, por meio do SDT ou DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA respectivamente, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data (" <u>Data de Subscrição e Integralização</u> ").
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou do BOVESPAFIX, ambiente de negociação de ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da negociação das Debêntures. Sendo certo que serão utilizados mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros.
Prazo e Data de Vencimento	O prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 (" <u>Data de Vencimento da Primeira Série</u> "); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2019 (" <u>Data de Vencimento da Segunda Série</u> " e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, " <u>Data de Vencimento</u> ").

Amortização

O Valor Nominal de cada uma: (i) das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão; e (ii) das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2017 (inclusive), ou seja, a partir do 5º (quinto) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão, conforme descrito na seção “Informações Relativas à Oferta - Amortização”, deste Prospecto.

Remuneração das Debêntures da Primeira Série

Atualização Monetária: O Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado; e

Juros remuneratórios: As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), acrescida de um spread ou sobretaxa, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) (“Spread”) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, de acordo com a fórmula indicada Escritura (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”).

Para maiores informações sobre as Remuneração das Debêntures da Primeira Série ver seção “Informações Relativas à Oferta - Remuneração - Remuneração das Debêntures da Primeira Série”.

**Remuneração das
Debêntures da
Segunda Série**

Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), calculado de acordo com a fórmula constante na Escritura; e

Juros remuneratórios. As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração, conforme definida no Procedimento de Bookbuilding, correspondente à 6,00% (seis inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizados, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série doravante denominas simplesmente "Remuneração").

Para maiores informações sobre a Remuneração das Debêntures da Segunda Série ver seção "Informações Relativas à Oferta – Remuneração – Remuneração das Debêntures da Segunda Série"

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios.

O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, "Data de Pagamento da Remuneração").

A tabela abaixo indica as datas de pagamento de remuneração das Debêntures:

Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série
15 de março de 2013	15 de setembro de 2013
15 de setembro de 2013	15 de setembro de 2014
15 de março de 2014	15 de setembro de 2015
15 de setembro de 2014	15 de setembro de 2016
15 de março de 2015	15 de setembro de 2017
15 de setembro de 2015	15 de setembro de 2018
15 de março de 2016	15 de setembro de 2019
15 de setembro de 2016	-
15 de março de 2017	-
15 de setembro de 2017	-

Período de Capitalização

O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

Repactuação

Não haverá repactuação programada.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, de uma ou mais Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos Debenturistas da respectiva Serie, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta do Resgate Antecipado, nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições da Escritura ("Oferta de Resgate Antecipado"). No caso das Debêntures da Segunda Série, a Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série percam o registro no Código ANBIMA de Renda Fixa após a publicação do Anúncio de Encerramento em virtude da não observância da Pulverização Mínima.

Recompra Obrigatória

A Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures da Segunda Série de titularidade dos Debenturistas da Segunda Série que venham a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- (a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º;
- (b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;
- (c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- (d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos acima, publicar aviso aos Debenturistas, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- (a) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula acima;
- (b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- (c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- (d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva solicitação; e
- (e) demais informações pertinentes.

O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures em Circulação, sendo vedada a aquisição e manutenção em tesouraria de mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série até a sua respectiva data de vencimento.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Condições Suspensivas de Obrigações e Deveres relativas ao Novo Mercado de Renda Fixa

As obrigações, restrições e os deveres previstos nos itens “Oferta de Resgate Antecipado”, “Recompra Obrigatória” e “Aquisição Facultativa”, no que toca única e exclusivamente às Debêntures da Segunda Série, somente permanecerão eficazes na hipótese de as Debêntures da Segunda Série manterem o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, após a verificação da Pulverização Mínima.

Caso as Debêntures da Segunda Série percam o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, em decorrência da não observância de quaisquer requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, a Companhia realizará o procedimento previsto no item “Recompra Obrigatória” (“Recompra Obrigatória”), conforme disposto no artigo 4º, inciso X, do Código ANBIMA de Renda Fixa, das Debêntures da Segunda Série de todos os investidores que sejam titulares de Debêntures da Segunda Série ao tempo da realização da Recompra Obrigatória, exceto no caso de não atendimento à Pulverização Mínima, que seguirá o procedimento descrito no item “Colocação” acima. Após a realização da Recompra Obrigatória e cancelamento do registro das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa, a Companhia estará desobrigada à observância das obrigações, restrições e deveres previstos nos itens “Oferta de Resgate Antecipado”, “Recompra Obrigatória” e “Aquisição Facultativa”, bem como às demais disposições do Código ANBIMA de Renda Fixa.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

As Debêntures estão sujeitas a determinados Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o seu vencimento antecipado. Para mais informações, *vide* seção “Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta – *As obrigações da Emissora constantes da Escritura estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado*”, deste Prospecto.

Quoruns de Deliberação

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma determinar a Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas que não possuem quórum qualificado dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum acima: (a) os quoruns específicos expressamente previstos na Escritura; (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (i) das disposições da Cláusula 9.6.1 (b) da Escritura de Emissão; (ii) de qualquer dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (iii) da redução da Remuneração, exceto nos casos previstos nas cláusulas 6.12.1.10 e 6.12.2.7 da Escritura observadas as disposições da Escritura de Emissão; (iv) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (v) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (vi) da criação de evento de repactuação; (vii) das disposições relativas as Aquisição Facultativa das Debêntures e (viii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Pessoas Vinculadas	São consideradas pessoas vinculadas (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores de qualquer dos Coordenadores; (c) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, conforme aplicável.
Inadequação da Oferta	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicação. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta", deste Prospecto, em conjunto com os com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção "Introdução - Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência", deste Prospecto.
Regime de Colocação Garantia Firme	A Oferta será realizada sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (exceto para as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, as quais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação), com a intermediação dos Coordenadores. Para mais informações, ver "Informações Relativas à Oferta – Regime de Colocação", deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta", deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção "Introdução - Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência", deste Prospecto.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário da presente Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Com base no organograma disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, inciso XVII, alínea k, ambos da Instrução CVM nº 28/83, o Agente Fiduciário declara que não atua e não atuou em outras emissões de valores mobiliários realizadas pela Emissora, por de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora.

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e na CVM, nos endereços indicados nas seções “Identificação da Emissora, Dos Coordenadores, Do Agente Fiduciário, dos Consultores Jurídicos e dos Auditores Independentes” e “Informações Adicionais” deste Prospecto.

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Relativas à Oferta”, deste Prospecto.

O pedido de registro da Oferta foi apresentado à ANBIMA em 06 de setembro de 2012, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à prévia aprovação pela CVM.

3. IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

[página intencionalmente deixada em branco]

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES,
DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS CONSULTORES JURÍDICOS
E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

EMISSORA

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom

Rua José Alves Garcia, 415 Bairro; Brasil
At.: Diretoria Financeira
Telefone: (34) 3256-2010
Fac-símile: (34) 3236-7723
Correio Eletrônico: tatianes@algartelecom.com.br
Website: <http://www.algartelecom.com.br>

COORDENADOR

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nos 2.045 e 2.235, 26º andar. Bairro; Itaim Bibi
CEP 04543-011, São Paulo – SP
At.: Sr. Luciano Gurgel do Amaral
Telefone: (11) 3553-3220
Fac-símile: (11) 3553-3220
Correio Eletrônico: luamaral@santander.com.br
Website: <http://www.santander.com.br>

AGENTE FIDUCIÁRIO

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04
CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) e Srtª. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação).
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br
Website: <http://www.pentagonotrustee.com.br/>

COORDENADOR LÍDER

Banco Votorantim S.A.

Avenida das Nações Unidas, n.º14.171, Torre A, 18º andar. Bairro; Vila Gertrudes.CEP 04794-000, São Paulo – SP
At.: Sr. Roberto Roma
Telefone: (11) 5171 2612
Fac-símile: (11) 5171 2656
Correio Eletrônico: roberto.roma@bancovotorantim.com.br
Website: <http://www.bancovotorantim.com.br>

COORDENADOR

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400 – 4º andar. Bairro; Itaim Bibi
CEP 04538-132, São Paulo – SP
At.: Rogerio Assaf
Telefone: 11 3708-2502
Fac-símile: 11 3708-2533
Correio Eletrônico: rogerio.assaf@itaubba.com
Website: <http://www.itaubba.com>

AUDITORES INDEPENDENTES

KPMG Auditores Independentes

Sr. Jean Paraskevopoulos Neto
Av. Barão de Itapura, 950 – 6º andar – Ed. Tiffany Office Plaza
13020-431 Campinas, SP, Brasil
CEP: 04530-000
Tel.: +55 19 2129-8703
Fax: +55 19 2729-8728
Correio Eletrônico: jparaskevopoulos@kpmg.com.br
Website: <http://www.kpmg.com.br>

**IDENTIFICAÇÃO DA EMISSORA, DOS COORDENADORES, DO AGENTE FIDUCIÁRIO, DOS
CONSULTORES JURÍDICOS E DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

BANCO MANDATÁRIO

Banco Itaú Unibanco S.A.

Sr. Douglas Callegari
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha nº 100
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04344-902
Tel.: +55 11 2797-4431
Fax: +55 2797-3140
Website: <http://www.itaub.com.br>

INSTITUIÇÃO ESCRITURADORA

Itaú Corretora de Valores S.A.

Sr. Douglas Callegari
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.400
São Paulo, SP, Brasil
CEP: 04538-132
Tel.: +55 11 2797-4431
Fax: +55 2797-3140
Website: <http://www.itaub.com.br>

CONSULTOR JURÍDICO DA COMPANHIA

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga
Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001
São Paulo – SP
At.: Marina Anselmo Schneider / Bruno Simões
Mastriani Tuca
Telefone: (11) 3147-7822 / 3147-2871
Fac-símile: (11) 3147-7770
Correio Eletrônico: manselmo@mattosfilho.com.br /
btuca@mattosfilho.com.br
Website: <http://www.mattosfilho.com.br>

CONSULTOR JURÍDICO DOS COORDENADORES

Pinheiro Neto Advogados

Rua Hungria, 1100
CEP 01455-000
São Paulo – SP
At.: Ricardo Simões Russo
Telefone: (11) 3247-8400
Fac símile: (11) 3247-8600
Website: <http://www.pinheironeto.com.br>

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Emissora e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas neste Prospecto.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os Coordenadores recomendam aos investidores que, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, leiam, nas seções e “Fatores de Risco” deste Prospecto, respectivamente, e o Formulário de Referência da Emissora incorporado por referência a este Prospecto, incluindo as seções 4 e 5, bem como as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas também incorporadas por referência a este Prospecto, para uma maior compreensão das nossas atividades e da Oferta. A leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência da Emissora incorporado por referência a este Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

Os Coordenadores alertam aos investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes do Prospecto Preliminar, deste Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto.

O registro da Oferta pelo Procedimento Simplificado foi requerido junto à ANBIMA em 06 de setembro de 2012, estando a Oferta sujeita à análise prévia pela ANBIMA e à prévia aprovação e registro da CVM.

Maiores informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores nos endereços e telefones mencionados na Seção “Introdução - Identificação da Emissora, dos Coordenadores, do Agente Fiduciário, dos Consultores Jurídicos e dos Auditores Independentes”.

Este Prospecto está disponível, a partir desta data, nos endereços acima indicados e/ou websites indicados abaixo:

COMPANHIA

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central – Algar Telecom

Website: <http://www.algartelecom.com.br/ri>, em tal página acessar “Dívida”, e clicar na seção “Títulos de Dívida”, em tal página no campo referente à “2ª Emissão”, clicar no link “Prospecto”

Banco Votorantim S.A.

Website: http://www.bancovotorantim.com.br/web/site/investidores_institucionais/mercado_capitais/prospectos.html, em tal página acessar “Algar Telecom – Prospecto Definitivo”

Banco Santander (Brasil) S.A.

Website: <http://www.santander.com.br/prospectos>, em tal página acessar "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Debêntures Simples da Espécie Quirografária da Segunda Emissão da Algar Telecom"

Banco Itaú BBA S.A.

Website: <http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos-to-iubb.asp>, em tal página, clicar em "Algar Telecom – Prospecto Definitivo";

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

CEP: 20050-006

Tel.: + 55 21 3233-8686

Ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo, SP, Brasil

CEP: 01333-010

Tel.: 55 + 11 2146-2006

Website: <http://www.cvm.gov.br>, (neste website no campo, "Acesso Rápido", clicar em "ITR, DFP, IAN, IPE, FC. FR e outras Informações" e, posteriormente, no campo, "1 - Consulta por parte de nome ou CNPJ de Companhias Abertas, digitar "Cia Telecomunicações do Brasil Central", em seguida clicar em "Cia Telecomunicações do Brasil Central", clicar em "Prospectos de Distribuição Pública" e acessar nosso Prospecto de Distribuição Pública, versão de data mais recente).

CETIP S.A. - Mercados Organizados

Website: <http://www.cetip.com.br>, neste website, no campo, "Comunicados e Documentos", clicar em "Prospectos" e, posteriormente, no campo "Categoria de Documento", selecionar "Prospectos de Debêntures". Em seguida digitar "Cia Telecomunicações do Brasil Central" e selecionar o ano "2012" e clicar em "Buscar". Na página seguinte acessar o link do Prospecto mais recente.

BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Website: <http://www.bmfbovespa.com.br>, em tal página no campo abaixo do link "Empresas Listadas", digitar "Cia Telecomunicações do Brasil Central" e clicar em BUSCAR. Em seguida, clicar em "Cia Telecomunicações do Brasil Central" e acessar o link "Informações Relevantes", posteriormente, clicar no link "Prospectos de Distribuição Pública" para ter acesso ao Prospecto divulgado com a data mais recente).

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

Website: <http://cop.anbima.com.br>, em tal página acessar "Acompanhar Análise de Ofertas" e, posteriormente, clicar no protocolo "018/2012 -Cia Telecomunicações do Brasil Central." e acessar o link referente ao último Prospecto disponibilizado).

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

BANCO VOTORANTIM S.A. – COORDENADOR LÍDER

O Coordenador Líder iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM. Acreditamos que o sucesso inicial da Votorantim DTVM motivou sua transformação em banco múltiplo, autorizada pelo Banco Central em 07 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Originalmente criado para ser o braço financeiro do grupo Votorantim, o Coordenador Líder passou a desenvolver ativamente sua carteira de clientes fora do grupo Votorantim a partir de 1991, quando adquiriu o status de banco múltiplo. Procurando atender às necessidades de sua clientela, expandiu suas operações, prestando serviços a diversos clientes, pessoas físicas ou jurídicas, pertencentes ou não ao grupo Votorantim.

Em 11 de setembro de 2009, o Banco Central aprovou a aquisição de participação acionária do Coordenador Líder pelo Banco do Brasil S.A., nos termos do fato relevante divulgado em 09 de janeiro de 2009, e comunicado ao mercado publicado em 14 de setembro de 2009. Com a aprovação, o Banco do Brasil S.A. passou a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento, o Coordenador Líder atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio das suas controladas BV Financeira S.A. e BV Leasing Ltda., na gestão de fundos de investimento, com a Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, com a Votorantim CTVM Ltda.

O Coordenador Líder tem sua sede na cidade de São Paulo e filiais em importantes centros como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Campinas, Ribeirão Preto, Joinville, Caxias do Sul e Nassau (Bahamas), um escritório de representação localizado em Londres e uma broker dealer em Nova Iorque.

ATIVIDADE DE INVESTMENT BANKING DO COORDENADOR LÍDER

Na área de investment banking, o Coordenador Líder presta serviços para clientes corporativos e investidores, oferecendo assessoria e produtos com acesso abrangente aos mercados de capitais.

Em renda variável, o Coordenador Líder oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações, além de ofertas públicas para aquisição e permuta de ações. Para contribuir com a distribuição das ofertas, a Votorantim CTVM Ltda. possui acesso aos vários grupos de investidores, além de possuir área de

pesquisa (research) que faz a análise independente de várias empresas de diversos setores da economia.

Em renda fixa, o Coordenador Líder assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local e internacional, através de operações de debêntures, notas promissórias, securitizações e bonds, sendo que, no ano de 2011, o Coordenador Líder ocupou a 1ª colocação no ranking doméstico de distribuição de FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), a 3ª colocação no ranking doméstico de distribuição de securitização e a 4ª colocação no ranking doméstico de distribuição consolidado, todos divulgados pela ANBIMA. Com relação à atuação internacional, no ano de 2011 o Coordenador Líder ocupou a 12ª colocação no ranking de emissões externas divulgado pela Bloomberg.

Em fusões e aquisições, o Coordenador Líder possui uma equipe focada em oferecer aos seus clientes assessoria em transações de compra e venda de participações acionárias, associações estratégicas e reestruturações societárias, bem como emissões de laudos de avaliação/fairness opinion.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Banco Itaú BBA S.A, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 3º ao 8º andar, CEP 04538-132, bairro Itaim Bibi.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$208 bilhões e, uma carteira de crédito de R\$150 bilhões, em 30 de junho de 2012. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA é responsável por prover serviços financeiros para grandes empresas. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu, Buenos Aires, Santiago, Lisboa, além de escritórios de representação em Lima, Bogotá, Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Luxemburgo, Madri, Londres e Xangai. A área de *Investment Banking* oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável, além de fusões e aquisições.

De acordo com a ANBIMA, o Itaú BBA tem apresentado liderança consistente no Ranking ANBIMA de Distribuição no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 a 2011, com participação de mercado entre 19% e 46%. Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil por instituições como Global Finance, Latin Finance e Euromoney. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures do BNDESPar (R\$2,0 bilhões), SulAmérica (R\$500 milhões), do Grupo Pão de Açúcar (R\$1,2 bilhões), da BR Malls (R\$405 milhões), da Fleury (R\$450 milhões) e da Contax (R\$400 milhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Natura (R\$400 milhões), Contax (R\$ 120 milhões), BR Malls (R\$200 milhões), da Autoban (R\$950 milhões) e da Contax (R\$230 milhões). Destacam-se ainda as operações de FIDC da CEDAE (R\$1,14 bilhões), FIDC Insumos Básicos da Indústria Petroquímica II (R\$500 milhões), FIDC Intermedium (R\$150 milhões), CRI RB Capital com risco Petrobrás Distribuidora (R\$ 405 milhões), CRI Brazilian Securities com risco Siemens (R\$26 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$ 200 milhões). No segmento de renda fixa internacional, em 2012 (até 31 de Julho) o Itaú BBA participou como *joint-bookrunner* de 20 ofertas de *bonds* de empresa Latino-americanas, cujo montante total alcançou mais de US\$16 bilhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú BBA atuou como *joint-bookrunner*, destacam-se as ofertas da Odebrecht (US\$1,0 bilhão), Embraer (US\$500 milhões), OGX (US\$1,0 bilhão), Braskem (US\$250 milhões), Minerva (US\$350 milhões), Virgolino de Oliveira (US\$300 milhões), Petrobras (US\$7,0 bilhões), Codere (US\$300 milhões), Banco Itaú (US\$550 milhões), Arauco (US\$500 milhões) e República Federativa do Brasil (US\$825 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa, conforme divulgado pela agência "*Institutional Investor*".

Em 2011, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$15,5 bilhões. No ranking da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2011 em primeiro lugar em número de ofertas com participação no mercado de 82,6%. No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2011, o Itaú BBA participou de operações de debêntures, notas promissórias de securitização que totalizaram R\$15,8 bilhões. De acordo com o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2011 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. A participação de mercado somou 28,9%.

A área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso a investidores para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2011, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 38 transações.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nos 2.041 e 2.235, CEP 04543-011, bairro Itaim Bibi, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 90.400.888/0001-42.

O Santander é controlado pelo Banco Santander, S.A. ("Santander Espanha"), instituição com sede na Espanha fundada em 1857. O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de €1,3 trilhão em ativos, administra quase €1,4 trilhão em fundos, possui mais de 102 milhões de clientes e aproximadamente 15 mil agências. O Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que acredita ter alcançado presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Adicionalmente, acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

No primeiro trimestre de 2012, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €1,6 bilhão, na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 52% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 6.053 agências.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banco do Estado de São Paulo S.A.- Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o

Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros.

Em março de 2012, o Santander, possuía uma carteira de mais de 25,7 milhões de clientes, 3.776 entre agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e mais de 18.443 caixas eletrônicos, além de um total de ativos em torno de R\$ 415 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$66 bilhões (excluindo 100% do ágio). O Santander possui uma participação de aproximadamente 27% dos resultados das áreas de negócios do Santander no mundo, além de representar 53% no resultado do Santander na América Latina e 92 mil funcionários.

O Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (global transaction banking), mercados de crédito (credit markets), finanças corporativas (corporate finance), ações (equities), taxas (rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Santander no mundo.

Na área de equities, o Santander atua na estruturação de operações em boa parte da América Latina, contando com equipe de equity research, sales e equity capital markets.

A área de research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em sales & trading, o Grupo Santander possui uma equipe dedicada a ativos latinoamericanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

No mercado de renda fixa local, o Santander tem, consistentemente, ocupado posição de destaque.

Nos anos de 2007, 2008 e 2009, as seguintes operações e classificações merecem destaque: (i) foi classificado como a quarta instituição, tanto em termos de volume de originação quanto em número de operações de renda fixa da ANBIMA, tendo intermediado 31 operações que totalizaram R\$3.002 milhões, equivalente a 6,2% do volume acumulado de originação no ano; (ii) estruturou e atuou como Coordenador Líder da sétima emissão pública de debêntures da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R\$5,5 bilhões, a qual acredita ser maior operação da história do mercado brasileiro de renda fixa; (iii) sétima emissão pública de debêntures da Telemar Participações S.A., no montante total de R\$250 milhões; (iv) primeira emissão pública de debêntures da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante total de R\$200 milhões; (v) primeira emissão pública de debêntures da Klabin Segall S.A., no montante total de R\$202,5 milhões; (vi) terceira emissão pública de debêntures da Tractebel Energia S.A., no montante total de R\$600 milhões; (vii) terceira emissão pública de debêntures da Elektro Eletricidade e Serviços S.A., no montante total de R\$300 milhões; (viii) quinta emissão pública de debêntures da Companhia de Concessões Rodoviárias – CCR, no montante total de R\$598 milhões; (ix) segunda emissão pública de debêntures da companhia Energética do Ceará – Coelce, no montante total de R\$245 milhões; (x) primeira emissão pública de debêntures da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., no montante de R\$600 milhões.

Ainda nos mesmos anos, no segmento de operações estruturadas, o Santander intermediou importantes operações, conforme descrição a seguir: (i) CRIs da primeira emissão da WT VRJ Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A., totalizando R\$126,9 milhões; (ii) alienação de Quotas Subordinadas do FIDC Chemical, totalizando R\$41,8 milhões; (iii) CRIs da 3ª série e 4ª série da primeira emissão da Rio Bravo Crédito Cia. de Securitização, lastreados em créditos imobiliários devidos pela Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., totalizando R\$100,2 milhões e R\$99,6 milhões, respectivamente; (iv) FIDC Chemical III, no montante de R\$324 milhões, sendo este o primeiro do programa de securitização da Braskem S.A.

Em 2010, o Santander (i) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Rota das Bandeiras, pelo montante de R\$1,1 bilhão; (ii) atuou como Coordenador Líder, finalizando a distribuição de 180.000 Quotas Seniores do FIDC Monsanto, totalizando o montante de R\$180 milhões; (iii) foi Coordenador Líder da segunda emissão pública de debêntures da Brookfield Incorporações S.A., no montante total de R\$366 milhões; (iv) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures de Forjas Taurus S.A., no montante de R\$113 milhões; (v) foi o Coordenador da emissão de debêntures de Hypermarcas S.A., no montante de R\$651 milhões; (vi) foi o Coordenador Líder da emissão de debêntures da Vianorte S.A., pelo montante de R\$253 milhões; (vii) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A., de montante de R\$307 milhões; (viii) foi Coordenador Líder de

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

debêntures para Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., pelo valor de R\$406 milhões; (ix) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Autovias S.A., pelo valor de R\$405 milhões; (x) atuou como Coordenador na distribuição de Quotas Seniores do FIDC Lojas Renner no valor de R\$350 milhões; (xi) atuou como Coordenador Líder da emissão de debêntures de Gafisa S.A., somando o valor de R\$300 milhões; (xii) atuou como Coordenador Líder na emissão de debêntures de Telemar Norte Leste S.A, pelo valor de R\$2 bilhões.

No ano de 2011, o Santander (i) coordenou a 5ª emissão e distribuição pública de debêntures da Even Construtora e Incorporadora, no montante total de R\$250 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$100 milhões; (iii) foi Coordenador da emissão pública de debêntures da ALL – América Latina Logística S.A., no montante de R\$810 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na Distribuição de CRIs da 216ª Série da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização, lastreados em Debêntures Simples da 4ª Emissão da Rossi Residencial S.A., no montante de R\$150 milhões; (v) atuou como Coordenador Líder na emissão pública de debêntures da Lojas Renner, no montante de R\$300 milhões; (vi) foi Coordenador da sexta emissão pública de debêntures da Ampla Energia e Serviços S.A, no montante de R\$300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão pública de debêntures MRV Engenharia e Participações S.A., no montante de R\$500 milhões; (viii) atuou como Coordenador Líder na distribuição da primeira emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$ 200 milhões; (ix) foi Coordenador na distribuição da Primeira Série de Quotas Seniores do FIDC– Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; (x) foi Coordenador da terceira emissão pública de debêntures da Companhia Energética do Ceará - COELCE, no montante de R\$400 milhões; (xi) foi Coordenador na distribuição da Primeira e Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC da Companhia Estadual de águas e Esgotos - CEDAE, somando o valor de R\$1.140 milhões; (xii) foi Coordenador na distribuição da Segunda Série de Quotas Seniores do FIDC – Insumos Básicos da Indústria Petroquímica (Braskem), somando o valor de R\$500 milhões; (xiii) atuou como Coordenador Líder na primeira emissão de debêntures simples da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A., no montante de R\$220 milhões.

No ano de 2012, o Santander (i) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Segunda emissão de Letras Financeiras da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI do Brasil, no montante de R\$ 200 milhões; (ii) atuou como Coordenador Líder na terceira de debêntures simples da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A., no montante de R\$300 milhões; (iii) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Sul América S.A., no montante de R\$500 milhões; (iv) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Terceira Série de Quotas Seniores do FIDC Monsanto, somando o valor de R\$176 milhões; e (v) foi Coordenador da primeira emissão de debêntures da Autometal S.A., no montante de R\$250 milhões.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

(vi) atuou como Coordenador Líder na distribuição da Primeira emissão de Letras Financeiras do Banco Volkswagen S.A., no montante de R\$ 300 milhões; (vii) foi Coordenador da quinta emissão de debêntures simples da JSL S.A., (viii) foi Coordenador líder da Emissão da 3 Série de Quotas do FIDC Insumos Básicos da Indústria petroquímica, no montante de R\$500 milhões; e (ix) foi Coordenador da primeira emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da BR Properties no montante de R\$ 600 milhões.

4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO ATUAL DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora é de R\$271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 340.397 (trezentas e quarenta mil, trezentas e noventa e sete) ações, sendo 281.933 (duzentas e oitenta e uma mil e novecentas e trinta e três) ações ordinárias e 58.464 (cinquenta e oito mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Emissora possui capital autorizado equivalente a 1.000.000.000 (um milhão) de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, da Companhia.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da Emissora entre os acionistas com participação relevante em seu capital social na data deste Prospecto. Para maiores informações sobre o controle da Emissora verificar item “15 – Controle” do Formulário de Referência da Emissora.

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)	Qtde.	Part. (%)
Algar S.A.	273.551	97,03	33.530	57,35	307.081	90,21
Acionistas Minoritários	8.382	2,97	24.934	42,65	33.316	9,79
Total	281.933	100,00	58.464	100,00	340.397	100,00

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A emissão das Debêntures e a Oferta serão realizadas de acordo com a deliberação da RCA, conforme proposta da diretoria, cuja ata foi publicada nos jornais DOEMG, e jornal Correio de Uberlândia, em 21 de setembro de 2012, e foi arquivada na JUCEMG, em 26 de setembro de 2012, sob o número ED.000.126-1/000.

COLOCAÇÃO

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (exceto para as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, as quais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação), com a intermediação dos Coordenadores, sendo que os Coordenadores envidaram seus melhores esforços para que as Debêntures da Segunda Série fossem subscritas e integralizadas por, no mínimo, 10 (dez) investidores, com participação individual máxima de 20% (vinte por cento) do valor total da Emissão, já consideradas as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais efetivamente emitidas, em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa (“Pulverização Mínima”).

Adicionalmente, destaca-se que os investidores interessados em adquirir as Debêntures da Segunda Série, puderam condicionar suas ordens de subscrição das Debêntures da Segunda Série ao enquadramento destas no Código ANBIMA de Renda Fixa, e portanto, ao registro de tais Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA.

Caso a Pulverização Mínima não tivesse sido atingida, conforme verificado pelos Coordenadores no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis imediatamente subsequentes à data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding, os investidores interessados em adquirir as Debêntures da Segunda Série, que condicionaram suas ordens de subscrição das Debêntures da Segunda Série ao enquadramento destas no Código ANBIMA de Renda Fixa, e portanto, a permanência de tais Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, teriam suas ordens canceladas.

O atendimento da Pulverização Mínima tornar-se-á pública, pelos Coordenadores e Emissor, por meio do Anúncio de Encerramento da Oferta. Caso a Pulverização Mínima não seja atendida na data de publicação do Anúncio de Encerramento, o registro das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa será cancelado pela ANBIMA e a Companhia estará desobrigada à observância das obrigações, restrições e deveres previstos nos itens "Oferta de Resgate Antecipado", "Recompra Obrigatória" e "Aquisição Facultativa", bem como às demais disposições do Código ANBIMA de Renda Fixa.

COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO (*BOOKBUILDING*)

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora da (i) realização da Emissão em duas Séries; (ii) quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries; e (iii) da Remuneração das Debêntures ("Procedimento de *Bookbuilding*").

Puderam participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do Público Alvo da Oferta, conforme previsto neste Prospecto, incluindo Pessoas Vinculadas, estas até o limite de 15% (quinze por cento) do valor da Oferta. Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não foi permitida a colocação de Debêntures perante investidores que fossem Pessoas Vinculadas, sendo que as intenções de investimento apresentadas por Pessoas Vinculadas foram automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como afetar a liquidez das Debêntures no mercado secundário. O investidor deve ler a

seção "Fatores de Risco relativos à Oferta –A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um efeito adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo, inclusive, promover a sua má-formação ou descaracterizar o seu processo de formação, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário" deste Prospecto.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento à Escritura e será divulgado por meio do Anúncio de Início, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

PRAZO DE SUBSCRIÇÃO

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (iv) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo, as Debêntures poderão ser subscritas em até 6 (seis) meses contados da data de início de distribuição, conforme definido no Contrato de Distribuição.

FORMA DE SUBSCRIÇÃO

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP, e por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.

FORMA E PREÇO DE INTEGRALIZAÇÃO

A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário (conforme termo definido abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Integralização"), por meio do SDT ou do DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA, respectivamente, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

NEGOCIAÇÃO

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do (i) SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente

na BM&FBOVESPA. Sendo certo que serão utilizados mecanismos que permitam o direito de interferência de terceiros.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

NÚMERO DA EMISSÃO

As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Emissora.

VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão será R\$293.985.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais) na Data de Emissão, observado que o montante inicial de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), foi aumentado tendo em vista a emissão de Debêntures Suplementares e de Debêntures Adicionais.

QUANTIDADE

Serão emitidas 293.985 (duzentas e noventa e três mil e novecentas e oitenta e cinco) Debêntures, considerando as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme abaixo indicada, sendo 61.385 (sessenta e uma mil, trezentas e oitenta e cinco Debêntures da Primeira Série e 232.600 (duzentas e trinta e duas mil e seiscentas) Debêntures da Segunda Série.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderia ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures Suplementares, destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderia ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A opção de Debêntures Suplementares foi integralmente exercida pelos Coordenadores, o que representou um aumento de 33.000 (trinta e três mil) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas.

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderia ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures Adicionais, que somente poderiam ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida pela Emissora, o que representou um aumento de 40.985 (quarenta mil, novecentas e oitenta e cinco) debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas.

VALOR NOMINAL

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão.

SÉRIES

A Emissão será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a quantidade de Debêntures alocada em cada uma das Séries foi definida em sistema de vasos comunicantes conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Qualquer das Séries poderia não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures seria emitida em série única. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série foi objeto de aditamento à Escritura, sendo que a Emissora e o Agente Fiduciário estavam autorizados e obrigados a celebrar tal aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas, nos termos da Escritura. Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às “Debêntures” devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.

Destaca-se ainda que a eventual não permanência das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa não será motivo suficiente para que tal emissão não seja realizada. Contudo, conforme indicado no item “Colocação” acima os investidores poderão condicionar suas ordens de subscrição das Debêntures da Segunda Série ao enquadramento destas no Código ANBIMA de Renda Fixa.

FORMA E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora, e, adicionalmente, será expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA (conforme o caso) extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme as Debêntures estiverem custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA;

CONVERSIBILIDADE

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora ou de qualquer outra companhia.

ESPÉCIE

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, e não contarão com garantia real ou fidejussória. Desse modo, não será segregado nenhum dos bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e da Escritura de Emissão, bem como as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.

DATA DE EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2012.

PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

Observado o disposto na Escritura, o prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento da Segunda Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento").

AMORTIZAÇÃO

Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado conforme disposto a seguir;

Debêntures da Primeira Série: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada em 15 de setembro de 2015 inclusive, ou seja, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, contado da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Primeira Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
33,3300%	15 de setembro de 2015
33,3300%	15 de setembro de 2016
33,3400%	15 de setembro de 2017

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Debêntures da Segunda Série: o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2017 (inclusive), ou seja, a partir do 5º (quinto) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Segunda Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, "Data de Amortização"):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário atualizado)	Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série
33,33%	15 de setembro de 2017
33,33%	15 de setembro de 2018
33,34%	15 de setembro de 2019

REMUNERAÇÃO

Remuneração das Debêntures da Primeira Série

A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto abaixo:

Atualização monetária: o Valor Nominal das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

Juros remuneratórios: as Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada 100% (cem por cento) da Taxa DI *Over*, acrescida de spread ou sobretaxa definido no Procedimento de *Bookbuilding* de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ("Taxa Efetiva das Debêntures da Primeira Série"), com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização, de acordo com a fórmula indicada Escritura e abaixo transcrita. Sendo que a remuneração das Debêntures da Primeira Série estava limitada a spread ou sobretaxa máxima de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ("Taxa Teto das Debêntures da Primeira Série")

Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio de aditamento à Escritura, que será arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série, nos termos da RCA.

A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator de Juros = Fator DI \times Fator Spread$$

Fator DI = Produtório das Taxas *DI Over*, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa *DI Over*, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas *DI Over*, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa *DI Over* de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa *DI Over* de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde,

Spread ou sobretaxa = 1,4000 conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

- a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDI}_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- d) Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Indisponibilidade Temporária da Taxa DI Over.

Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI Over pela CETIP, será utilizada a última Taxa DI Over divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI Over. Se a não divulgação da Taxa DI Over for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

Indisponibilidade da Taxa DI Over.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI Over por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido

em substituição à Taxa DI Over. O Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI Over ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI Over por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI Over divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

Caso a Taxa DI Over volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI Over, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI Over nos termos previstos na Escritura, a última Taxa DI Over divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou em prazo maior a ser definido de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembléia, o prazo será de 30 (trinta) dias), pelo Valor

Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou

- II. a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa acordada entre a Emissora e a maioria simples dos Debenturistas mencionada nesta cláusula, a qual deverá observar os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver consenso entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série

A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto abaixo:

Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

Observações:

Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

- (i) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

- (ii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iii) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.
- (iv) Considera-se como “data de aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas; e
- (v) A Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será paga nas mesmas datas e na mesma proporção das amortizações do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos da Escritura.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação. Até a deliberação desse novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura relativas às Debêntures da Segunda Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.

Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida Taxa Substitutiva não

será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série.

Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, a Emissora terá de optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou em prazo maior a ser definido de comum acordo com os Debenturistas da Segunda Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembléia, o prazo será de 30 (trinta) dias), pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série em Circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em Circulação devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou
- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em Circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em Circulação, será utilizado um índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, o qual deverá observar os parâmetros utilizado em operações similares existentes à época a ser acordada entre a Emissora e a maioria simples dos titulares de Debêntures da Segunda Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série especialmente convocada para esse fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Segunda Série quanto ao índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

Juros remuneratórios. As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração, conforme definida no Procedimento de Bookbuilding, correspondente à 6,00% (seis inteiros por cento) ("Taxa Efetiva das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com Taxa Efetiva das Debêntures da Primeira Série, "Taxa Efetiva") ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, devidamente atualizados de acordo com o item "Atualização Monetária" acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série doravante denominas simplesmente "Remuneração"). A taxa máxima de remuneração das Debêntures da Segunda Série era de 6,60% (seis inteiros e sessenta centésimos por cento) ("Taxa Teto das Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com "Taxa Teto das Debêntures da Primeira Série, "Taxa Teto").

A taxa final utilizada para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, foi ratificada por meio de aditamento da Escritura, que será arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissor ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Segunda Série, nos termos da RCA.

O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidamente atualizado de acordo com o item "Atualização Monetária" acima;

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = 6,0000, conforme apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS.

Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado das Debêntures e/ou de Vencimento Antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme abaixo descrito, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, "Data de Pagamento da Remuneração").

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

A tabela abaixo indica as datas de pagamento de remuneração das Debêntures:

Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série
15 de março de 2013	15 de setembro de 2013
15 de setembro de 2013	15 de setembro de 2014
15 de março de 2014	15 de setembro de 2015
15 de setembro de 2014	15 de setembro de 2016
15 de março de 2015	15 de setembro de 2017
15 de setembro de 2015	15 de setembro de 2018
15 de março de 2016	15 de setembro de 2019
15 de setembro de 2016	-
15 de março de 2017	-
15 de setembro de 2017	-

Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

PERÍODO DE CAPITALIZAÇÃO

O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive. Para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

REPACTUAÇÃO

Não haverá repactuação programada.

OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO DAS DEBÊNTURES

A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, de uma ou mais Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

No caso das Debêntures da Segunda Série, a Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não permaneçam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa, nos termos da Cláusula 2.1(VII) da Escritura.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos da Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures"); e (b) demais informações necessárias para operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado. A data da Oferta de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

Na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data de Resgate Antecipado das Debêntures; (ii) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (iii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas a seguir; (iv) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (v) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures devida e ainda não paga até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso; (vi) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (vii) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (viii) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado, ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas/liquidadas em uma única data.

Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base na Comunicação de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso, para as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda

definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso. Fica definido que, caso a CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso, venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso, a Oferta de Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de operação de compra e venda definitiva no mercado secundário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

RECOMPRA OBRIGATÓRIA

Observado o disposto abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures da Segunda Série de titularidade do Debenturista da Segunda Série que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

- (a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º;
- (b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- (c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou
- (d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.

A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos acima, publicar aviso aos Debenturistas, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- (1) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula acima;
- (2) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- (3) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- (4) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva solicitação; e
- (5) demais informações pertinentes.

O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula acima será realizado por meio (i) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (iii) por meio da Instituição Escrituradora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

Nos termos do artigo 4º do Código ANBIMA de Renda Fixa, também serão considerados eventos de Resgate Obrigatório em decorrência do não atendimento de quaisquer requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, conforme indicado no item (a) acima:

- a) caso as Debêntures da Segunda Série não sejam subscritas e integralizadas por, no mínimo, 10 (dez) investidores, com participação individual máxima de 20% (vinte por cento) do valor total da referida série;
- b) caso a classificação de risco (rating) da Emissão não seja atualizada pela Agência de Classificação de Risco em periodicidade mínima anual;
- c) caso as Debêntures da Segunda Série passem a ser remuneradas por outras taxas que não juros prefixados, índices de preços e/ou outras taxas de juros de referência;

- d) caso o Formador de Mercado deixe de exercer sua função durante os primeiros 12 (doze) meses após a Data de Emissão;
- e) caso deixe de ser adotado mecanismo que garanta a divulgação periódica de relatório de análise preparado por analistas de investimento devidamente credenciados pela CVM durante os primeiros 12 (doze) meses após a Data de Emissão; e
- f) caso as Debêntures da Segunda Série deixem de ser negociadas em mercado de bolsa de valores ou de balcão organizado, prioritariamente com a utilização de mecanismos que permitam o direito de interferência por terceiros.

Caso as Debêntures da Segunda Série percam o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, em decorrência da não observância de quaisquer requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, a Companhia realizará o procedimento previsto acima ("Recompra Obrigatória"), conforme disposto no artigo 4º, inciso X, do Código ANBIMA de Renda Fixa, das Debêntures da Segunda Série de todos os investidores que sejam titulares de Debêntures da Segunda Série ao tempo da realização da Recompra Obrigatória, exceto no caso de não atendimento à Pulverização Mínima, que seguirá o procedimento descrito na seção "Colocação" acima. Após a realização da Recompra Obrigatória e cancelamento do registro das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa, a Companhia estará desobrigada à observância das obrigações, restrições e deveres previstos nos itens "Oferta de Resgate Antecipado", "Recompra Obrigatória" e "Aquisição Facultativa", bem como às demais disposições do Código ANBIMA de Renda Fixa.

AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário, ressalvadas o disposto abaixo.

A Emissora não poderá adquirir e manter em tesouraria mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série até a data de vencimento das Debêntures da Segunda Série.

Ressalvado o disposto acima, a Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no

mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação. O cancelamento das Debêntures da Segunda Série que estiverem em tesouraria somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão.

CONDIÇÕES SUSPENSIVAS DE OBRIGAÇÕES E DEVERES RELATIVAS AO NOVO MERCADO DE RENDA FIXA

As obrigações, restrições e os deveres previstos nos itens “Oferta de Resgate Antecipado”, “Recompra Obrigatória” e “Aquisição Facultativa”, no que toca única e exclusivamente às Debêntures da Segunda Série, somente permanecerão eficazes na hipótese de as Debêntures da Segunda Série manterem o registro no Novo Mercado de Renda Fixa após a verificação da Pulverização Mínima.

Caso as Debêntures da Segunda Série percam o registro no Novo Mercado de Renda Fixa, em decorrência da não observância de quaisquer requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, a Companhia realizará o procedimento previsto no item “Recompra Obrigatória” (“Recompra Obrigatória”), conforme disposto no artigo 4º, inciso X, do Código ANBIMA de Renda Fixa, das Debêntures da Segunda Série de todos os investidores que sejam titulares de Debêntures da Segunda Série ao tempo da realização da Recompra Obrigatória, exceto no caso de não atendimento à Pulverização Mínima, que seguirá o procedimento descrito no item “Colocação” acima. Após a realização da Recompra Obrigatória e cancelamento do registro das Debêntures da Segunda Série no Novo Mercado de Renda Fixa, a Companhia estará desobrigada à observância das obrigações, restrições e deveres previstos nos itens “Oferta de Resgate Antecipado”, “Recompra Obrigatória” e “Aquisição Facultativa”, bem como às demais disposições do Código ANBIMA de Renda Fixa.

ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão, não

Ihe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-Ihe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX (conforme o caso); ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX: (a) na sede da Companhia ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

VENCIMENTO ANTECIPADO

O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia ("Vencimento Antecipado das Debêntures"), na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, observados os respectivos prazos de cura (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- a) (i) decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou qualquer de suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora ou de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer de suas controladas, exceto a dissolução da controlada indireta Jornal Tudoja Ltda.;

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

- b) propositura, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- c) protestos de títulos contra a Emissora ou suas controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Emissora ou suas controladas, ou seu equivalente em outras moedas, e que não sejam sustados, sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados ou efetuados por erro e má-fé de terceiros, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Emissora ou suas controladas tiver ciência da respectiva ocorrência;
- d) perda definitiva e irrecorrível (i) da concessão para a prestação de serviços de telefonia fixa pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (ii) autorização para a prestação de serviços de telefonia móvel pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (iii) de autorizações ou licenças relacionadas a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel pela Emissora e/ou suas controladas, conforme o caso (exceto, neste caso, por aquelas cuja ausência não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas);
- e) pagamentos pela Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos da Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão devidas aos titulares das Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de pagamento;
- g) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Emissão, que não as descritas na alínea (f) acima, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio de aviso por escrito neste sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- h) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações constantes da Escritura de Emissão, exceto as previstas nos itens (f) e (g) acima, que não

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de notificação neste sentido pelo Agente Fiduciário, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável;

- i) se a Emissora ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento, exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial ou arbitral vigente obtida pela Emissora ou por suas controladas, conforme o caso;
- j) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, ainda que decorrente de contrato que não tenha natureza de crédito ou de financiamento, da Emissora ou de suas controladas em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;
- k) as declarações prestadas pela Emissora e as obrigações da Emissora, constantes dos Documentos da Oferta, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, enganosas ou materialmente incorretas;
- l) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações para si decorrentes dos documentos da Oferta, quando aplicável, sem a prévia e expressa anuência de 90% (noventa por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim;
- m) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal evento afete substancialmente e de forma adversa a possibilidade de a Emissora ou suas controladas continuarem explorando economicamente, no curso normal de seus negócios, o ativo e/ou o direito que foi objeto dos atos governamentais acima mencionados, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento regular das atividades da Emissora e/ou a capacidade de pagamento da Emissora relativa às Debêntures;
- n) descumprimento, pela Emissora ou por suas controladas, de decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou decisão arbitral, todas contra a Emissora ou suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;
- o) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária (decorrente ou não de determinação legal ou ato do

órgão regulador), que envolva, inclusive, liquidação, dissolução e/ou extinção, envolvendo a Companhia e/ou qualquer controlada, exceto: (i) se previa e expressamente autorizada por 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; ou (ii) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer controlada ou de ações de emissão de qualquer controlada presente ou futura, direta ou indireta; ou (iv) pela cisão de controlada com versão da totalidade do acervo cindido para a Companhia; ou (v) por qualquer cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária realizada exclusivamente entre a Emissora e suas controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas ou entre as controladas da Emissora, ou, ainda, se alguma controlada venha a ser liquidada, dissolvida ou extinta em decorrência dos referidos eventos societários; ou (vi) pela cisão de Controlada com versão do acervo cindido para sociedade que não seja a Emissora ou uma Controlada da Emissora ou disposição de Controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas, desde que referida cisão ou disposição de Controlada atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: (x) referidas cisões ou disposições de Controladas não representem, cumulativamente ao longo do período de vigência das Debêntures, mais do que 15% (quinze por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora (i.e. a somatória de percentuais sobre receita operacional líquida da Emissora não deve ultrapassar 15% ao longo do período de vigência das Debêntures). Os percentuais sobre a receita operacional líquida serão apurados com base em demonstrações financeiras consolidadas da Emissora pro forma que reflitam os efeitos de tal cisão ou disposição, preparada exclusivamente para este fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas as informações financeiras obrigatórias); e (y) referida cisões ou disposições de Controladas não resultem na redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu rating no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário;

- p) se houver qualquer transferência de controle societário direto e indireto da Emissora, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (x) se referida transferência de controle societário direto e indireto da Emissora não resulte na

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário; ou (y) se houver a anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

- q) se a Emissora, a partir da Data de Emissão das Debêntures, conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas, cujos valores ao longo da vigência das Debêntures ultrapassem, individual ou cumulativamente, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- r) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, ou quaisquer das suas controladas, detentoras de contratos de concessão (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, representantes de 75% das Debêntures em Circulação, exceto se (i) tal alteração não resulte na mudança da atividade principal da Emissora, ou de quaisquer das controladas; ou (ii) sejam alterações necessárias à manutenção das atividades da Emissora, ou quaisquer das suas controladas;
- s) transformação da Emissora em sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades Por Ações;
- t) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos Documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes, e tal efeito não for revertido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora de notificação nesse sentido;
- u) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, excetuando-se alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, não superiores ao montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Ativos Não Circulante da Emissora, conforme demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intercalares da Emissora, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das Debêntures;
- v) não cumprimento pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros (conforme termo definido abaixo), por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres não consecutivos, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, calculadas trimestralmente, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo "Índices

Financeiros” entendidos como: (i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,25 (dois e vinte e cinco centésimos); e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida superior ou igual a 2,00.

Para os fins da Cláusula 6.25 acima entende-se por:

“Dívida Líquida”: (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (commercial papers), títulos emitidos no mercado internacional (bonds, eurobonds, short term notes), registrados no passivo circulante e no não circulante; (b) diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa.

“EBITDA”: lucro (prejuízo) líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

“Despesa Financeira”: são as despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros relativos a dívidas bancárias; (ii) juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal, das modalidades de dívidas referidas nos itens i e ii acima; (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora; e (v) despesas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Receitas Financeiras”: são as receitas calculadas pelo regime de competência definidas como: (i) receitas de aplicações financeiras; (ii) receita de variação cambial de juros e principal, sobre as dívidas bancárias, sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora; e (iv) receitas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Despesa Financeira Líquida” = Despesa Financeira – Receita Financeira.

“Controlada”: qualquer sociedade, empresária ou simples, controlada pela Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

“Documentos da Oferta”: a Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação, o Prospecto Preliminar, Prospecto Definitivo, Aviso ao Mercado, Anúncio de Início da Oferta e Anúncio de Encerramento.

“Ativo Não Circulante”: Bens e direitos que não se destinam a venda e têm vida útil longa. Para os fins da Escritura de Emissão, as sub-contas que constituem o Ativo Não Circulante são as seguintes: (i) Ativo Realizável a Longo Prazo; (ii) Investimentos; (iii)

Imobilizado; e (iv) Intangível, conforme as demonstrações financeiras consolidadas, anuais ou intercalares, da Emissora.

Os Índices Financeiros serão calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas por empresa de auditoria independente de reputação internacional, de acordo com os princípios contábeis brasileiros em vigor na Data de Emissão. Caso tais princípios contábeis sejam alterados após a Data de Emissão, tais Índices Financeiros deverão continuar sendo calculados de acordo com os princípios contábeis em vigor na Data de Emissão observando-se o disposto na alínea (i) da Cláusula 7.1.1 da Escritura.

Os valores informados nos itens (c), (i), (j) e (n) acima serão atualizados monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos itens (a), (b), (c), (d)(i), (d)(ii), (e), (f), (g), (i), (j), (l), (n), (o), (p), (r), (s) e (u) acima acarretará o automático Vencimento Antecipado das Debêntures devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, emitir e enviar à Emissora, imediatamente, a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Na ocorrência de quaisquer outros eventos, que não os indicados acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A referida Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na assembleia mencionada, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 9 da Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no parágrafo acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora obrigase a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, efetuando o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou do último Período de Capitalização, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de

comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 6.27 da Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

PUBLICIDADE

Exceto pelo Aviso ao Mercado relativo à Oferta, pelo Anúncio de Início e pelo Anúncio de Encerramento relativo à Oferta, que serão disponibilizados na página da Companhia na Internet (<http://www.algartelem.com.br>) e publicados no Brasil Econômico – edição nacional, todos os demais anúncios, atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na Internet, bem como comunicados, na forma de aviso, no DOEMG e no Correio de Uberlândia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observados os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

CONVOCAÇÃO

As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos do item "Características das Debêntures – Publicidade", deste Prospecto, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

INSTALAÇÃO

As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum. A presidência das Assembleias Gerais de

Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

DELIBERAÇÕES

Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto na Assembleia de Debenturistas da respectiva Série somente, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma estiver previsto na Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação. Não estão incluídos no referido quorum:

- (a) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão;
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (i) das disposições deste item (b); (ii) de qualquer dos quoruns previstos na Escritura de Emissão; (iii) da redução da Remuneração, exceto pelo disposto nas cláusulas 6.12.1.10 e 6.12.2.7 da Escritura de Emissão; (iv) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; (v) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (vi) da criação de evento de repactuação; (vii) das disposições relativas à Aquisição Facultativa; e (viii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento.

REPRESENTANTES LEGAIS

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de Debenturistas.

COMPARECIMENTO DO AGENTE FIDUCIÁRIO

O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

APLICAÇÃO DA LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

CONDIÇÕES DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e dos Coordenadores indicada na seção "Introdução - Identificação da Emissora, dos Coordenadores, Do Agente Fiduciário, dos Consultores Jurídicos e dos Auditores Independentes", deste Prospecto.

REGIME DE COLOCAÇÃO

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a colocação, em regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária entre eles, de 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures ("Debêntures Objeto da Garantia Firme"), até 13 de novembro de 2012, exceto para as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, as quais, serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação, na seguinte proporção:

Coordenador	Montante da Garantia Firme
Votorantim	R\$ 74.000.000,00
Itaú BBA	R\$ 73.000.000,00
Santander	R\$ 73.000.000,00
Total	R\$220.000.000,00

A prestação da Garantia Firme de colocação pelos Coordenadores somente será exercível (i) após o cumprimento ou liberação de todas as Condições Precedentes descritas no Contrato de Distribuição; e (ii) na hipótese de não haver demanda de mercado para a totalidade das Debêntures. A demanda de mercado apurada no Processo de Bookbuilding para as Debêntures será abatida do montante de Garantia Firme de colocação.

Se, até o final do Prazo de Colocação, as Debêntures não tiverem sido totalmente colocadas, os Coordenadores deverão, até o último dia do Prazo de Colocação, subscrever e integralizar as Debêntures objeto da garantia firme que porventura não forem colocadas para investidores, nas condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, selecionando, a seu exclusivo critério, a(s) Série(s) em que a respectiva garantia firme será exercida, observado que, em qualquer caso, a garantia firme será sempre exercida na taxa limite da Remuneração aplicável.

PLANO DA OFERTA

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, e os quais assegurarão (i) que o tratamento conferido aos Investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de

risco dos respectivos clientes dos Coordenadores; e (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente o exemplar dos Prospectos, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

Os Coordenadores poderão revender, até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, as Debêntures subscritas em virtude do exercício da Garantia Firme de colocação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures entre a Data de Emissão e a data de revenda. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do Anúncio de Encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas à época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

REMUNERAÇÃO DOS COORDENADORES OU COMISSIONAMENTO

Pelos serviços prestados na forma prevista neste Contrato, os Coordenadores farão jus a uma comissão incidente sobre o montante total da Emissão, a título de Comissão de Estruturação e Coordenação, Comissão de Colocação, a Comissão por Prestação de Garantia Firme e, eventualmente, o acréscimo da Comissão de Sucesso ("Comissionamento"), conforme definido a seguir:

- (a) *Comissão de Estruturação e Coordenação*: correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento), incidente sobre o montante total das Debêntures emitidas tendo em vista o Preço de Integralização;
- (b) *Comissão de Colocação*: correspondente a 0,15% (quinze centésimos por cento), incidente sobre o montante total das Debêntures emitidas tendo em vista o Preço de Integralização;
- (c) *Comissão de Sucesso*: as comissões abaixo, devidas aos Coordenadores, na proporção de 1/3 (um terço) para cada um dos Coordenadores:
 - (i) *Comissão de Sucesso das Debêntures da Primeira Série*: correspondente a 20% (vinte por cento) calculado sobre a diferença entre a Taxa Teto das Debêntures da Primeira Série e a Taxa Efetiva das Debêntures da Primeira Série definida no Procedimento de Bookbuilding, multiplicado pelo prazo médio das Debêntures da Primeira Série, calculado sobre o Preço de Integralização. A Comissão de Sucesso das Debêntures da Primeira Série será incidente sobre o montante total das Debêntures da Primeira Série emitidas, incluindo as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional alocadas à primeira série;

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

(ii) *Comissão de Sucesso das Debêntures da Segunda Série*: correspondente a 20% (vinte por cento) calculado sobre a diferença entre a Taxa Teto das Debêntures da Segunda Série e a Taxa Efetiva das Debêntures da Segunda Série definida no Procedimento de Bookbuilding, multiplicado pelo prazo médio das Debêntures da Segunda Série, calculado sobre o Preço de Integralização. A Comissão de Sucesso das Debêntures da Segunda Série será incidente sobre o montante total das Debêntures da Segunda Série emitidas, incluindo as Debêntures do Lote Suplementar e as Debêntures do Lote Adicional alocada à segunda série; e

(d) *Prestação de Garantia Firme*: correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento), incidente sobre o montante total objeto da garantia firme dos Coordenadores, independente do seu exercício, com base no Preço de Integralização das Debêntures.

O Comissionamento deverá ser pago aos Coordenadores de forma proporcional ao volume da Garantia Firme prestada por cada um.

A Companhia pagará o Comissionamento, mediante transferência eletrônica disponível, pela Companhia a cada um dos Coordenadores.

Das importâncias recebidas a título de Comissionamento, os Coordenadores emitirão recibo à Companhia.

As despesas inerentes e comprovadamente incorridas em razão da Oferta, tais como a remuneração dos prestadores de serviços (assessores legais, agência de rating, agente fiduciário, banco mandatário/escriturador, taxas de registro, entre outros) e despesas incorridas pelos Coordenadores (*Out-of-Pockets*) deverão ser arcadas direta e exclusivamente pela Companhia.

Além disso, quaisquer outras despesas gerais relativas à Oferta, incluindo as relativas (i) às publicações necessárias, (ii) ao pagamento das taxas de registro da Oferta junto à CVM, à CETIP, e/ou à BM&FBOVESPA para negociação no BOVESPAFIX e à ANBIMA, além das taxas de registro dos atos societários na competente Junta Comercial, deverão ser arcadas direta e exclusivamente pela Companhia, (iii) a viagens, hospedagens, alimentação, fotocópias, mensageiros expressos. As despesas de valor individual de até R\$5.000,00 (cinco mil reais) estão automaticamente aprovadas pela Emissora.

A Companhia arcará com o custo de todos os tributos, atuais, incidentes sobre os pagamentos, Comissionamentos e reembolsos devido aos Coordenadores no âmbito da Oferta. A Companhia deverá fazer os pagamentos devidos líquidos de deduções e retenções fiscais de qualquer natureza, incluindo-se quaisquer tributos que porventura venham a incidir sobre as operações das espécies da Oferta, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes. Dessa forma, todos os pagamentos

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

relativos aos Comissionamentos serão acrescidos dos valores referentes ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS; à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS; à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS de forma que os Coordenadores recebam o Comissionamento como se tais tributos não fossem incidentes (“*Gross up*”). Os Coordenadores concordam que o *Gross-up* não se aplica à retenção de Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSSL, devidos sobre os pagamentos feitos a título de Comissionamento.

A Emissora concorda em reembolsar cada um dos Coordenadores, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos contados do envio, pelos Coordenadores, dos respectivos comprovantes, por todas as despesas previstas neste Contrato e por quaisquer outras despesas gerais (out-of-pocket) relacionadas diretamente à Oferta, ainda que esta não tenha sido concluída, que os Coordenadores, os Assessores Legais e os demais prestadores de serviços incorram ou venham a incorrer, inclusive após o decurso do prazo, resilição voluntária ou involuntária, resolução ou término deste Contrato.

Nenhuma outra remuneração será contratada ou paga pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência deste Contrato, salvo por determinação legal, judicial ou da CVM.

Os Coordenadores firmarão recibo para a Emissora, dando quitação das importâncias recebidas por cada um deles em razão do pagamento das comissões.

As obrigações de reembolso e ressarcimento aqui previstas deverão permanecer em pleno vigor e serão consideradas existentes, válidas e eficazes, mesmo após o decurso do prazo, resilição voluntária ou involuntária, resolução ou término deste Contrato.

PÚBLICO ALVO DA OFERTA

O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução CVM 409, de 18 de agosto de 2004, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

PESSOAS VINCULADAS

São consideradas Pessoas Vinculadas (a) controladores ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores de quaisquer dos Coordenadores; (c) outras pessoas físicas ou jurídicas vinculadas à Oferta; ou (d) cônjuges,

companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nas alíneas (a), (b) ou (c) acima, conforme aplicável.

CONTRATO DE GARANTIA DE LIQUIDEZ

O Banco Votorantim S.A. atuará como Formador de Mercado, mediante a celebração do Contrato de Formador de Mercado, na forma e nos termos da Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, devendo o Formador de Mercado garantir spread entre o preço de compra e o de venda das Debêntures da Segunda Série, que não deverá ser superior a 0,95% (zero vírgula noventa e cinco por cento) ao ano, por um prazo de, pelo menos, 12 (doze) meses, em atendimento ao Código ANBIMA de Renda Fixa.

A contratação do Formador de Mercado tem por finalidade realizar operações destinadas a fomentar a liquidez de valores mobiliários com registro para negociação e proporcionar um preço de referência para a negociação de tais valores mobiliários, de forma a assegurar a existência e a permanência de ofertas firmes diárias de compra e venda para as Debêntures até o seu vencimento.

O Formador de Mercado terá seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 15.000 (quinze mil) Debêntures para as Debêntures da Segunda Série, sendo que o Formador de Mercado deverá adquirir as Debêntures da Segunda Série observadas as taxas finais de remuneração das Debêntures estabelecidas durante o Procedimento de Bookbuilding.

Cópia do Contrato de Formador de Mercado poderá ser obtida, após sua celebração, junto: (i) à Companhia, em seu endereço de atendimento aos acionistas e em seu website, conforme constante da seção "Introdução – Informações Cadastrais da Emissora" deste Prospecto; (ii) ao Banco Votorantim S.A., nos endereços físicos e eletrônicos indicados na seção "Introdução - Identificação da Emissora, dos Coordenadores, Do Agente Fiduciário, dos Consultores Jurídicos e dos Auditores Independentes" deste Prospecto; e (iii) à CETIP, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Jardim Paulistano.

INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de telecomunicação. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", deste Prospecto, em conjunto com os com as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado", do Formulário de Referência, cujo acesso está indicado na seção "Introdução - Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência", deste Prospecto.

MANIFESTAÇÃO DE ACEITAÇÃO À OFERTA

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta aos Coordenadores, por meio dos procedimentos da CETIP e da BM&FBOVESPA.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA OFERTA PELA CVM E ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, MODIFICAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

A Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, (1) se estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da distribuição pública; ou (2) se for considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A Oferta deverá ser suspensa quando a CVM verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo de 30 dias sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. A eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos serão divulgados ao mercado e aos investidores que tenham aceitado a oferta imediatamente após a sua ocorrência, nos mesmos jornais de grande circulação habitualmente por nós utilizados.

A Emissora, em decisão conjunta com os Coordenadores da Oferta, poderá solicitar modificação ou revogação da Oferta perante a CVM na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos debenturistas ou para renúncia à condição da Emissão estabelecida pela Emissora.

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Definitivo, do Prospecto Preliminar ou do Formulário de Referência que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento nos termos do §4º do artigo 45 da Instrução CVM nº 400; e/ou (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM nº 400, os investidores poderão revogar sua aceitação à Oferta.

Nas hipóteses mencionadas acima, os investidores que já tenham aceitado a Oferta deverão informar sua decisão de revogar a aceitação à Oferta aos Coordenadores até às 16:00 horas (1) do 5º (quinto) Dia Útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (a) acima; e (2) do 5º (quinto) Dia Útil posterior

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

ao recebimento da comunicação direta, com indicação de data e procedimento para a restituição do valor dado em contrapartida às Debêntures.

No caso de eventual modificação da Oferta, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, a modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o investidor está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Caso a Oferta seja (a) cancelada, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, ou (b) revogada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, a Companhia deverá dar conhecimento do cancelamento ou revogação aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de Aviso ao Mercado.

direito à restituição integral, sem o desconto de tributos, ou adição de juros ou adição de correção monetária, do valor dado em contrapartida às Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua manifestação, em conformidade com os termos do Contrato de Distribuição, da Escritura de Emissão e deste Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento ou revogação; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação no prazo acima mencionado, na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma das etapas da Oferta.

Nº	Evento	Data de Realização / Data
		Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	RD da Emissora	6/8/2012
	Protocolo na ANBIMA do pedido de análise prévia da Oferta por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	
2.	Publicação de fato relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM, por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM 471	6/9/2012
3.	RCA da Emissora	14/9/2012
4.	Publicação do Aviso ao Mercado	24/9/2012
	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	
5.	Início das Apresentações a Potenciais Investidores	24/9/2012
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	27/9/2012
	Início do período de coleta de intenções de investimento	
7.	Encerramento do período de coleta de intenções de investimento	17/10/2012
	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	
8.	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	24/10/2012
	Publicação do Anúncio de Início	
9.	Disponibilização do Prospecto Definitivo	06/11/2012
	Início da Oferta	
10.	Subscrição, Integralização e Liquidação	06/11/2012 e 7/11/2012
11.	Publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta	13/11/2012

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e do Coordenador Líder.

(2) Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre os procedimentos aplicáveis a eventual cancelamento, suspensão, revogação ou modificação da Oferta, bem como sobre os procedimentos aplicáveis a eventual devolução e reembolso aos investidores daí decorrentes, vide seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento da Oferta pela CVM e Alteração das Circunstâncias, Modificação ou Revogação da Oferta" deste Prospecto .

Para informações sobre o preço de subscrição e forma de integralização das Debêntures, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Forma de Subscrição Forma e Preço de Integralização" deste Prospecto.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

Para informações sobre o prazo de distribuição junto ao público, ver seção “Informações relativas à Oferta– Prazo de Subscrição” e “Informações Relativas à Oferta – Regime de Colocação” deste Prospecto. Para maiores a posterior alienação das Debêntures adquiridas pelos Coordenadores da Oferta em decorrência da Garantia Firme, ver seção “Informações relativas à Oferta - Plano da Oferta”, deste Prospecto.

Exceto pelo Aviso ao Mercado relativo à Oferta, pelo Anúncio de Início e pelo Anúncio de Encerramento relativo à Oferta, que serão disponibilizados na página da Companhia na Internet (<http://www.algartelem.com.br>) e publicados no jornal Brasil Econômico – edição nacional, todos os demais atos e decisões a relativos às Debêntures, obrigatoriamente deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos (“Avisos aos Debenturistas”), e publicados no DOEMG e no Correio de Uberlândia, bem como divulgados na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://www.algartelem.com.br>).

DEMONSTRATIVO DE CUSTOS DA OFERTA

As tabelas abaixo demonstram os custos, total e unitário, da Oferta, com base no valor na Data de Emissão, considerando as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares.

Comissões e Despesas	Montante (em R\$)	% do Valor Total da Emissão
Volume Emissão	293.985.000,00	100,00%
Comissão de Estruturação e Coordenação	440.977,50	0,15%
Comissão de Colocação	440.977,50	0,15%
Prêmio de garantia Firme	440.000,00	0,15%
Comissão de Sucesso(*)	1.723.828,00	0,59%
Debêntures da Primeira Série	49.108,00	0,02%
Debêntures da Segunda Série	1.674.720,00	0,57%
Total de Comissões	3.045.783,00	1,04%
Tributos Incidentes sobre o Comissionamento	325.737,78	0,11%
Auditores	190.000,00	0,06%
Advogados	350.000,00	0,12%
Agente Fiduciário (anual)	4.500,00	0,00%
Banco Mandatário (flat)	1.500,00	0,00%
Banco Mandatário (mensal)	1.850,00	0,00%
Rating (anual)	35.000,00	0,01%
CETIP (0,00179% mensais)	5.262,33	0,00%
Taxa de Registro na CVM	165.740,00	0,06%
Taxa de Registro na ANBIMA (0,007%)	21.600,00	0,01%
Despesas Gerais (out-of-pocket) (**)	50.000,00	0,02%
Publicações	155.000,00	0,05%
Prospectos	35.000,00	0,01%
Despesas com Roadshow	50.000,00	0,02%
Total Despesas (considerando Comissionamento)	4.436.973,11	1,51%
Valor Líquido para Emissora	289.548.026,89	98,49%

(*) A Comissão de Sucesso foi calculada de acordo com a seção "Informações Relativas à Oferta- Condições do Contrato de Distribuição - Remuneração dos Coordenadores" deste Prospecto.

(**) Despesas Gerais (out-of-pocket) são despesas gerais não previstas contratualmente, mas que estão relacionadas diretamente à Oferta, ainda que esta não tenha sido concluída, que os Coordenadores, os assessores legais e os demais prestadores de serviços incorram ou venham a incorrer, inclusive após o decurso do prazo, rescisão voluntária ou involuntária, resolução ou término do Contrato de Distribuição.

CUSTO UNITÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO

A tabela a seguir apresenta o custo unitário de distribuição das Debêntures objeto desta Emissão:

Nº de Debêntures	Custo do lançamento (Em R\$)	Custo por Debênture (Em R\$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta
293.985	4.436.973,11	15,09	1,51%

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES

Banco Votorantim S.A. – Coordenador Líder

BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas 14171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.588.111/0001-03.

Banco Itaú BBA S.A. - Coordenador

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.298.092/0001-30

Banco Santander (Brasil) S.A. - Coordenador

Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN, constituída sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nos 2.041 e 2.235, CEP 04543-011, bairro Itaim Bibi, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 90.400.888/0001-42.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O COORDENADOR LÍDER

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora com o Coordenador Líder.,

A Emissora e suas controladas e controladores diretos mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto, as seguintes:

- Operações de Non Delivery Forward (NDF - hedge para exposição cambial) que totalizam aproximadamente R\$ 172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais), com a referência de BRL/USD médio aproximado de R\$/US\$2,11 e com o objetivo de mitigar a exposição cambial da Companhia. Tais operações foram contratadas ao longo de 2012 com o ultimo vencimento previsto para junho de 2013.
- Operações de ACC (antecipação de exportação – aquisição de soja) que totalizam aproximadamente R\$ 47.440.000,00 (quarenta e sete milhões quatrocentos e quarenta mil reais). Tais operações foram contratadas ao longo de 2012 com o ultimo vencimento previsto para novembro de 2012:

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Adicionalmente, o Coordenador Líder, atuou como coordenador da primeira emissão de debêntures da Companhia (conforme descrito na seção “Destinação de Recursos” deste Prospecto). Atualmente o Coordenador Líder possui na sua carteira Debêntures da Primeira Emissão da Companhia no valor atual aproximado de R\$ 60.351.700,00 (sessenta milhões trezentos e cinquenta e um mil e setecentos reais). Por sua atuação com na referida oferta o Coordenador Líder recebeu remuneração equivalente à 0,45% do volume total da emissão.

A Companhia, bem como suas controladas e controladora direta, poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses, não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico e, exceto pelas debêntures da primeira emissão da Companhia, conforme indicado acima, não realizaram qualquer aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia. Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou empresas de seu conglomerado econômico não participaram de quaisquer ofertas de valores mobiliários realizadas pela Emissora e/ou empresas de seu conglomerado econômico.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da Companhia, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Coordenador Líder ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O ITAÚ BBA

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora e suas controladas com o Itaú BBA, além do relacionamento referente à presente Oferta.

A Emissora mantém relacionamento comercial com o Itaú BBA, inclusive serviços de *cash management*. Na data deste Prospecto, o Itaú BBA é credor da Emissora, sua controladora direta e de suas controladas nas operações financeiras destacadas abaixo:

- Operações de Capital de giro que totalizam aproximadamente R\$ 19.774.000,00 (dezenove milhões setecentos e setenta e quatro mil reais) com remuneração média de CDI +2.15% a.a. Tais operações foram contratadas ao longo de 2009 com o último vencimento previsto para maio de 2017;
- Fiança que totaliza aproximadamente R\$13.091.000,00 (treze milhões, noventa e um mil de reais) tendo como finalidade garantir processos judiciais. A contratação foi realizada em novembro de 2011 com vencimento em outubro de 2021. A taxa contratual é de TR + 11,75% a.a.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora, sua controladora direta e suas controladas não tinham qualquer outro relacionamento com o Itaú BBA. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

O Itaú BBA e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses, não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico e não realizaram qualquer aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia. Adicionalmente, o Itaú BBA e/ou empresas de seu conglomerado econômico não participaram de quaisquer ofertas de valores mobiliários realizadas pela Emissora e/ou empresas de seu conglomerado econômico.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações relativas à Oferta - Remuneração dos Coordenadores ou Comissionamento" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O SANTANDER

Para atendimento ao disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritas abaixo as relações da Emissora (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Santander e seu conglomerado econômico, além do relacionamento referente à presente Oferta.

O Santander e seu conglomerado econômico não intermediaram, nos últimos 12 (doze) meses, quaisquer outras distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Emissora, nem adquiriram ou venderam quaisquer valores mobiliários de emissão da Emissora.

A Emissora e suas controladas e controladores diretos mantêm, ainda, relacionamento comercial com o Santander e seu conglomerado econômico em operações de financiamentos comerciais, operações estruturadas e serviços de Cash Management e Adquirência. Com o conglomerado econômico Grupo Algar o Santander possui os seguintes relacionamentos:

- (i) operações de BNDES no valor de R\$ 2.114.385,76, com início em 09/12/2008 e vencimento em 16/12/2013, com finalidade de financiamento de máquinas utilizadas nas instalações da companhia, com remuneração de TJLP + 5,50%aa;
- (ii) operações de Comércio Exterior - Financiamento a Importação, no valor de US\$ 6.100.937,00, com finalidade de financiar uma aeronave modelo piaggio para uso próprio da Companhia, com início em 06/09/2011, vencimento em 29/08/2016 e taxa de 6% a.a.;
- (iii) operações de financiamento a exportação para Algar Agro no valor total de US\$ 60.408.000,00 com início em 21/03/2012, vencimento em 28/03/2013 e deságios variando entre 0,33% a.m. e 0,37% a.m.;
- (iv) operações de NCE – Nota de Crédito a Exportação no valor total de US\$ 72.796.000,00, para financiamento das exportações do agronegócio, com início em 16/04/2012, vencimento em 11/04/2013 e taxas variando entre 0,17% a.m. e 0,18% a.m.;
- (v) financiamentos imobiliários que totalizam aproximadamente R\$ 5.922.000, para a construção da nova sede da companhia em Belo Horizonte, com início em 30/05/2012, vencimento em 15/05/2022 e com remuneração média de CDI + 1,15%aa; e
- (vi) operações de Derivativos (Swap e NDF) que totalizam aproximadamente R\$ 23.522.000, para neutralizar a exposição cambial da companhia, com início em 16/04/2012, vencimento em 28/07/2015, com uma referência de BRL/USD médio aproximado de R\$/US\$ 2,02.

Adicionalmente, o Santander (Banco Real ABN Amro), atuou como coordenador líder da primeira emissão de debêntures da Companhia (conforme descrito na seção "Destinação de Recursos" deste Prospecto"). Atualmente o Santander possui na sua carteira Debêntures da Primeira Emissão da Companhia no valor atual aproximado de R\$ 60.351.700,00 (sessenta milhões trezentos e cinquenta e um mil e setecentos reais). Por sua atuação com coordenador o Santander recebeu remuneração equivalente à 0,45% do volume total da emissão.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, a Emissora, sua controladora direta e suas controladas não tinham qualquer outro relacionamento com o Santander. A Emissora poderá, no futuro, contratar o Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Emissora.

O Santander e/ou empresas de seu conglomerado econômico nos últimos 12 meses, não participaram de operações de reestruturações societárias envolvendo a Companhia e/ou empresas de seu grupo econômico e, exceto no que toca das debêntures da primeira emissão da Companhia, conforme acima indicado, não realizaram qualquer aquisições e vendas de valores mobiliários de emissão da Companhia. Adicionalmente, o Santander e/ou empresas de seu conglomerado econômico não participaram de quaisquer ofertas de valores mobiliários realizadas pela Emissora e/ou empresas de seu conglomerado econômico.

Exceto pela remuneração prevista na seção "Informações relativas à Oferta - Remuneração dos Coordenadores ou Comissionamento" deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Santander cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização.

A Emissora entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Emissora declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Emissora e o Santander ou qualquer outra sociedade de seu grupo econômico.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

A seção “Informações relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, deste Prospecto, trata dos relacionamentos existentes entre a Emissora e os Coordenadores, além do proveniente da presente Oferta.

Na data deste Prospecto, não existem empréstimos em aberto concedidos pelos Coordenadores e/ou seu conglomerado econômico à Emissora e/ou às sociedades do seu grupo econômico que estejam vinculados à presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Emissora aos Coordenadores ou sociedades do seu respectivo conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. A remuneração dos Coordenadores, nos termos do Contrato de Distribuição, não está de qualquer forma vinculada às Debêntures.

Destaca-se que o Coordenador Líder e o Santander mantêm em suas respectivas carteiras debêntures da primeira emissão da Companhia, as quais serão resgatadas antecipadamente com os recursos provenientes desta Emissão, conforme descrito na seção “Destinação de Recursos”. As debêntures da primeira emissão da Companhia possuem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano. As debêntures da primeira emissão da Companhia possuem prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, qual seja, 2 de julho de 2007, vencendo-se, portanto, em 2 de julho de 2014, e não possuem garantias. Os recursos obtidos por meio da colocação das debêntures da primeira emissão da Companhia foram utilizados para antecipação do pagamento de empréstimos bancários pela Companhia, alongando o seu perfil de endividamento. O saldo devedor das debêntures da primeira emissão da Companhia em 30 de junho de 2012 é de R\$187.490.024,35 (cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Para maiores informações sobre as referidas debêntures, incluindo suas condições de pagamento e cronograma de desembolsos, ver seções “Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre a Emissora e os Coordenadores”, “Destinação de Recursos” e item “18.5. - Descrição de outros valores mobiliários emitidos” do Formulário de Referência, disponível nos endereços indicados na seção “Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, subseção “Formulário de Referência da Emissora”, deste Prospecto.

Por fim, destaca-se que a Emissora, o Coordenador Líder e o Santander, entendem que não há qualquer conflito de interesses envolvendo o Coordenador Líder, o Santander

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

ou quaisquer outras sociedades dos respectivos conglomerados econômico com a Companhia ou qualquer outra sociedade do seu grupo econômico em decorrência de tais Coordenadores serem titulares das referidas debêntures.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados da seguinte forma: (i) até 66% (sessenta e seis por cento) para o resgate de debêntures de sua primeira emissão ("Debêntures da Primeira Emissão") no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão; e (ii) no mínimo, 34% (trinta e quatro) por cento para o reforço de capital de giro da Companhia, sendo certo que o valor eventualmente não utilizado para o resgate das Debêntures da Primeira Emissão no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão será também alocado para o reforço de capital de giro da Companhia.

Os juros remuneratórios das Debêntures da Primeira Emissão correspondem a 100% (cem por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acrescida exponencialmente de *spread* de 0,85% (oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano. As Debêntures da Primeira Emissão possuem prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, qual seja, 2 de julho de 2007, vencendo-se, portanto, em 2 de julho de 2014. Os recursos obtidos por meio da colocação das Debêntures da Primeira Emissão foram utilizados para antecipação do pagamento de empréstimos bancários pela Companhia, alongando o seu perfil de endividamento. O saldo devedor das Debêntures da Primeira Emissão em 30 de junho de 2012 é de R\$187.490.024,35 (cento e oitenta e sete milhões, quatrocentos e noventa mil, vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Os recursos destinados ao reforço de capital de giro da Companhia, enquanto não aplicados ao adimplemento das obrigações rotineiras, serão mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha, em depósitos à vista ou aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

Para maiores informações acerca das Debêntures da Primeira Emissão vide item "18.5. - Descrição de outros valores mobiliários emitidos" do Formulário de Referência, disponível nos endereços indicados na seção "Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência", subseção "Formulário de Referência da Emissora", deste Prospecto. Adicionalmente, para mais informações sobre o impacto da Oferta na situação patrimonial da Emissora, vide seção "Capacidade de Pagamento da Emissora" deste Prospecto.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO DA EMISSORA

Os administradores da Emissora, com base em análise dos indicadores de desempenho, da geração operacional de caixa e da posição de caixa da Emissora após os eventos descritos abaixo, entendem que a Emissora possui plenas condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes, incluindo as Debêntures, bem como para continuar expandindo suas operações. De acordo com os administradores da Emissora, sua geração de caixa confere à Emissora margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes (considerando seu endividamento líquido, assim entendido como seus passivos de curto, médio e longo prazo deduzidos de seu saldo de caixa e equivalentes de caixa).

Segue abaixo a descrição da capacidade de pagamento da Emissora nos períodos de 6 (seis) meses encerrados em 2011 e 2012, referentes às suas informações financeiras consolidadas:

	30/06/2011	30/06/2012
	<i>(em R\$ mil)</i>	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	127.018	161.329
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de investimentos	(151.423)	(136.287)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	42.140	(66.224)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes a caixa	17.735	(41.182)

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras da Emissora incorporadas a este Prospecto por referência e disponíveis no *website* da CVM. Para mais informações de acesso no *website* da CVM, vide seção “Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, subseções “Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011” e “Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de 6 (seis) meses encerrados em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2012”, deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

Os dados abaixo, relativo às informações trimestrais consolidadas do período encerrado em 30 de junho de 2012 da Companhia, deverão ser lidos em conjunto com o quadro 10.1 do Formulário de Referência da Emissora, incorporado a este Prospecto por referência e disponível nos *websites* da CVM e da ANBIMA. Para mais informações de acesso em cada um desses *websites*, vide seção “Introdução – Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, subseção “Formulário de Referência da Emissora”, deste Prospecto.

	Capitalização (em R\$ mil)	
	Efetivo em 30/06/2012	Ajustado após Oferta⁽³⁾
Empréstimos e Financiamentos ⁽¹⁾	646.815	646.815
Circulante	100.091	100.091
Não Circulante	546.724	546.724
Debêntures	187.490	477.038
Circulante	80.347	80.347
Não Circulante	107.143	396.691
Patrimônio Líquido	614.370	614.370
Capitalização Total ⁽²⁾	1.448.675	1.738.223

⁽¹⁾ A linha Empréstimos e Financiamentos abrange as rubricas Empréstimos e Financiamentos, Outras Obrigações (Fornecedores financiamentos) e Autorização de Serviços de Telecomunicações a Pagar das informações trimestrais consolidadas da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2012.

⁽²⁾ Capitalização Total corresponde a soma dos Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Patrimônio Líquido.

⁽³⁾ Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta, no valor de aproximadamente R\$289.548.026,89 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, vinte e seis reais e oitenta e nove centavos), após deduzidas as comissões e as despesas estimadas da Oferta a serem pagas pela Emissora.

O investidor deve ler esta seção em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incorporadas a este Prospecto por referência e disponíveis no *website* da CVM. Para mais informações de acesso no *website* da CVM, vide seção “Introdução - Documentos e Informações Incorporados a este Prospecto por Referência”, subseções “Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011” e “Informações Trimestrais da Emissora relativas aos períodos de 06 meses encerrados em 30 de junho de 2012”, deste Prospecto.

[página intencionalmente deixada em branco]

5. FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA

Esta seção contempla, exclusivamente, os fatores de risco diretamente relacionados às Debêntures e à Oferta e não descreve todos os fatores de risco relativos à Companhia e suas atividades, os quais o investidor deve considerar antes de adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

O investimento nas Debêntures ofertadas envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia, principalmente os fatores de risco descritos nos itens "Fatores de Risco" e "Riscos de Mercado", constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia. A leitura deste Prospecto não substitui a leitura do Formulário de Referência da Companhia.

Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia atualmente acredita que poderão a afetar de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos pela Companhia, ou que a Companhia atualmente considera irrelevantes, também prejudicar suas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa.

Recomenda-se aos investidores interessados que contatem seus consultores jurídicos e financeiros antes de investir nas Debêntures.

A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.

O investimento em títulos de mercados emergentes, entre os quais se inclui o Brasil, envolve um risco maior do que os investimentos em títulos de emissores de países desenvolvidos, podendo tais investimentos ser tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos em valores mobiliários brasileiros, tais como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos deste país que podem afetar a capacidade dos emissores destes valores mobiliários de cumprir com suas obrigações. Eventos econômicos e políticos nestes países podem, ainda, ter como consequência restrições a investimentos estrangeiros e/ou à repatriação de capital investido. Não há como garantir que não ocorrerão no Brasil eventos políticos ou econômicos que poderão interferir nas atividades da Emissora, conforme descrito acima.

As Debêntures são da espécie quirografária.

As Debêntures não contarão com qualquer garantia real ou fidejussória, ou preferência em relação aos demais credores da Emissora, pois são da espécie quirografária. Dessa forma, na hipótese de liquidação da Emissora, os titulares das Debêntures estarão subordinados aos demais credores da Emissora e somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores, se houver, e acionistas da Emissora em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de liquidação da Emissora, não há como garantir que os titulares das Debêntures receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

As Debêntures da Segunda Série, pode(m) perder o registro no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA em função do não atendimento do número mínimo de investidores ou, ainda, a Oferta poderá ser excluída da relação de ofertas realizadas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa, em função do não atendimento dos requisitos mínimos exigidos pelo Código ANBIMA de Renda Fixa.

Caso as Debêntures da Segunda Série não sejam subscritas por no mínimo 10 (dez) investidores, ou caso um ou mais investidores tenham participação individual superior a 20% (vinte por cento) do Valor Total da Oferta, a Oferta das Debêntures da respectiva série perderá seu registro no Novo Mercado de Renda Fixa e, conseqüentemente, as Debêntures da respectiva série não poderão ser negociadas no âmbito desse mercado. Adicionalmente, a Oferta também poderá ser excluída da relação de ofertas realizadas no âmbito do Novo Mercado de Renda Fixa caso, após a obtenção do registro, ela deixe de observar os requisitos mínimos exigidos pelo Código ANBIMA de Renda Fixa, conforme previsto no artigo 8º do referido Código ANBIMA de Renda Fixa.

A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários pode dificultar o desinvestimento nas Debêntures pelos seus titulares.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação desses valores mobiliários que possibilite aos subscritores desses títulos sua pronta alienação caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade para realizar a venda desses títulos no mercado secundário ou até mesmo podem não conseguir realizá-la, e, conseqüentemente, podem eventualmente sofrer prejuízo financeiro.

O eventual rebaixamento na classificação de risco atualmente atribuída à Oferta poderá dificultar a captação de recursos pela Companhia, bem como acarretar a redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário e impacto negativo relevante na Companhia.

A classificação de risco atribuída à Oferta baseou-se na condição econômica, financeira e operacional da Emissora na data deste Prospecto e nas informações constantes do Formulário de Referência da Emissora na data deste Prospecto, bem como nas características da Emissão, nas obrigações assumidas pela Emissora e nos fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Não existe garantia de que a classificação de risco atualmente atribuída à Oferta permanecerá inalterada durante todo o prazo de vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco originalmente atribuída seja rebaixada, a Emissora poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, o que poderá, consequentemente, ter um impacto negativo relevante nos resultados e nas operações da Companhia e na sua capacidade de honrar com as obrigações relativas à Oferta. Da mesma forma, eventual rebaixamento na classificação de risco originalmente atribuída poderá reduzir a liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário, o que, consequentemente, poderá resultar em prejuízo financeiro aos Debenturistas que optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

As obrigações da Emissora constantes da Escritura estão sujeitas a eventos de vencimento antecipado.

A Escritura estabelece diversas hipóteses que podem ensejar o vencimento antecipado das obrigações da Emissora com relação às Debêntures, de forma automática ou não, tal como o não cumprimento de obrigações previstas na Escritura. Não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures na ocorrência do vencimento antecipado de suas obrigações no âmbito da Emissão, hipótese que poderá acarretar um impacto negativo relevante aos Debenturistas e à Companhia. Para descrição completa dos Eventos de Inadimplemento, vide seção “Informações Relativas à Oferta– Vencimento Antecipado”, deste Prospecto.

A taxa de juros estipulada nas Debêntures da Primeira Série pode ser questionada em decorrência da Súmula nº 176 do Superior Tribunal de Justiça.

A Súmula nº 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que “é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de divulgada pela ANBIMA/CETIP”. A referida súmula decorreu do julgamento de ações judiciais em que se discutia a validade da aplicação da taxa divulgada pela ANBIMA/CETIP em contratos utilizados em operações bancárias ativas. De acordo com os acórdãos que sustentam a súmula, tanto a ANBIMA quanto a CETIP são instituições de direito privado, destinadas à defesa dos interesses de instituições financeiras.

As Debêntures da Primeira Série serão remuneradas com base na Taxa DI *Over*. Assim, embora a referida súmula não vincule as decisões do Poder Judiciário, há a possibilidade de, em uma eventual disputa judicial, a Súmula nº 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI *Over*, divulgada pela CETIP, não é válida como fator de remuneração das Debêntures da Primeira Série. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser estipulado pelo Poder Judiciário poderá conceder aos Debenturistas da Primeira Série uma remuneração inferior à Taxa DI *Over*, prejudicando a rentabilidade das Debêntures da Primeira Série.

As Debêntures poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI Over ou do IPCA.

Na hipótese de os Debenturistas da Primeira Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios da Primeira Série, em substituição à Taxa DI *Over*, caso esta se torne indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em Circulação, com o seu consequente cancelamento.

Igualmente, na hipótese de os Debenturistas da Segunda Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, convocada especificamente para esse fim, não acordarem em conjunto com a Emissora sobre um novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária, em substituição ao IPCA, caso este se torne indisponível por mais de 20 (vinte) dias consecutivos, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em Circulação.

Em decorrência do resgate das Debêntures em qualquer das situações acima, os titulares das Debêntures poderão não obter o retorno financeiro esperado na aquisição das Debêntures, não havendo qualquer garantia de que existirão, no momento do resgate, outros ativos no mercado de risco e retorno semelhantes às Debêntures. Além disso, a atual legislação tributária referente ao imposto de renda determina alíquotas diferenciadas em decorrência do prazo de aplicação, o que poderá implicar aplicação de alíquota superior à que seria aplicada caso as Debêntures fossem liquidadas apenas na data de seu vencimento original. Além disso, por tratar-se de situação alheia à vontade da Companhia, não há garantias de que a Emissora terá recursos suficientes em caixa para realizar o pagamento integral da dívida representada pelas Debêntures da respectiva Série na ocorrência do resgate antecipado em questão.

A participação de investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas na Oferta poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures, bem como na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

A remuneração das Debêntures será definida com base no Procedimento de *Bookbuilding*, no qual serão aceitas intenções de investimento de investidores que

sejam Pessoas Vinculadas. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, caso não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 das Debêntures inicialmente ofertadas, investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderão investir nas Debêntures, o que poderá promover a má formação na taxa de remuneração final das Debêntures a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding* e na liquidez esperada das Debêntures.

Além disso, a participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas poderá ter um efeito adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário, uma vez que referidas Pessoas Vinculadas podem optar por manter estas Debêntures fora de circulação, influenciando a liquidez. Não temos como garantir que a aquisição das Debêntures por Pessoas Vinculadas não ocorrerá ou que referidas Pessoas Vinculadas não optarão por manter estas Debêntures fora de circulação.

As informações acerca do futuro da Emissora contidas neste Prospecto podem não ser precisas.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora, as quais refletem as opiniões da Emissora em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolve riscos e incertezas. Não há garantias de que o desempenho futuro da Companhia será consistente com tais informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco” e na seção “Fatores de Risco” e “Riscos de Mercado”, constantes dos quadros 4 e 5, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia, e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Emissora que não representam qualquer garantia quanto a sua ocorrência. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações contidas neste Prospecto e a não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Emissora não assume qualquer obrigação de atualizar ou revisar quaisquer informações acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo disposto na regulamentação aplicável, e a não concretização das perspectivas do futuro da Emissora divulgadas podem gerar um impacto negativo relevante nos resultados e operações da Companhia.

A Oferta será realizada em 2 (duas) séries, sendo que a alocação das Debêntures entre as séries foi efetuada com base no Sistema de Vasos Comunicantes, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

O número de Debêntures a ser alocado em cada série da Emissão foi definido de acordo com a demanda das Debêntures pelos investidores, apurado em Procedimento

de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorreu por meio do sistema de vasos comunicantes, de acordo com o plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores da Oferta, o que poderá afetar a liquidez da série com menor demanda.

Poderá haver conflito de interesses entre o Votorantim e o Santander e os investidores da Oferta, tendo em vista que tais Coordenadores são titulares das debêntures da 1a Emissão, as quais serão resgatadas pela Emissora com os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures.

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao resgate das debentures da 1a Emissão, que são de titularidade de diversos investidores, dentre os quais os Coordenadores Votorantim e Santander. Assim, o interesse de tais Coordenadores em realizar a Oferta, de forma que a Emissora capte recursos suficientes para promover o resgate de referidas debêntures, poderá conflitar com o interesse dos investidores a quem as Debêntures forem ofertadas. Para mais informações sobre as debentures da 1a Emissão, vide seção "Informações Relativas à Oferta – Operações Vinculadas à Oferta" deste Prospecto.

6. ANEXOS

[página intencionalmente deixada em branco]

I - ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA

[página intencionalmente deixada em branco]

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
CNPJ MF Nº 71.208.516/0001-74
NIRE: 313.000.117-98

ESTATUTO SOCIAL
CAPITULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Art. 1º - A **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL** ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede e foro na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, CEP: 38.400-668, regida pela Lei nº 6.404/1976 e alterações posteriores, pelo presente Estatuto Social, pelas leis e usos do comércio e demais normas e disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá adotar como nome fantasia a expressão "CTBC" ou "CTBC TELECOM" ou "ALGAR TELECOM".

Art. 2º - A Sociedade, por deliberação colegiada da Diretoria estatutária, pode abrir e extinguir filiais, agências e escritórios de representações, no país e no exterior.

Art. 3º - A Sociedade tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração.

§ 1º - Na consecução de seu objeto, a Sociedade poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também:

I - comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade;

II - participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações e serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações;

III - promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;

IV - prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

V - exercer atividades de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do setor de telecomunicações;

VI - celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e

VII - exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

§2º - É nulo de pleno direito qualquer ato assinado em nome da Sociedade que extrapole as atividades e responsabilidades constantes deste objeto social.

Art. 4º - A Sociedade manterá em território nacional centros de deliberação e implementação das decisões estratégicas, gerenciais, logísticas, comerciais, operacionais e técnicas envolvidas no cumprimento de seu contrato de concessão.

Art. 5º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPITULO II DO CAPITAL AUTORIZADO

Art. 6º - O capital autorizado da Sociedade é de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

§1º - O capital autorizado poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral, quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício.

§2º - Até o limite do capital autorizado, o capital subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, cabendo ao Conselho de Administração fixar o respectivo preço de emissão.

§3º - Dentro do limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração pode aprovar a outorga pela Sociedade de opção de compra de ações a seus administradores, empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade, e, ainda, a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, sem direito de preferência para os acionistas.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

CAPITULO III

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Art. 7º - O capital social inteiramente subscrito e integralizado é de R\$ 271.640.283,05 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e quarenta mil, duzentos e oitenta e três reais e cinco centavos), dividido em 281.933 (duzentas e oitenta e uma mil e novecentas e trinta e três) ações ordinárias e 58.464 (cinquenta e oito mil, quatrocentas e sessenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º - As capitalizações com reservas e lucros serão feitas independentemente de aumento do número de ações.

§2º - As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e a cada ação ordinária é atribuído um voto nas deliberações das Assembleias.

§3º - As ações da Sociedade poderão ser escriturais, de acordo com deliberação de sua Diretoria.

§4º - As ações preferenciais serão de classe única, não conferirão a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais, mas, terão os seguintes direitos:

- I. Prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido;
- II. Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; e
- III. Prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade.

§5º - Não obstante o disposto no §4º do Art. 7º desse instrumento, as ações preferenciais de emissão da Sociedade terão direito a voto, sem prejuízo do disposto no §1º do Art. 115 da Lei 6.404/1976, nas decisões relativas à celebração, pela Sociedade, de contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive de assistência técnica, com entidades estrangeiras vinculadas aos seus acionistas controladores, na forma do disposto no contrato de concessão celebrado entre a Sociedade e o Poder Concedente.

Art. 8º - O Conselho de Administração poderá autorizar a aplicação de lucros ou reservas no resgate ou amortização de ações, observado o disposto no Art. 44 da Lei 6.404/1976.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

CAPITULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE
SEÇÃO I
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO
CONSELHO E DIRETORIA

Art. 9º - A administração da Sociedade compete ao Conselho de Administração e à Diretoria estatutária.

§1º - O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, exercerá a administração superior da Sociedade.

§2º - A Diretoria é órgão da administração executiva da Sociedade, atuando cada um de seus membros segundo a respectiva competência.

§3º - É nulo de pleno direito qualquer obrigação, financeira ou não, assumida em nome da Sociedade que seja celebrada em desconformidade com as disposições contidas nesse Estatuto Social.

§4º - Os administradores somente podem assumir obrigações e responsabilidades expressamente autorizadas no presente Estatuto e de acordo com os Limites e Responsabilidades de Aprovações descritas no Anexo I do presente instrumento.

SEÇÃO II
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
COMPETÊNCIA

Art. 10 - Compete ao Conselho de Administração:

I - Fixar e monitorar a orientação geral dos negócios da Sociedade e das empresas sob seu controle;

II - Convocar a Assembleia Geral;

III - Manifestar-se e submeter à aprovação da Assembleia Geral as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Administração da Sociedade;

IV - Aprovar as diretrizes e estratégias da Sociedade e controladas;

V - Aprovar os planos de negócios da Sociedade e de suas controladas, os orçamentos anuais e suas revisões periódicas e os planos de longo prazo e as decisões econômico-financeiras não previstas ou que extrapolam o orçamento anual e suas revisões periódicas, notadamente investimentos e desinvestimentos, aquisição e alienação de bens do ativo permanente, a entrada em novos ramos de negócios e os níveis máximos de endividamento da Sociedade;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- VI - Analisar a performance geral da Sociedade e controladas, acompanhando os macros desvios dos planos e determinando medidas corretivas;
- VII - Aprovar a participação, ou aumento de participação da Sociedade no capital de outras empresas, bem como, a alienação total ou parcial dessa participação;
- VIII - Propor aumento do Capital autorizado ou redução do Capital Social, transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Sociedade ou de empresas controladas, diretas ou indiretas, encaminhando referidas propostas à aprovação das respectivas Assembleias;
- IX - Deliberar sobre o aumento de capital e a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, observadas as disposições legais e estatutárias;
- X - Deliberar sobre as condições de emissão de debêntures da Sociedade por delegação da Assembleia Geral;
- XI - Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, conforme proposta da Diretoria;
- XII - Autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, conforme critérios definidos pela Lei 6.404/1976;
- XIII - Aprovar a estrutura organizacional estatutária da Sociedade e encaminhar referida proposta para aprovação na Assembleia, observadas as disposições legais e estatutárias;
- XIV - Aprovar a Delegação de Responsabilidades e Regime de Competências da Sociedade, não sendo necessário o registro e o arquivamento de tais documentos na Junta Comercial ou em cartórios de Registro de Títulos e Documentos;
- XV - Examinar, a qualquer tempo, os livros da Sociedade e controladas;
- XVI - Solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e sobre quaisquer outros atos;
- XVII - Escolher e destituir os auditores independentes;
- XVIII - Aprovar os planos gerais de auditoria dos auditores independentes e da auditoria interna;
- XIX - Propor a Política de Dividendos e submeter à Assembleia;
- XX - Acompanhar as ações de responsabilidade Social e Ambiental, considerando estas dimensões na definição dos negócios e operações e avaliando a efetiva contribuição para a sociedade onde atua;
- XXI - Aprovar a arquitetura da marca, zelar pelo cumprimento dos atributos desejados e acompanhar as ações para o fortalecimento da imagem institucional;
- XXII - Aprovar mudanças, correção ou aprimoramento de políticas ou práticas contábeis;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- XXIII - Aprovar Política de Gestão de Riscos e Política de Operações Financeiras da Sociedade;
- XXIV - Aprovar política de remuneração, incluindo a remuneração variável, bônus e benefícios dos funcionários da Sociedade e controladas;
- XXV - Zelar pelo cumprimento do Estatuto Social e propor atualizações à Assembleia;
- XXVI - Eleger e destituir a qualquer tempo os diretores da Sociedade, fixando-lhes as atribuições; e
- XXVII - Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

SEÇÃO III **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** **COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES**

Art. 11 - O Conselho de Administração será composto de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 11 (onze) membros, que serão devidamente eleitos pela Assembleia Geral.

§1º - O mandato dos conselheiros será unificado de 01 (um) exercício anual, podendo ser reeleitos pelo mesmo período ou destituídos a qualquer tempo, com observância das exceções legais.

§2º - Para os efeitos deste artigo, considera-se exercício anual o período compreendido entre 02 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias.

§3º - A Assembleia Geral designará, dentre os membros eleitos, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração.

§4º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração, ou a seu substituto, convocar as Assembleias Gerais, convocar e presidir as reuniões do Conselho, baixar os atos que consubstanciem as respectivas deliberações e praticar os atos de sua competência.

§5º - Compete aos membros do Conselho discutir e deliberar sobre as matérias de sua competência.

§6º - Nas ausências e impedimentos eventuais, o Presidente do Conselho de Administração será plenamente substituído pelo Vice-Presidente do Conselho, ou, caso haja impedimento deste último, o Presidente nomeará um substituto, ou, não ocorrendo à nomeação, o Conselheiro mais idoso assumirá o cargo.

§7º - O Conselho de Administração deliberará por maioria de votos, presente a maioria de seus membros, cabendo ao Presidente ou a seu substituto, além do voto comum, o de qualidade.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

§8º - Os membros do Conselho de Administração não poderão acumular cargo de Diretoria estatutária.

SEÇÃO IV DIRETORIA COMPOSIÇÃO E FUNÇÕES

Art. 12 - A Diretoria estatutária, com mandato de 03 (três) anos, será composta de 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente de Operações, 01 (um) Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Talentos Humanos, 01 (um) Diretor de Operações e Tecnologia, 01 (um) Diretor Comercial de Varejo e 01 (um) Diretor Comercial de Empresas, os quais deverão permanecer nos respectivos cargos até a investidura de seus sucessores, podendo, entretanto, serem destituídos a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

§1º - Os Diretores investem-se nos seus cargos mediante a assinatura do termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, estando dispensados de prestação de caução.

§2º - O Diretor Presidente pode nomear formalmente o seu substituto. Não ocorrendo nomeação, nas ausências e impedimentos eventuais do Diretor Presidente, o mesmo será substituído pelo Diretor imediato, conforme ordem da relação de cargos constante no caput deste artigo.

SEÇÃO V COMPETÊNCIA

Art. 13 - Compete à Diretoria estatutária:

I - Representar a Sociedade em conjunto com outro Diretor, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social, bem como perante os acionistas, público em geral, empresas privadas e Administração Pública e no relacionamento com quaisquer entidades;

II - Aprovar o estabelecimento de representação da Sociedade em qualquer parte do território nacional ou exterior;

III - Elaborar as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, submetendo-os ao Conselho Fiscal, quando instaurado, aos auditores independentes e ao Conselho de Administração, que, por sua vez, submeterá referidos documentos à aprovação da Assembleia Geral;

IV - Estabelecer objetivos, políticas e diretrizes específicas da gestão operacional;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

V - Implementar as diretrizes estratégicas e a orientação geral dos negócios fixadas pelo Conselho de Administração;

VI - Aprovar o plano de cargos, o quadro pessoal, a tabela de remuneração e o regulamento de pessoal da Sociedade, observada a Política de Remuneração;

VII - Aprovar, por meio de formalização em ata da Diretoria, a constituição de ônus reais sobre bens da Sociedade e qualquer outra forma de outorga de garantias, para concessão de garantias em favor da Sociedade ou coligadas e controladas, sendo vedadas tais prestações para obrigações de qualquer pessoa física ou para obrigações de terceiros fora das empresas sob controle direto ou indireto da Algar S/A Empreendimentos e Participações;

VIII - Reunir mediante convocação por escrito do Diretor Presidente ou de qualquer um de seus membros, decidindo por maioria de votos, presente a maioria dos Diretores, cabendo ao Diretor Presidente além do voto comum, o de qualidade. Na ausência do Diretor Presidente, a prerrogativa de proferir voto de qualidade, será transferida ao Diretor substituto conforme §2º Art. 12 supra;

IX - Deliberar sobre assuntos julgados pelo Diretor Presidente ou pelos demais Diretores, como de competência colegiada da Diretoria ou a ela atribuídos pelo Conselho de Administração, pela Lei, pelo Estatuto ou pela Assembleia Geral;

X - Cumprir o objeto social e as atividades, observando os limites e responsabilidades constantes neste Estatuto Social; e

XI - Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelo Conselho de Administração, pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

SEÇÃO VI DIRETORIA PRERROGATIVAS E RESPONSABILIDADES

Art. 14 - Os atos, contratos e documentos que importem em responsabilidades para a Sociedade serão sempre assinados em conjunto por 02 (dois) Diretores Estatutários, preferencialmente Diretores das áreas envolvidas na operação.

§1º - Em casos de ausência ou impossibilidade de 02 (dois) Diretores Estatutários assinarem os atos definidos no caput deste artigo, referidos atos poderão ser assinados por 01 (um) Diretor Estatutário em conjunto com 01 (um) procurador, não subordinado a este, desde que investido de

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

especiais poderes, exceto para movimentação de contas bancárias a qual poderá ser assinada por dois procuradores com poderes específicos.

§2º - As procurações outorgadas em nome da Sociedade serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente em conjunto com outro Diretor Estatutário, devendo especificar os poderes conferidos e a duração do respectivo mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

§3º - A Sociedade poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor Estatutário ou 01 (um) Procurador com poderes especiais nos seguintes casos:

- a. Prática de atos de simples rotinas administrativas perante repartições públicas, fundações, sociedades de economia mista, concessionárias e autorizatárias de serviço público, alfândega, autarquias, associações, sindicatos, federações, agências, bombeiros, juntas comerciais, órgãos de classe, ministérios, entes parastatais, instituições, empresas públicas, cartórios, serventias, secretarias, Secretária da Receita Federal, Secretarias das Fazendas Estaduais, Secretarias das Fazendas Municipais, delegacias, órgãos do poder Executivo, Legislativo e Judiciário, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outras da mesma natureza.
- b. Assinatura de instrumentos contratuais em solenidade e/ou circunstâncias nas quais não seja possível a presença do segundo representante;
- c. Assinatura de correspondência que não crie obrigações e ou responsabilidades para a Sociedade;
- d. Depoimentos judiciais ou representação da Sociedade em Juízo;
- e. Recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- f. Participação em licitações;
- g. Registros em Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- h. Vendas de produtos e serviços cujos contratos sejam previamente aprovados nos termos do caput do presente artigo.

§4º - Salvo quando da essência do ato for obrigatória à forma pública, os mandatários serão constituídos por procuração sob a forma de instrumento particular, no qual serão especificados os poderes outorgados, limitado o prazo de validade das procurações “ad negotia” ao dia 31 de dezembro do ano em que for outorgada a procuração, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado. As procurações outorgadas a partir de 1º de dezembro poderão ter validade até 31 de dezembro do ano seguinte.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

§5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer diretor, procuradores ou empregados que a envolverem em obrigações, negócios, contratações ou operações estranhas ao objeto social, tais como, mas não se limitando a, fianças, ônus, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando os referidos atos forem em benefício do grupo econômico Algar.

§6º - A Diretoria da Sociedade está expressamente proibida de firmar quaisquer tipos de atos, contratos ou documentos com fim especulativo, bem como instrumentos financeiros de derivativos, especulativo ou não, independentemente do modelo, formato e/ou nomenclatura, sem prévia e expressa aprovação do Conselho de Administração. Para fins exemplificativos entende-se por derivativos, quaisquer contratos nos quais se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo de mercado, ou seja, é um contrato cujo valor deriva de um outro ativo.

SEÇÃO VII DIRETORIA COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Art. 15 - São competências específicas dos cargos da Diretoria estatutária:

I - Diretor Presidente:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral, podendo, nos termos deste Estatuto, nomear procuradores em conjunto com outro Diretor Estatutário;
- b. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- c. Superintender as atividades da administração executiva da Sociedade, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- d. Elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Sociedade, e suas revisões periódicas, responsabilizando-se pelo seu cumprimento;
- e. Assegurar à Sociedade a realização de atividades voltadas para a criação e divulgação das ações de Planejamento Estratégico que venham a garantir a sua continuidade através da diferenciação e identificação de oportunidades a serem exploradas;
- f. Assegurar a devida Governança Regulatória, específica para o setor de telecomunicações, visando o atendimento e cumprimento das obrigações das autorizações e concessões sob controle da Sociedade;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- g. Executar as diretrizes e supervisionar todas as atividades da Sociedade, dimensionar e gerir adequadamente os riscos gerais dos negócios, definir as estratégias operacionais, garantir o desenvolvimento sustentável da Sociedade, a consolidação da marca e da imagem institucional; e
- h. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

II - Diretor Vice-Presidente de Operações:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir as atividades das áreas Comercial, Marketing, Operação e Tecnologia, Governança de Projetos, Compras e Logística, Negócios com Operadoras e Jurídico, de maneira funcional e indireta, exceto para as questões operacionais;
- c. Cogerenciar o processo de construção da arquitetura estratégica da Sociedade, compreendendo o diagnóstico estratégico, competências centrais, objetivos estratégicos, metas de curto e longo prazo;
- d. Executar o gerenciamento estratégico por meio dos indicadores de performance e da definição de metas de longo prazo, acompanhando os objetivos funcionais das diversas diretorias vinculadas e os planos de ação; e
- e. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

III - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir e coordenar as áreas de planejamento financeiro, faturamento, crédito e cobrança, controladoria, controle de ativos, financeiro, tesouraria e de relações com investidores, supervisionando o desempenho e os resultados destas áreas de acordo com as metas estabelecidas;
- c. Gerenciar os riscos gerais da Sociedade, especificamente com relação a crédito e inadimplência, câmbio, níveis de juros e de endividamento, bem como todas as suas posições financeiras;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- d. Promover estudos e propor alternativas para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade;
- e. Preparar as demonstrações financeiras da Sociedade assegurando a qualidade das informações econômico-financeiros quanto à confiabilidade, transparência, consistência e prazos;
- f. Gerenciar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Sociedade e com as partes envolvidas, inclusive administrando e otimizando os recursos financeiros aplicados;
- g. Responsabilizar-se pela contabilidade da Sociedade para atendimento das determinações legais e regulatórias aplicáveis tomando as providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários e instituições onde seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação;
- h. Manter relacionamento, contatos e representar a Sociedade perante a Comissão de Valores Mobiliários, instituições financeiras e aquelas em que seus valores mobiliários sejam admitidos à negociação, órgãos ligados ao mercado de capitais, público investidor, bem como fornecedores nos assuntos pertinentes a esta Diretoria; e
- i. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

IV - Diretor de Talentos Humanos:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de talentos humanos da Sociedade responsabilizando-se pelos processos de admissão, desligamento, pagamentos, controles trabalhistas e legais específicos, bem como relacionamento com sindicatos e pela definição e gestão das políticas e procedimentos de administração salarial e de benefícios;
- c. Implementar políticas, projetos, planos e ações de gestão de Talentos Humanos, em harmonia com as políticas corporativas de Talentos Humanos, visando garantir a atração, retenção e desenvolvimento dos Talentos necessários ao plano estratégico da Sociedade;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- d. Relacionar-se com sindicatos e conduzir as negociações coletivas da Sociedade; e
- e. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

V - Diretor de Operações e Tecnologia:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Dirigir as atividades de Engenharia, Operações, Redes, Segurança da Informação, Garantia de Receitas e Entrega de Serviços;
- c. Assegurar a infraestrutura útil e/ou necessária às operações, através da gestão eficiente dos projetos, aquisições, construção, montagem, planejamentos e gestão eficiente de uso técnico;
- d. Buscar novas tecnologias por meio de contatos e negociações com fornecedores de produtos e serviços; e
- e. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

VI - Diretor Comercial de Varejo:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Relacionar com Clientes em todos os canais de venda e atendimento, avaliando índices de satisfação, implementando ações de melhorias e assegurando o crescimento da Sociedade;
- c. Reter e fidelizar a carteira de Clientes;
- d. Desenvolver e implantar estratégias de vendas, políticas comerciais e estrutura para canais;
- e. Desenvolver ações regionais e apoiar as estratégias de marketing no seu segmento de atuação; e
- f. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

VII - Diretor Comercial de Empresas:

- a. Representar a Sociedade, em juízo ou fora dele, perante os acionistas e o público em geral;
- b. Relacionar com Clientes em todos os canais de venda e atendimento avaliando índices de satisfação, implementando ações de melhorias e assegurando o crescimento da Sociedade;
- c. Reter e fidelizar a carteira de Clientes;
- d. Desenvolver e implantar estratégias de vendas, políticas comerciais e estrutura para canais;
- e. Desenvolver ações regionais e apoiar as estratégias de marketing no seu segmento de atuação; e
- f. Exercer outras atividades que lhe sejam determinadas pelas Assembleias Gerais, pela Lei, pelo Estatuto Social, pela Diretoria, regimentos, diretrizes, normas e políticas corporativas.

SEÇÃO VIII
DISPOSIÇÕES COMUNS AOS ADMINISTRADORES

Art. 16 - Os administradores da Sociedade deverão zelar pela Visão, Missão e Valores e pelo cumprimento das políticas e diretrizes corporativas.

Art. 17 - Os administradores da Sociedade deverão zelar pelo cumprimento deste Estatuto Social, das disposições legais aplicáveis à Sociedade, do Regime de Competências e da Delegação de Responsabilidades da Sociedade.

Art. 18 - Aos administradores da Sociedade é vedado pertencer, sob qualquer forma ou títulos em quadros de dirigentes ou de empregados de empresas fabricantes, fornecedoras de materiais ou serviços, concorrentes, assim como de empresas executoras de obras, que por ventura mantenham contratos com a Sociedade, em magnitude que implique perda de independência.

Art. 19 - Além dos casos de morte, renúncia, destituição e outros previstos em lei, dar-se-á a vacância do cargo, quando (i) o Diretor deixar o exercício da função durante o prazo do mandato, por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, sem justa causa, a juízo do Conselho de Administração; e (ii) o Conselheiro deixar de participar de 03 (três)

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

reuniões ordinárias consecutivas, sem motivo justificado da licença concedida pelo Conselho de Administração.

§1º - No caso de vacância definitiva de cargo da Diretoria, o Diretor Presidente poderá nomear, interinamente, um substituto para assumir o cargo até a próxima eleição promovida pelo Conselho de Administração.

§2º - No caso de vacância definitiva de cargo de Membro do Conselho de Administração, os demais membros podem nomear substituto para cumprimento do restante do mandato ou até a primeira Assembleia Geral.

§3º - A renúncia ao cargo de administrador é feita mediante comunicação escrita ao órgão a que o renunciante integrar, tornando-se eficaz, a partir deste momento perante a Sociedade e, perante terceiros, após o arquivamento do documento de renúncia no Registro do Comércio e sua publicação.

CAPITULO V DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 20 - A Assembleia Geral é o órgão superior da Sociedade, com poderes para deliberar, respeitados os limites previstos em lei, sobre todos os negócios relativos ao objeto social e tomar as providências que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Sociedade.

Art. 21 - A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, nos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para deliberar sobre as matérias de sua competência, nos termos do Art. 132 da Lei 6.404/1976 e alterações posteriores, e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º - As Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias, são instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, por seu substituto ou por acionistas indicados dentre os presentes nas Assembleias, por maioria de votos dos acionistas detentores de ações ordinárias, cabendo a cada ação ordinária um voto para definição do Presidente da Mesa, que quando eleito, indicará o seu secretário.

§2º - É necessária a aprovação de acionistas que representem a maioria absoluta, no mínimo, do capital social votante, além dos demais casos previstos em lei, para deliberações sobre:

- I. Aumento e redução do capital social;
- II. Fixação do capital autorizado;

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- III. Mudança do objeto social da Sociedade;
- IV. Incorporação da Sociedade em outra, sua fusão ou cisão;
- V. Dissolução da Sociedade;
- VI. Cessação do estado de liquidação da Sociedade;
- VII. Participação em grupos de sociedades;
- VIII. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;
- IX. Aumento de classes de ações preferências existentes, sem guardar proporção com as demais classes; e
- X. Redução do dividendo obrigatório.

§3º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias por procuradores constituídos na forma da Lei 6.404/1976, devendo o instrumento de mandato ser depositado na sede social da Sociedade com antecedência mínima de 03 (três) dias.

CAPITULO VI DO CONSELHO FISCAL

Art. 22 - O Conselho Fiscal funcionará exclusivamente nos casos em que a sua instalação seja solicitada por acionistas, nos termos da Lei 6.404/1976.

Art. 23 - O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 03 (três) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com observância da Lei 6.404/1976.

§1º - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição.

§2º - Eleitos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 01 (um) exercício anual, encerrando seu período de funcionamento na próxima Assembleia Geral Ordinária.

§3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§4º - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas pelo Diretor Presidente da Sociedade.

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

§5º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros efetivos do Conselho Fiscal.

§6º - O Conselho se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros, cabendo ao membro que discordar de manifestação específica, fazer constar em ata seu voto contrário, motivos e protesto, se desejar.

Art. 24 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Art. 25 - Ocorrendo vacância do cargo de membro do Conselho, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a próxima Assembleia Geral procederá eleição de membro para ocupar o cargo vago.

Art. 26 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o § 3º do Art. 162 da Lei 6.404/1976.

Parágrafo Único: O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

CAPITULO VII

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Art. 27 - O exercício social da Sociedade inicia-se a 1º de janeiro e encerra-se a 31 de dezembro.

Art. 28 - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, nos termos do Art. 176 da Lei 6.404/1976, as Demonstrações Financeiras constituídas de:

- I. Balanço patrimonial;
- II. Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;
- III. Demonstração do resultado do exercício; e
- IV. Demonstração dos fluxos de caixa.

Art. 29 - Os lucros líquidos do exercício, ajustados de acordo com o Art. 202 da Lei 6.404/1976, terão a seguinte destinação:

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

- a. 5% (cinco por cento) para a constituição de Reserva Legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- b. 25% (vinte e cinco por cento) destinado ao pagamento de dividendo obrigatório; e
- c. O saldo remanescente terá a sua destinação proposta pela Diretoria, respeitadas as disposições legais e estatutárias.

Parágrafo Único: A Diretoria poderá, mediante aprovação do Conselho de Administração, nos termos do Art. 204 da Lei 6.404/1976, levantar balanços intercalares e distribuir dividendos "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros registrados em balanço anual ou semestral, ou ainda, declarar e distribuir juros sobre o capital próprio e imputá-los ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Art. 30 - Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos deverão ser pagos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Parágrafo Único: Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos reverterão em favor da Sociedade.

Art. 31 - Desde que os lucros do exercício excedam a 10% (dez por cento) do capital social e satisfeitos os pré-requisitos legais, a Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores participação nos lucros, não excedente à remuneração anual dos administradores nem a 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32 - As operações e contratos com partes relacionadas devem ser firmadas em condições de mercado.

Art. 33 - A Diretoria estatutária não pode negociar atos, contratos ou documentos sem aprovação do Conselho de Administração, nas seguintes condições: (i) que sejam em moeda diversa, exceto para importação de bens ou serviços ligados às atividades do objeto social (ii) que restrinja

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

eventuais alterações societárias da Sociedade ou empresas controladas e (iii) que restrinja percentual ou o pagamento de dividendos previstos neste Estatuto Social.

Art. 34 - Os valores descritos no presente Estatuto e Anexo não podem ser fracionados para enquadramento de limites monetários de menor valor e níveis de aprovações.

Art. 35 - Na ocorrência de divergências entre as disposições deste Estatuto e legislação superveniente aplicável a esta Sociedade prevalecerão às disposições Legais.

Uberlândia, 18 de abril de 2012.

Marcelo Del Vigna
Presidente da Mesa

Danilo de Andrade Fernandes
Secretário “ad hoc”

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Bernardo Araujo Costa

Danilo de Andrade Fernandes
ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

ANEXO I ao ESTATUTO SOCIAL da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL
Limites e Responsabilidades de aprovações na Sociedade

Nota: Não é permitida aprovação fora dos limites apresentados no Estatuto e presente anexo.

RESPONSABILIDADES	LIMITES VALORES	APROVAÇÃO NA SOCIEDADE (1)	FORMALIZAÇÃO
1) Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras ou de fornecedores. <i>Nota 1: Inclui operações de leasing financeiro.</i> <i>Nota 2: Havendo necessidade do aval da Algar S/A Empreendimentos e Participações é necessária aprovação formal prévia.</i> <i>Nota 3: Contratação de empréstimo ponte, somente com aprovação prévia, em ato formal da Diretoria.</i> <i>Nota 4: Vedada contratação de Derivativos, independente de modelo, formato ou nomenclatura, sem prévia aprovação do Conselho de Administração.</i> <i>Nota 5: (*) Patrimônio Líquido: Valor constante no último balanço anual auditado.</i>	Acima de 5% (*) do valor do Patrimônio Líquido, por operação.	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
	Qualquer valor acima do limite de endividamento aprovado pelo CA no orçamento anual.	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião do Conselho de Administração
2) Liberação de multas contratuais com fornecedores. <i>Nota: O benefício da liberação deve ser igual ou maior que o valor liberado, podendo ser aplicado por troca, acréscimos ou, ainda, melhorias de bens, produtos e serviços ofertados.</i>	Acima de R\$ 300.000,00	Diretor De Área, Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
3) Pagamento de multas a fornecedores e clientes.	Acima de R\$ 100.000,00	Diretor de Área, Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
4) Alienação de bens do ativo permanente NÃO prevista no orçamento. <i>Nota 1: Para bens imóveis, considerar o limite de valor por unidade.</i> <i>Nota 2: Quando recebidos em pagamento de dívida de terceiros, não é necessária aprovação do Conselho.</i>	Acima do montante anual de R\$ 100.000,00	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião do Conselho de Administração
5) Vendas de sucata, conforme política da empresa.	Acima de R\$ 100.000,00	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
6) Constituição de ônus reais sobre bens da Sociedade, quando não for o próprio bem financiado.	Empresa	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
7) Prestação de garantia (aval/fiança) a terceiros. <i>Nota: É vedada a prestação de garantias para obrigações de qualquer pessoa física ou para obrigações de terceiros fora das empresas controladas, direta ou indiretamente, pela Algar S/A Empreendimentos e Participações.</i>	Empresa	Diretor Financeiro e Diretor Presidente	Ata de Reunião da Diretoria
(1) Necessária aprovação por pelo menos 02 (dois) Diretores, preferencialmente das áreas envolvidas.			

Marcelo Del Vigna
Presidente da Mesa

Danilo de Andrade Fernandes
Secretário “ad hoc”

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Bernardo Araujo Costa

Danilo de Andrade Fernandes

ALGAR S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Visto: **Danilo de Andrade Fernandes**
OAB/MG: 128.797

II - DELIBERAÇÃO SOCIETÁRIA SOBRE A EMISSÃO E A OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

Companhia Aberta

CNPJ MF Nº 71.208.516/0001-74

NIRE: 313.000.117-98

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 2012.

CONVOCAÇÃO: Todos os membros do Conselho de Administração foram regularmente convocados para a presente reunião.

PRESENTES:

Luiz Alberto Garcia - Presidente

Luiz Alexandre Garcia - Vice-presidente

Eliane Garcia Melgaço - Secretária


Alexandrino Garcia Neto, Hélio Marcos Machado Graciosa, Walter Fontana Filho, Darc Antonio da Luz Costa, Geraldo Sardinha Pinto Filho, Ozires Silva e Eduardo Moreira da Costa - Membros.

ADVOGADO: Danilo de Andrade Fernandes

LOCAL E HORÁRIO: Sede social da Sociedade, localizada em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, das 09:00h às 10:00h.

MESA: Presidente, Luiz Alberto Garcia. Vice-presidente, Luiz Alexandre Garcia. Secretária, Eliane Garcia Melgaço.

ORDEM DO DIA: Exame, discussão e votação da proposta da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, da Companhia, em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para distribuição pública nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e do convênio celebrado para esse fim, em 20 de agosto de 2008, entre a CVM e a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, no valor total de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), sem considerar as Debêntures Suplementares (conforme abaixo definido) e as Debêntures Adicionais (conforme abaixo definido) ("Emissão" e "Oferta", respectivamente).

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



DELIBERAÇÕES: Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado, pela unanimidade dos conselheiros e sem quaisquer restrições, nos termos do inciso XI do artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, aprovar a Emissão, a qual terá as seguintes características e condições:

- a) **Número da Emissão:** as Debêntures (conforme abaixo definido) representam a segunda emissão de debêntures da Companhia;
- b) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido ("Valor Total da Emissão");
- c) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário");
- d) **Quantidade:** serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais, sendo que as quantidades de Debêntures a serem alocadas na primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e na segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Debêntures") será definida em sistema de vasos comunicantes conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido). Qualquer das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única;
- e) **Debêntures Adicionais:** nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Companhia

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



em comum acordo com os coordenadores da Oferta ("Coordenadores") até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série;


- f) Debêntures Suplementares:** nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Companhia até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Companhia, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série;
- g) Séries:** a primeira série ("Primeira Série") e a segunda série ("Segunda Série") e, em conjunto com a Primeira Série, doravante denominadas "Séries") serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de garantia firme, individual e não solidária, até o valor total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais);
- h) Coleta de Intenções de Investimento:** será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição em conjunto com a Companhia da (i) realização da Emissão em Série única ou em duas Séries (conforme termos definidos abaixo); (ii) do número de Debêntures a serem emitidas e da quantidade das Debêntures a serem alocadas em cada uma das Séries, se for o caso; e (iii) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) e/ou da

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido) ("Procedimento de Bookbuilding");

- i) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Companhia em particular para garantir os titulares de Debêntures ("Debenturistas") em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Companhia decorrentes das Debêntures e da escritura de emissão de Debêntures ("Escritura de Emissão"), e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas;
- j) **Prazo e Data de Vencimento:** o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série") e, quando em conjunto com Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Data de Vencimento", ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures listadas na alínea "aa" abaixo;
- k) **Distribuição Primária:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA;

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797




Luciana F. R. Vancoselos
VPF

l) Registro para Negociação e Custódia Eletrônica: as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do (i) SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA;

m) Forma e Comprovação de Titularidade: as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela instituição escrituradora e, adicionalmente, será expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA;

n) Conversibilidade: as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia;

o) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados da seguinte forma: (i) até 66% (sessenta e seis por cento) para o resgate de debêntures de sua primeira emissão ("Debêntures da Primeira Emissão") no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão; e (ii) no mínimo, 34% (trinta e quatro por cento) para o reforço do capital de giro da Companhia, sendo certo que o valor eventualmente não utilizado para o resgate das Debêntures da Primeira Emissão no âmbito na oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão será também alocado para o reforço de capital de giro da Companhia;

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E


Luciana F. M. Vanconceli
VPF

- p) Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2012 ("Data de Emissão");
- q) Colocação e Procedimento de Distribuição:** a Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação, individual e não solidária, para a Primeira Série e Segunda Série, no valor de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais);
- r) Análise Prévia pela ANBIMA:** a Oferta será registrada pela ANBIMA na forma e prazo previstos (i) no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA"); e, em relação às Debêntures da Segunda Série, (ii) no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa", de 1 de outubro de 2011 ("Código ANBIMA de Renda Fixa");
- s) Condições Suspensivas de Obrigações e Deveres relativos ao Novo Mercado de Renda Fixa:** as obrigações, restrições e os deveres previstos nas alíneas "ee", "ff" e "gg" abaixo somente tornar-se-ão eficazes na hipótese das Debêntures da Segunda Série serem efetivamente registradas no Novo Mercado de Renda Fixa, nos termos do Código ANBIMA de Renda Fixa;
- t) Prazo de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável;
- u) Forma e Preço de Subscrição e de Integralização:** a integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata* temporis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição"), por meio do SDT ou do DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA, respectivamente, conforme o caso,

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização");

- v) Amortização das Debêntures da Primeira Série:** (i) Amortização Ordinária: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Primeira Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
33,3300%	15 de setembro de 2015
33,3300%	15 de setembro de 2016
33,3400%	15 de setembro de 2017

- (ii) Amortização Extraordinária: caso não haja acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação sobre o novo parâmetro de remuneração a ser utilizado para fins do cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em substituição à Taxa DI *Over*, na hipótese desta se tornar indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá optar pelo resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, nos termos do disposto no item (i) da alínea (dd) abaixo, ou pela amortização integral da totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Companhia pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



amortização das Debêntures da Primeira Série pela Companhia, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela a ser estabelecida na Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa acordada entre a Companhia e a maioria simples dos Debenturistas mencionada nesta alínea, a qual deverá observar os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI Over. Na hipótese de não haver consenso entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alínea ou caso a Companhia não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Companhia deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto no item (i) da alínea (dd) abaixo;

w) Amortização das Debêntures da Segunda Série: (i) Amortização Ordinária: o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2017 (inclusive), ou seja, a partir do 5º (quinto) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Segunda Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, "Data de Amortização").


Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário atualizado)	Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série
33,3300%	15 de setembro de 2017
33,3300%	15 de setembro de 2018
33,3400%	15 de setembro de 2019

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



(ii) Amortização Extraordinária: caso não haja acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação sobre o novo índice a ser utilizado para fins do cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série em substituição ao IPCA, na hipótese deste se tornar indisponível por mais de 20 (vinte) dias consecutivos, de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, a Companhia deverá optar pelo resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série, nos termos do disposto no item (ii) da alínea (dd) abaixo, ou pela amortização integral da totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Companhia, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, observado que (a) caso a Companhia pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Companhia para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em circulação, será utilizado um índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, o qual deverá observar os parâmetros utilizado em operações similares existentes à época a ser acordada entre a Companhia e a maioria simples dos titulares de Debêntures da Segunda Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série especialmente convocada para esse fim, devendo a Companhia, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Segunda Série quanto ao índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série durante o cronograma de amortização indicado nessa alínea ou caso a Companhia não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Companhia deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto no item (ii) da alínea (dd) abaixo;

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797




Luciana F. M. Vancencelot
VPF

x) Remuneração das Debêntures da Primeira Série: o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente. As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI Over”), acrescida de um *spread* ou sobretaxa máxima a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* limitada à uma taxa máxima de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termos definidos abaixo), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”). O período de capitalização da Remuneração (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração, exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures;

y) Remuneração das Debêntures da Segunda Série: o Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral


Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



liquidação das Debêntures (“Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série”). As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à taxa máxima de 6,60% (seis inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizados de acordo o com disposto acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão (“Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série” e, em conjunto com a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, a “Remuneração das Debêntures da Segunda Série”). Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série doravante denominadas simplesmente “Remuneração”.

- z) Pagamento dos Juros Remuneratórios:** sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série”). O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série, será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma “Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série” e, quando em conjunto com Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, “Data de Pagamento da Remuneração”). A tabela abaixo indica as datas de pagamento de remuneração das Debêntures:

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série
15 de março de 2013	15 de setembro de 2013
15 de setembro de 2013	15 de setembro de 2014
15 de março de 2014	15 de setembro de 2015
15 de setembro de 2014	15 de setembro de 2016
15 de março de 2015	15 de setembro de 2017
15 de setembro de 2015	15 de setembro de 2018
15 de março de 2016	15 de setembro de 2019
15 de setembro de 2016	-
15 de março de 2017	-
15 de setembro de 2017	-

aa)Vencimento Antecipado: o agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia ("Vencimento Antecipado das Debêntures"), na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, observados os respectivos prazos de cura (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

- (i) (x) decretação de falência da Companhia ou qualquer de suas controladas; (y) pedido de autofalência pela Companhia ou qualquer de suas controladas; (z) pedido de falência da Companhia ou de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (w) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia ou qualquer de suas

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



controladas, exceto a dissolução da controlada indireta Jornal TudoJá Ltda.;


- (ii) propositura, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (iii) protestos de títulos contra a Companhia ou suas controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Companhia ou suas controladas, ou seu equivalente em outras moedas, e que não sejam sustados, sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados ou efetuados por erro e má-fé de terceiros, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Companhia ou suas controladas tiver ciência da respectiva ocorrência;
- (iv) perda definitiva e irreversível (a) da concessão para a prestação de serviços de telefonia fixa pela Companhia e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (b) autorização para a prestação de serviços de telefonia móvel pela Companhia e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (c) de autorizações ou licenças relacionadas a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel pela Companhia e/ou suas controladas, conforme o caso (exceto, neste caso, por aquelas cuja ausência não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Companhia em prejuízo dos Debenturistas);

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



Luciana F. N. Vanconcelos
VPF

- (v) pagamentos pela Companhia de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, caso a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos da Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;
- (vi) falta de cumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias a serem estabelecidas na Escritura de Emissão devidas aos Debenturistas, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de pagamento;
- (vii) falta de cumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes da Emissão, que não as descritas na alínea (vi) acima, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio de aviso por escrito neste sentido pelo Agente Fiduciário à Companhia;
- (viii) falta de cumprimento pela Companhia de quaisquer obrigações a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas (vi) e (vii) acima, que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de notificação neste sentido pelo Agente Fiduciário, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável;
- (ix) se a Companhia ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura previsto no respectivo instrumento, exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (x) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (y) estiver amparado por decisão judicial ou arbitral vigente obtida pela Companhia ou por suas controladas,

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797




Luciana F. N. Vanconcelos
VPF

conforme o caso;

- (x) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, ainda que decorrente de contrato que não tenha natureza de crédito ou de financiamento, da Companhia ou de suas controladas em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;
- (xi) as declarações prestadas pela Companhia e as obrigações da Companhia, constantes dos Documentos da Oferta (conforme termo definido abaixo), forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, enganosas ou materialmente incorretas;
- (xii) a Companhia transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações para si decorrentes dos Documentos da Oferta, quando aplicável, sem a prévia e expressa anuência de 90% (noventa por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim;
- (xiii) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal evento afete substancialmente e de forma adversa a possibilidade de a Companhia ou suas controladas continuarem explorando economicamente, no curso normal de seus negócios, o ativo e/ou o direito que foi objeto dos atos governamentais acima mencionados, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento regular das atividades da Companhia e/ou a capacidade de pagamento da Companhia relativa às Debêntures;
- (xiv) descumprimento, pela Companhia ou por suas controladas, de decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou decisão arbitral, todas contra a Companhia ou suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797



Luciana F. N. Vianconcelos
VPF

- (xv) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), que envolva, inclusive, liquidação, dissolução e/ou extinção, envolvendo a Companhia e/ou qualquer controlada, exceto: (i) se previa e expressamente autorizada por 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; ou (ii) exclusivamente no caso de cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer controlada ou de ações de emissão de qualquer controlada presente ou futura, direta ou indireta; ou (iv) pela cisão de controlada com versão da totalidade do acervo cindido para a Companhia; ou (v) por qualquer cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária realizada exclusivamente entre a Companhia e suas controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas ou entre as controladas da Companhia, ou, ainda, se alguma controlada venha a ser liquidada, dissolvida ou extinta em decorrência dos referidos eventos societários; ou (vi) pela cisão de Controlada com versão do acervo cindido para sociedade que não seja a Companhia ou uma Controlada da Companhia ou disposição de Controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas, desde que referida cisão ou disposição de Controlada atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: (x) referidas cisões ou disposições de Controladas não representem, cumulativamente ao longo do período de vigência das Debêntures, mais

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



do que 15% (quinze por cento) da receita operacional líquida consolidada da Companhia (i.e. a somatória de percentuais sobre receita operacional líquida da Companhia não deve ultrapassar 15% ao longo do período de vigência das Debêntures). Os percentuais sobre a receita operacional líquida serão apurados com base em demonstrações financeiras consolidadas da Companhia pro forma que reflitam os efeitos de tal cisão ou disposição, preparada exclusivamente para este fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas as informações financeiras obrigatórias); e (y) referida cisões ou disposições de Controladas não resultem na redução da classificação de risco (*rating*) da Companhia em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário;

- (xvi) se houver qualquer transferência de controle societário direto e indireto da Companhia, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (x) se referida transferência de controle societário direto e indireto da Companhia não resulte na redução da classificação de risco (*rating*) da Companhia em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário; ou (y) se houver a anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xvii) se a Companhia, a partir da Data de Emissão das Debêntures, conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas, cujos valores ao longo da vigência das Debêntures ultrapassem, individual ou cumulativamente, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



- (xviii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia, ou quaisquer das suas controladas, detentoras de contratos de concessão (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, representantes de 75% das Debêntures em Circulação, exceto se (i) tal alteração não resulte na mudança da atividade principal da Companhia, ou de quaisquer das controladas; ou (ii) sejam alterações necessárias à manutenção das atividades da Companhia, ou quaisquer das suas controladas;
- (xix) transformação da Companhia em sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades Por Ações;
- (xx) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos Documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes, e tal efeito não for revertido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento pela Companhia de notificação nesse sentido;
- (xxi) se a Companhia alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, excetuando-se alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, não superiores ao montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Ativo Não Circulante (conforme termo definido abaixo) da Companhia, conforme demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intercalares da Companhia, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das Debêntures;
- (xxii) não cumprimento pela Companhia, de qualquer dos Índices Financeiros (conforme termo definido abaixo), por 2 (dois) trimestres consecutivos ou

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E


Luciana F. N. Vancinone
VPF

por 4 (quatro) trimestres não consecutivos, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia calculadas trimestralmente, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo “Índices Financeiros” entendidos como: (i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,25 (dois e vinte e cinco centésimos); e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida superior ou igual a 2,00.

Para os fins desta alínea “aa” entende-se por:

“Dívida Líquida”: (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (commercial papers), títulos emitidos no mercado internacional (bonds, eurobonds, short term notes), registrados no passivo circulante e no não circulante; (b) diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa.

“EBITDA”: lucro (prejuízo) líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

“Despesa Financeira”: são as despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros relativos a dívidas bancárias; (ii) juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal, das modalidades de dívidas referidas nos itens i e ii acima; (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



relacionadas listados no passivo da Companhia; e (v) despesas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Receitas Financeiras”: são as receitas calculadas pelo regime de competência definidas como: (i) receitas de aplicações financeiras; (ii) receita de variação cambial de juros e principal, sobre as dívidas bancárias, sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Companhia; e (iv) receitas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Despesa Financeira Líquida” = Despesa Financeira – Receita Financeira.

“Controlada”: qualquer sociedade, empresária ou simples, controlada pela Companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

“Documentos da Oferta”: a Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação, o Prospecto Preliminar, Prospecto Definitivo, Aviso ao Mercado, Anúncio de Início da Oferta e Anúncio de Encerramento.

“Ativo Não Circulante”: bens e direitos que não se destinam a venda e têm vida útil longa. Para os fins desta alínea “aa”, as sub-contas que constituem o Ativo Não Circulante são as seguintes: (i) Ativo Realizável a Longo Prazo; (ii) Investimentos; (iii) Imobilizado; e (iv) Intangível, conforme as demonstrações financeiras consolidadas, anuais ou intercalares, da Companhia.

bb) Encargos Moratórios: ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior,

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E


Luciana F. M. Vancóne
VPF

conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios");

cc) Repactuação Programada: não haverá repactuação programada;

dd) Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures: não será permitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures pela Companhia, exceto conforme disposto na alínea "ee" abaixo e nas seguintes hipóteses:

(i) em relação às Debêntures da Primeira Série, caso não haja acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação sobre o novo parâmetro de remuneração a ser utilizado para fins do cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em substituição à Taxa DI *Over*, na hipótese desta se tornar indisponível por mais de 10 (dez) dias consecutivos, de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão;

(ii) em relação às Debêntures da Segunda Série, caso não haja acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação sobre o novo índice a ser utilizado para fins do cálculo do Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série em substituição ao IPCA, na hipótese deste se tornar indisponível por mais de 20 (vinte) dias consecutivos, de acordo com os termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão;

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E



ee) Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures: a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, de uma ou mais Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado"). No caso das Debêntures da Segunda Série, a Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não sejam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa, nos termos da alínea "s" acima;

ff) Recompra Obrigatória: a Companhia obriga-se a recomprar as Debêntures da Segunda Série de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de (i) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º; (ii) alienação do controle acionário da Companhia, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas; (iii) transferência do controle acionário da Companhia em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou (iv) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Companhia; e

Visto:  Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E


Luciana F. M. Vanconcelos
VPF

gg) Aquisição Facultativa: a Companhia poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário. A Companhia não poderá adquirir e manter em tesouraria mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série até a data de vencimento das Debêntures da Segunda Série. A Companhia poderá adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. O cancelamento das Debêntures da Segunda Série que estiverem em tesouraria somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não sejam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa, nos termos da alínea “s” acima. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta alínea “gg”, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

Tendo em vista a deliberação acima, fica a diretoria da Companhia autorizada a praticar todo e qualquer ato, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos e seus eventuais aditamentos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, sem limitação: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures; (b) contratar (b1) os Coordenadores; e (b2) quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão, à Oferta e às Debêntures, incluindo, sem limitação, os assessores legais, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, na qualidade de agente fiduciário, o banco mandatário, o banco centralizador, a instituição escrituradora das Debêntures, o formador de mercado e a agência de *rating*; e (c) independentemente de qualquer deliberação pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou pela Diretoria da Companhia.

Visto: Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797

E

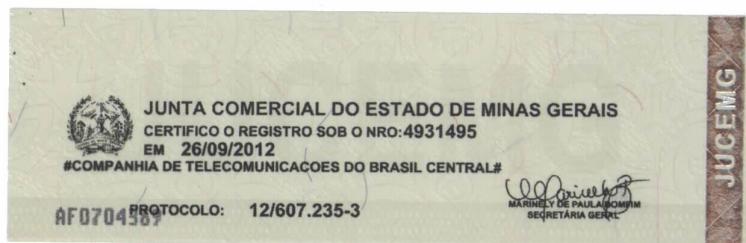


aditar a Escritura de Emissão para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, observados os limites aqui previstos.

Encerramento: Em seguida o Presidente deu por encerrada a reunião, ocasião em que determinou a lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos membros presentes do Conselho de Administração da Companhia. Uberlândia, 14 de setembro de 2012.

(Certifico que a presente é cópia fiel da ata original, transcrita em livro próprio.)


Eliane Garcia Melgaço
Secretária



Visto: 
Danilo de Andrade Fernandes
OAB/MG: 128.797


Luciana F. N. Vanconcelos
VPF

III - ESCRITURA E ADITAMENTO

[página intencionalmente deixada em branco]

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, EM
REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
CENTRAL**

CELEBRADA ENTRE

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATA

19 DE SETEMBRO DE 2012



A handwritten signature in black ink.

A handwritten signature in black ink.

A handwritten signature in black ink.

A handwritten signature in black ink.

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, EM
REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
CENTRAL**

São partes neste "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 2 (duas) Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central" ("Escritura de Emissão"):

I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), como categoria "B", nos termos da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), com sede no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 71.208.516/0001-74, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 313.000.117-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" e/ou "Emissora"); e

II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série" e, quando em conjunto com Debenturistas da Primeira Série, "Debenturistas");

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:



1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de setembro de 2012 ("RCA"), conforme proposta da Diretoria, nos termos do inciso XI do artigo 10 do seu estatuto social. De acordo com a RCA, foram aprovados (i) a Emissão (conforme termo definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e (ii) a Oferta (conforme termo definido abaixo) e seus termos e condições, nos termos da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.385/76"), Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2. REQUISITOS

2.1 A Segunda emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, para distribuição pública pela Emissora ("Emissão") e a Oferta (conforme termo definido abaixo) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

I. *Arquivamento e Publicação da Ata da RCA.* Nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata da RCA da Companhia será arquivada na JUCEMG, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Correio de Uberlândia ("Correio de Uberlândia"). Os atos societários que eventualmente venham a ser realizados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora no DOEMG e no Correio de Uberlândia, conforme legislação em vigor.

II. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão no Registro do Comércio.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão inscritos na JUCEMG. Esta Escritura de Emissão será objeto de aditamento para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme termo definido abaixo), de modo a especificar (i) o número de séries, (ii) a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries, se for o caso, e (iii) as taxas finais aplicáveis às Debêntures ("Aditamento").



III. *Distribuição Primária.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP; e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a liquidação financeira das Debêntures realizadas por meio da BM&FBOVESPA.

IV. *Registro para Negociação e Custódia Eletrônica.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário e para custódia eletrônica por meio do (i) SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

V. *Registro pela CVM.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição ("Oferta"), que deverá ser registrada na CVM na forma da Lei nº 6.385/76, da Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008, e o convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008, conforme aditado em 25 de janeiro de 2010 e 08 de maio de 2012, entre a CVM e a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA" e "Convênio CVM-ANBIMA", respectivamente).

VI. *Análise Prévia pela ANBIMA.* A Oferta será registrada pela ANBIMA na forma e prazo previstos (i) no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas" ("Código ANBIMA"); e, em relação às Debêntures da Segunda Série, (ii) no Novo Mercado de Renda Fixa da ANBIMA, observado o disposto no artigo 4º, inciso II, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Novo Mercado de Renda Fixa", de 1 de outubro de 2011 ("Código ANBIMA de Renda Fixa").

VII. *Condições Suspensivas de Obrigações e Deveres relativas ao Novo Mercado de Renda Fixa.* As obrigações, restrições e os deveres previstos nas Cláusulas 6.17.1, 6.18, 6.19.1 e 6.19.2 desta Escritura de Emissão somente tornar-se-ão eficazes na hipótese das Debêntures da Segunda Série serem efetivamente registradas no Novo Mercado de Renda Fixa, nos termos do Código ANBIMA de Renda Fixa.



3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

3.1 A Companhia tem por objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, sempre em conformidade com as outorgas que lhe conferem tais direitos de exploração. Na consecução de seu objeto, a Companhia poderá incorporar ao seu patrimônio bens e direitos de terceiros, e também: (a) comercializar equipamentos e acessórios pertinentes à sua atividade; (ii) participar do capital de outras empresas do ramo de telecomunicações e serviços de valor adicionado ao de telecomunicações, observado o que dispõe a política nacional de telecomunicações; (iii) promover a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; (iv) prestar serviços de assistência técnica a empresas de telecomunicações; (v) exercer atividades de estudos e pesquisas visando o desenvolvimento do setor de telecomunicações; (vi) celebrar contratos e convênios com outras empresas exploradoras de serviços de telecomunicações ou quaisquer pessoas ou entidades objetivando a operação dos serviços, sem prejuízo das suas atribuições e responsabilidades; e (vii) exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão utilizados da seguinte forma: (i) até 66% (sessenta e seis por cento) para o resgate de debêntures de sua primeira emissão ("Debêntures da Primeira Emissão") no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão; e (ii) no mínimo, 34% (trinta e quatro por cento) para o reforço do capital de giro da Companhia, sendo certo que o valor eventualmente não utilizado para o resgate das Debêntures da Primeira Emissão no âmbito da oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Emissão será também alocado para o reforço de capital de giro da Companhia.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

5.1 *Colocação e Procedimento de Distribuição.* A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 400, sob o regime de garantia firme de colocação, individual e não solidária, para a Primeira Série e Segunda Série (conforme termos definidos abaixo), no valor de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), com a intermediação de Banco Votorantim S.A. ("Banco Votorantim" ou "Coordenador Líder"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú



BBA") e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" e, em conjunto com o Banco Votorantim e Itaú BBA, os "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária, da Segunda Emissão da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central" celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

5.1.1 A Oferta será realizada de acordo com os termos descritos na Cláusula 2.1(V) acima, e utilizando-se do procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, o qual levará em consideração as relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias dos Coordenadores e da Companhia, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição de que trata esta Cláusula, com expressa anuência da Emissora, os Coordenadores assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, bem como que os representantes de venda das instituições financeiras integrantes do consórcio de distribuição da Oferta recebam previamente exemplar do prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e do prospecto definitivo ("Prospecto Definitivo" e quando considerados em conjunto, "Prospectos"), incluindo o Formulário de Referência (conforme termo definido abaixo), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores.

5.1.2 A colocação das Debêntures somente terá início após: (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures nos ambientes da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA; (iii) a publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"); e (iv) a disponibilização aos investidores do Prospecto Definitivo da Oferta, incluindo o formulário de referência, elaborado pela Companhia em conformidade com a Instrução CVM 480, a ele incorporado por referência ("Formulário de Referência"). Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, a colocação das Debêntures deverá ser efetuada em até 6 (seis) meses a contar da data de publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Colocação").

5.2 *Coleta de Intenções de Investimento.* Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem lotes mínimos ou máximos, a ser organizado pelos Coordenadores, para a definição em conjunto com a Companhia da (i) realização da Emissão em Série única ou em duas Séries (conforme termos definidos abaixo); (ii) do número de Debêntures a serem emitidas e da quantidade das Debêntures a



serem alocadas em cada uma das Séries, se for o caso; e (iii) da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) e/ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme termo definido) ("Procedimento de Bookbuilding").

5.3 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio do Aditamento será divulgado, nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

5.4 *Prazo de Subscrição*. Observado o disposto na Cláusula 5.1.2 acima, as Debêntures serão subscritas a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos da regulamentação aplicável.

5.5 *Forma e Preço de Subscrição e de Integralização*. A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Valor Nominal Unitário (conforme termo definido abaixo), acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série ou da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização ("Preço de Subscrição"), por meio do SDT ou do DDA, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ou à BM&FBOVESPA respectivamente, conforme o caso, sendo que as Debêntures de uma respectiva série deverão ser todas subscritas e integralizadas na mesma data ("Data de Subscrição e Integralização").

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão*. As Debêntures representam a segunda emissão de Debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão*. O valor total da Emissão será de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo), sem considerar opção de Debêntures Suplementares e Debêntures Adicionais, conforme termos definidos abaixo ("Valor Total da Emissão").

6.3 *Quantidade*. Serão emitidas 220.000 (duzentas e vinte mil) Debêntures (conforme termo definido abaixo), sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme termos definidos abaixo), sendo que as quantidades de Debêntures a serem alocadas na primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e na segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e, quando em conjunto com Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Debêntures") será definida em sistema de vasos comunicantes



conforme a demanda pelas Debêntures apurada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Qualquer das séries poderá não ser emitida, a depender do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única. A quantidade de Debêntures alocada em cada Série será objeto do Aditamento, ficando desde já a Emissora e o Agente Fiduciário autorizados e obrigados a celebrar o Aditamento sem a necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de assembleia geral de Debenturistas.

6.3.1 Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme termo definido abaixo) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no decorrer da Oferta, conforme opção outorgada pela Emissora aos Coordenadores no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelos Coordenadores em comum acordo com a Emissora até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

6.3.2 Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures nas mesmas condições das Debêntures inicialmente ofertadas ("Debêntures Adicionais"), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com os Coordenadores até a data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério dos Coordenadores e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série.

6.3.3 Caso as Debêntures Adicionais e as Debêntures Suplementares sejam emitidas, conforme disposto acima, os Coordenadores farão a distribuição das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures Suplementares sob regime de melhores esforços de colocação.



A large, stylized handwritten signature in black ink.

6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme termo definido abaixo) ("Valor Nominal Unitário").

6.5 *Séries.* A primeira série ("Primeira Série") e a segunda série ("Segunda Série" e, quando em conjunto com a Primeira Série, doravante denominadas "Séries") serão colocadas pelos Coordenadores sob o regime de garantia firme, individual e não solidária, até o valor total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais).

6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora (conforme termo definido abaixo), e, adicionalmente, será expedido pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA (conforme o caso) extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, conforme as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.7 *Instituição Escrituradora e Banco Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64, e o banco mandatário das Debêntures é o Banco Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.701.190/0001-04 ("Instituição Escrituradora" e "Banco Mandatário", respectivamente).

6.8 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

6.9 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, não contando com garantia real ou fidejussória, ou qualquer segregação de bens da Emissora em particular para garantir os Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, e não conferindo qualquer privilégio especial ou geral aos Debenturistas.



6.10 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de setembro de 2012 ("Data de Emissão").

6.11 *Prazo e Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo de vencimento das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2017 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série"). O prazo de vencimento das Debêntures da Segunda Série será de 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2019 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, doravante denominadas "Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures listadas na Cláusula 6.25 abaixo.

6.11.1 Para fins desta Escritura de Emissão, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o valor nominal unitário após cada Data de Amortização (conforme termo definido abaixo) ou após eventual amortização extraordinária, se ocorrer.

6.12 *Remuneração:* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.12.1 *Remuneração das Debêntures da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada conforme disposto nas cláusulas abaixo:

6.12.1.1 *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

6.12.1.2 *Juros Remuneratórios:* As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de um *spread* ou sobretaxa máxima a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* limitada à uma taxa máxima de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termos



definidos abaixo), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme termos definidos abaixo), de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.1.6 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

6.12.1.3 Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa utilizando-se o critério *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termo definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deverá ocorrer ao final de cada Período de Capitalização (conforme termo definido abaixo).

6.12.1.4 A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, uma vez definida em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série, nos termos da RCA.

6.12.1.5 O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive; para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração (conforme termo definido abaixo), exclusive, subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento das Debêntures.

6.12.1.6 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (Fator Juros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;



VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI Over, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI Over, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

Onde,



Spread ou sobretaxa = a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, máximo de 1,5000;

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

- (a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considera-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- (d) Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

6.12.1.7 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI Over.* Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora relativas às Debêntures da Primeira Série, não houver divulgação da Taxa DI *Over* pela CETIP, será utilizada a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da Taxa DI *Over*. Se a não divulgação da Taxa DI *Over* for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 6.12.1.8 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.12.1.8 *Indisponibilidade da Taxa DI Over.* Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI *Over* por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição à Taxa DI *Over*. O Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI *Over* ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI *Over* por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9 abaixo) da



Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá ser aquele que melhor refletia as condições de mercado vigentes à época. A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série, a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente será utilizada quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.9 Caso a Taxa DI *Over* volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, a referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a Taxa DI *Over*, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI *Over* nos termos aqui previstos, a última Taxa DI *Over* divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Primeira Série.

6.12.1.10 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data da realização da referida Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

I. A Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou



A handwritten signature, possibly "JL", written in ink.

A handwritten signature, possibly "300A", written in ink.

A handwritten signature, possibly "JL", written in ink.

em prazo maior a ser definido de comum acordo entre a Companhia e os Debenturistas da Primeira Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembléia, o prazo será de 30 (trinta) dias), pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, caso em que a Taxa DI *Over* a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será a última Taxa DI *Over* divulgada oficialmente; ou

II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa acordada entre a Emissora e a maioria simples dos Debenturistas mencionada nesta cláusula, a qual deverá observar os parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração das Debêntures da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI *Over*. Na hipótese de não haver consenso entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quanto à taxa substituta de remuneração durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

6.12.2 *Remuneração das Debêntures da Segunda Série:* A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:

6.12.2.1 *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário, ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, das Debêntures da Segunda Série será atualizado



monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis até a integral liquidação das Debêntures ("Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série"), de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;



dut = número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, sendo "dut" um número inteiro.

6.12.2.2 Observações:

- (i) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.
- (iv) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.
- (v) Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas;
- (vi) a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será paga nas mesmas datas e na mesma proporção das amortizações do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.12.2.3 No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o último IPCA divulgado oficialmente até a data do cálculo relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do IPCA devido, quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

6.12.2.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 20 (vinte) dias consecutivos, contados da data esperada para apuração e/ou divulgação



("Período de Ausência do IPCA") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, será utilizado o novo parâmetro legalmente estabelecido em substituição ao IPCA.

- 6.12.2.5 Caso não haja um novo parâmetro legalmente estabelecido, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o que ocorrer primeiro, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). A referida Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série será realizada em 15 (quinze) dias corridos contados da convocação, nos termos da Cláusula 9 abaixo. Até a deliberação desse novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão relativas às Debêntures da Segunda Emissão, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado oficialmente.
- 6.12.2.6 Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série mencionada acima, referida Taxa Substitutiva não será mais utilizada, e o IPCA, a partir da data de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série.
- 6.12.2.7 Caso não haja acordo sobre o novo índice para a Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Emissora terá de optar, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, qual a alternativa escolhida:
- I. a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, sem incidência de prêmio de resgate, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou em prazo



maior a ser definido de comum acordo com os Debituristas da Segunda Série (sendo observado que caso a Companhia não compareça em tal assembléia, o prazo será de 30 (trinta) dias), pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da Segunda Série em circulação devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, caso em que a taxa a ser utilizada será a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

- II. a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização e até a integral quitação das Debêntures da Segunda Série em circulação, será utilizado um índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série, o qual deverá observar os parâmetros utilizado em operações similares existentes à época a ser acordada entre a Emissora e a maioria simples dos titulares de Debêntures da Segunda Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debituristas da Segunda Série especialmente convocada para esse fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debituristas. Na hipótese de não haver consenso entre os Debituristas da Segunda Série quanto ao índice substituto para Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral de Debituristas, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

6.12.2.8 *Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série.* As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente à taxa máxima de 6,60% (seis inteiros e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizados de acordo com a Cláusula 6.12.2.1. acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com



base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série" e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Remuneração das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série doravante denominadas simplesmente "Remuneração").

6.12.2.9 A taxa final a ser utilizada para fins de cálculo dos Juros *Remuneratórios* das Debêntures Segunda Série, uma vez definido em conformidade com o Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificado por meio do Aditamento, que deverá ser arquivado na JUCEMG, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissor ou de realização de Assembleia Geral dos Debenturistas da Segunda Série, nos termos da RCA.

6.12.2.100 cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidamente atualizado de acordo com a Cláusula 6.12.2.1. acima;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:



- taxa = taxa de juros fixa das Debêntures da Segunda Série, a ser apurada no Procedimento de *Bookbuilding*, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
- DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.13 *Amortização do Valor Nominal.* Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com os termos e disposições abaixo:

6.13.1 *Amortização das Debêntures da Primeira Série:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2015 (inclusive), ou seja, a partir do 3º (terceiro) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Primeira Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série"):

Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário na Data de Emissão)	Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série
33,3300%	15 de setembro de 2015
33,3300%	15 de setembro de 2016
33,3400%	15 de setembro de 2017

6.13.2 *Amortização das Debêntures da Segunda Série:* O Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira amortização realizada, em 15 de setembro de 2017 (inclusive), ou seja, a partir do 5º (quinto) ano, inclusive, contatos da Data de Emissão ("Período de Carência das Debêntures da Segunda Série"), conforme datas e percentuais indicados abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série, "Data de Amortização").



Percentual de Amortização (em relação ao Valor Nominal Unitário atualizado)	Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série
33,3300%	15 de setembro de 2017
33,3300%	15 de setembro de 2018
33,3400%	15 de setembro de 2019

6.14 *Pagamento dos Juros Remuneratórios.* Sem prejuízo das disposições aplicáveis aos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será realizado semestralmente, iniciando-se o primeiro pagamento em 15 de março de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série"). O pagamento dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série será realizado anualmente, sendo o primeiro pagamento em 15 de setembro de 2013 e os pagamentos subsequentes nas datas indicadas no quadro abaixo (cada uma de tais datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série" e, quando em conjunto com Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, "Data de Pagamento da Remuneração"). A tabela abaixo indica as datas de pagamento de remuneração das Debêntures:

Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 1ª Série:	Datas de Pagamento da Remuneração das Debêntures 2ª Série
15 de março de 2013	15 de setembro de 2013
15 de setembro de 2013	15 de setembro de 2014
15 de março de 2014	15 de setembro de 2015
15 de setembro de 2014	15 de setembro de 2016
15 de março de 2015	15 de setembro de 2017
15 de setembro de 2015	15 de setembro de 2018
15 de março de 2016	15 de setembro de 2019
15 de setembro de 2016	-
15 de março de 2017	-
15 de setembro de 2017	-

6.14.1 Farão jus à Remuneração, aqueles que sejam titulares de Debêntures no Dia Útil



imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

6.15 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.16 *Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures:* Ressalvada as disposições das Cláusulas, 6.12.1.10, 6.12.2.7 e 6.17 abaixo, não será permitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures pela Emissora.

6.17 *Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures.* A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado, de uma ou mais Séries, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os Debenturistas para aceitar ou não a Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 55, parágrafo segundo da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com os termos e condições a serem previstos nesta Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").

6.17.1 No caso das Debêntures da Segunda Série, a Oferta de Resgate Antecipado somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não sejam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa, nos termos da Cláusula 2.1(VII) acima.

6.17.2 A Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, a ser amplamente divulgada nos termos desta Escritura de Emissão, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data prevista para realização da Oferta de Resgate Antecipado ("Comunicação de Resgate Antecipado das Debêntures"), que deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) a data efetiva para o resgate e o pagamento das Debêntures a serem resgatadas ("Data de Resgate Antecipado das Debêntures"); e (b) demais informações necessárias para operacionalização da Oferta de Resgate Antecipado. A data da Oferta de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um Dia Útil, sendo que a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA deverão ser comunicadas com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

6.17.3 Na Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado deverão constar os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) a Data de Resgate Antecipado das Debêntures; (ii) a(s) Série(s) objeto da Oferta de Resgate Antecipado; (iii) se o resgate será total ou parcial, observadas, nesta hipótese, as regras previstas na Cláusula 6.17.5 abaixo; (iv) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (v) a menção de que o valor a ser



pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ainda não amortizado acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures devida e ainda não paga até a Data de Resgate Antecipado das Debêntures, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso; (vi) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; (vii) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação de um percentual mínimo de Debenturistas; e (viii) quaisquer outras informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado.

6.17.4 Após a publicação da Comunicação de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar, nos termos da Comunicação de Resgate Antecipado, ao Agente Fiduciário até o encerramento do prazo a ser estabelecido na Comunicação de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 7 (sete) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão resgatadas/liquidadas em uma única data.

6.17.5 Caso se verifique a adesão à Oferta de Resgate Antecipado parcial de Debenturistas representando um volume maior de Debêntures das que poderão ser resgatadas, com base na Comunicação de Resgate Antecipado, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o Agente Fiduciário deverá operacionalizar o sorteio. Neste caso para as Debêntures custodiadas na CETIP e/ou para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, serão adotados os procedimentos estabelecidos pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, conforme o caso, sendo que o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme o caso. Fica definido que, caso a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à presente Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.17.6 O pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e dos procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou



(ii) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas a ser realizado pelo Banco Mandatário, no caso de titulares das Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

6.17.7 Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, a Oferta de Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de operação de compra e venda definitiva no mercado secundário, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, observado que, caso a CETIP e/ou BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.17.8 As Debêntures resgatadas serão obrigatoriamente canceladas pela Companhia.

6.18 *Recompra Obrigatória*: Observado o disposto nas Cláusulas 6.18.1 e 6.18.2 abaixo, a Emissora obriga-se a recomprar as Debêntures da Segunda Série de titularidade do Debenturista que venha a solicitá-la, pelo saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Segunda Série de sua titularidade, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, nas hipóteses de:

(a) não atendimento de quaisquer dos requisitos para a emissão de títulos e valores mobiliários no âmbito do Código ANBIMA de Renda Fixa, em vigor na Data da Emissão, conforme previstos em seu artigo 4º;

(b) alienação do controle acionário da Emissora, seja por meio de uma única operação ou por meio de operações sucessivas;

(c) transferência do controle acionário da Emissora em decorrência de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações; ou

(d) alienação do controle da sociedade que detenha o poder de controle da Emissora.



Several handwritten signatures in black ink, including a large one and a smaller one to the right.

6.18.1 A Emissora deverá, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Cláusula 6.18 acima, publicar aviso aos Debenturistas, enviando, na mesma data, cópia de tal aviso ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escriuturadora, à CETIP, à BM&FBOVESPA e à CVM, devendo tal aviso descrever:

- (a) o evento ocorrido, nos termos da Cláusula 6.18 acima;
- (b) o prazo para que seja apresentada a solicitação de recompra, o qual não poderá ser inferior a 6 (seis) meses contados da data de publicação do aviso;
- (c) a forma pela qual deverá ser apresentada a solicitação de recompra;
- (d) o prazo para a Emissora realizar a recompra, que não excederá a 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva solicitação; e
- e) demais informações pertinentes.

6.18.2 O pagamento das Debêntures recompradas pela Emissora nos termos da Cláusula 6.18 acima será realizado por meio (a) da CETIP, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP; (b) da BM&FBOVESPA, com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e (c) por meio da Instituição Escriuturadora, com relação às Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

6.19 *Aquisição Facultativa*: A Emissora poderá, a qualquer momento, adquirir Debêntures em Circulação no mercado secundário, ressalvadas o disposto nas Cláusulas 6.19.1 e 6.19.2 abaixo.

6.19.1 A Emissora não poderá adquirir e manter em tesouraria mais de 5% (cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série até a data de vencimento das Debêntures da Segunda Série.

6.19.2 Ressalvado o disposto nas Cláusulas 6.19 e 6.19.1, a Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável editada pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas da



Companhia, na medida em que a aquisição seja por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação. O cancelamento das Debêntures da Segunda Série que estiverem em tesouraria somente poderá ocorrer após 2 (dois) anos da Data de Emissão, observado que tal exigência deixará de existir caso as Debêntures da Segunda Série não sejam enquadradas no Código ANBIMA de Renda Fixa.

6.20 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX (conforme o caso); ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND e/ou no BOVESPAFIX: (a) na sede da Companhia ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da Oferta, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) multa moratória, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros de



mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").

6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

6.25 *Vencimento Antecipado.* O Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do Valor Nominal em circulação, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da respectiva Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, da cobrança dos Encargos Moratórios e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia ("Vencimento Antecipado das Debêntures"), na data que tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, observados os respectivos prazos de cura (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):

(a) (i) decretação de falência da Emissora ou qualquer de suas controladas; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou qualquer de suas controladas; (iii) pedido de falência da Emissora ou de suas controladas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (iv) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou qualquer de suas controladas, exceto a dissolução da controlada indireta Jornal Tudoja Ltda.;

(b) propositura, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, em juízo, com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(c) protestos de títulos contra a Emissora ou suas controladas, de acordo com os procedimentos legais aplicáveis, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Emissora ou suas controladas, ou



seu equivalente em outras moedas, e que não sejam sustados, sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados ou efetuados por erro e má-fé de terceiros, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data em que a Emissora ou suas controladas tiver ciência da respectiva ocorrência;

(d) perda definitiva e irrecorrível (i) da concessão para a prestação de serviços de telefonia fixa pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (ii) autorização para a prestação de serviços de telefonia móvel pela Emissora e/ou suas controladas, em suas respectivas áreas de atuação, conforme o caso; e/ou (iii) de autorizações ou licenças relacionadas a prestação de serviços de telefonia fixa e/ou móvel pela Emissora e/ou suas controladas, conforme o caso (exceto, neste caso, por aquelas cuja ausência não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas);

(e) pagamentos pela Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios;

(f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão devidas aos titulares das Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil das respectivas datas de pagamento;

(g) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias decorrentes desta Emissão, que não as descritas na alínea (f) acima, não sanado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio de aviso por escrito neste sentido pelo Agente Fiduciário à Emissora;

(h) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações constantes desta Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas (f) e (g) acima, que não seja sanada no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados de notificação neste sentido pelo Agente Fiduciário, observados os respectivos prazos de cura, quando aplicável;

(i) se a Emissora ou qualquer de suas controladas inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no



prazo de cura previsto no respectivo instrumento, exceto se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial ou arbitral vigente obtida pela Emissora ou por suas controladas, conforme o caso;

(j) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira, ainda que decorrente de contrato que não tenha natureza de crédito ou de financiamento, da Emissora ou de suas controladas em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;

(k) as declarações prestadas pela Emissora e as obrigações da Emissora, constantes dos Documentos da Oferta, forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, enganosas ou materialmente incorretas;

(l) a Emissora transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações para si decorrentes dos Documentos da Oferta (conforme termo definido abaixo), quando aplicável, sem a prévia e expressa anuência de 90% (noventa por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para este fim;

(m) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer entidade governamental brasileira, desde que tal evento afete substancialmente e de forma adversa a possibilidade de a Emissora ou suas controladas continuarem explorando economicamente, no curso normal de seus negócios, o ativo e/ou o direito que foi objeto dos atos governamentais acima mencionados, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento regular das atividades da Emissora e/ou a capacidade de pagamento da Emissora relativa às Debêntures;

(n) descumprimento, pela Emissora ou por suas controladas, de decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado ou decisão arbitral, todas contra a Emissora ou suas controladas, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas;

(o) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), que envolva, inclusive, liquidação, dissolução e/ou extinção, envolvendo a Companhia e/ou qualquer controlada, exceto: (i) se previa e expressamente autorizada por 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim; ou (ii) exclusivamente no caso de



cisão, fusão ou incorporação da Companhia, se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (iii) pela incorporação, pela Companhia (de modo que a Companhia seja a incorporadora), de qualquer controlada ou de ações de emissão de qualquer controlada presente ou futura, direta ou indireta; ou (iv) pela cisão de controlada com versão da totalidade do acervo cindido para a Companhia; ou (v) por qualquer cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reorganização societária realizada exclusivamente entre a Emissora e suas controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas ou entre as controladas da Emissora, ou, ainda, se alguma controlada venha a ser liquidada, dissolvida ou extinta em decorrência dos referidos eventos societários; ou (vi) pela cisão de Controlada com versão do acervo cindido para sociedade que não seja a Emissora ou uma Controlada da Emissora ou disposição de Controladas, presentes ou futuras, diretas ou indiretas, desde que referida cisão ou disposição de Controlada atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: (x) referidas cisões ou disposições de Controladas não representem, cumulativamente ao longo do período de vigência das Debêntures, mais do que 15% (quinze por cento) da receita operacional líquida consolidada da Emissora (i.e. a somatória de percentuais sobre receita operacional líquida da Emissora não deve ultrapassar 15% ao longo do período de vigência das Debêntures). Os percentuais sobre a receita operacional líquida serão apurados com base em demonstrações financeiras consolidadas da Emissora pro forma que reflitam os efeitos de tal cisão ou disposição, preparada exclusivamente para este fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas as informações financeiras obrigatórias); e (y) referida cisões ou disposições de Controladas não resultem na redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário;

(p) se houver qualquer transferência de controle societário direto e indireto da Emissora, inclusive por meio de reorganização societária, exceto (x) se referida transferência de controle societário direto e indireto da Emissora não resulte na redução da classificação de risco (*rating*) da Emissora em relação ao seu *rating* no momento imediatamente anterior à publicação de fato relevante sobre o respectivo evento societário; ou (y) se houver a anuência de 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;



(q) se a Emissora, a partir da Data de Emissão das Debêntures, conceder mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para quaisquer sociedades que não sejam suas controladas, cujos valores ao longo da vigência das Debêntures ultrapassem, individual ou cumulativamente, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);

(r) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora, ou quaisquer das suas controladas, detentoras de contratos de concessão (decorrente ou não de determinação legal ou ato do órgão regulador), realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, representantes de 75% das Debêntures em Circulação, exceto se (i) tal alteração não resulte na mudança da atividade principal da Emissora, ou de quaisquer das controladas; ou (ii) sejam alterações necessárias à manutenção das atividades da Emissora, ou quaisquer das suas controladas;

(s) transformação da Emissora em sociedade limitada nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades Por Ações;

(t) anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à emissão das Debêntures, bem como caso a Emissão e/ou os respectivos Documentos da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes, e tal efeito não for revertido no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora de notificação nesse sentido;

(u) se a Emissora alienar ou onerar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer equipamentos ou outros bens de seu ativo sem a anuência prévia e expressa de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Debêntures em Circulação, excetuando-se alienações ou onerações, em valor individual ou agregado, não superiores ao montante correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Ativo Não Circulante (conforme termo definido abaixo) da Emissora, conforme demonstrações financeiras consolidadas anuais ou intercalares da Emissora, limite esse que deverá ser observado durante toda a vigência das Debêntures;

(v) não cumprimento pela Emissora, de qualquer dos Índices Financeiros (conforme termo definido abaixo), por 2 (dois) trimestres consecutivos ou por 4 (quatro) trimestres não consecutivos, a serem verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, calculadas trimestralmente, baseadas nos últimos 12 (doze) meses, sendo a que a primeira medição deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2012, sendo "Índices



Financeiros” entendidos como: (i) Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 2,25 (dois e vinte e cinco centésimos); e (ii) EBITDA/Despesa Financeira Líquida superior ou igual a 2,00.

6.25.1 Para os fins da Cláusula 6.25 acima entende-se por:

“Dívida Líquida”: (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, montantes a pagar decorrentes de operações de derivativos, notas promissórias (commercial papers), títulos emitidos no mercado internacional (bonds, eurobonds, short term notes), registrados no passivo circulante e no não circulante; (b) diminuído pelo saldo de caixa e equivalentes a caixa.

“EBITDA”: lucro (prejuízo) líquido para um determinado período, antes do imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e acrescido de despesas de depreciação e amortização sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

“Despesa Financeira”: são as despesas calculadas pelo regime de competência referentes a: (i) juros relativos a dívidas bancárias; (ii) juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) despesa de variação monetária e cambial de juros e principal, das modalidades de dívidas referidas nos itens i e ii acima; (iv) despesas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no passivo da Emissora; e (v) despesas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Receitas Financeiras”: são as receitas calculadas pelo regime de competência definidas como: (i) receitas de aplicações financeiras; (ii) receita de variação cambial de juros e principal, sobre as dívidas bancárias, sobre empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil; (iii) receitas financeiras relativas a mútuos com partes relacionadas listados no ativo da Emissora; e (iv) receitas financeiras referentes a operações com derivativos.

“Despesa Financeira Líquida” = Despesa Financeira – Receita Financeira.

“controlada”: qualquer sociedade, empresária ou simples, controlada pela Emissora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações.

“Documentos da Oferta”: a Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação, o Prospecto



Preliminar, Prospecto Definitivo, Aviso ao Mercado, Anúncio de Início da Oferta e Anúncio de Encerramento.

“Ativo Não Circulante”: Bens e direitos que não se destinam a venda e têm vida útil longa. Para os fins da presente Escritura de Emissão, as sub-contas que constituem o Ativo Não Circulante são as seguintes: (i) Ativo Realizável a Longo Prazo; (ii) Investimentos; (iii) Imobilizado; e (iv) Intangível, conforme as demonstrações financeiras consolidadas, anuais ou intercalares, da Emissora.

6.25.2. Os Índices Financeiros serão calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, auditadas por empresa de auditoria independente de reputação internacional, de acordo com os princípios contábeis brasileiros em vigor na Data de Emissão. Caso tais princípios contábeis sejam alterados após a Data de Emissão, tais Índices Financeiros deverão continuar sendo calculados de acordo com os princípios contábeis em vigor na Data de Emissão observando-se o disposto na alínea (i) da Cláusula 7.1.1 abaixo.

6.25.3 Os valores informados nos itens (c), (i), (j) e (n) da Cláusula 6.25 acima serão atualizados monetariamente, a partir da Data de Emissão, pela variação do IPCA.

6.25.4 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d)(i), (d)(ii), (e), (f), (g), (i), (j), (l), (n), (o), (p), (r), (s) e (u) da Cláusula 6.25 acima acarretará o automático Vencimento Antecipado das Debêntures devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, emitir e enviar à Emissora, imediatamente, a declaração de vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

6.25.5 Na ocorrência de quaisquer outros eventos, que não os indicados na Cláusula 6.25.4 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na assembleia mencionada, que será instalada de acordo com os procedimentos e quórum previstos na Cláusula 9 desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.



6.25.6 Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.25.5 acima por falta de quórum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 6.25.5 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.25.7 Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, efetuando o pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou do último Período de Capitalização, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 6.27 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.26 *Publicidade.* Exceto pelo aviso ao mercado relativo à Oferta, pelo Anúncio de Início e pelo anúncio de encerramento relativo à Oferta, que serão disponibilizados na página da Companhia na Internet (www.algar telecom.com.br) e publicados no Brasil Econômico – edição nacional, todos os demais anúncios, atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente disponibilizados na página da Companhia na Internet, bem como comunicados, na forma de aviso, no DOEMG e no Correio de Uberlândia, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observados os prazos legais, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.27 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração



de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

(i) para a Companhia:

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Rua José Alves Garcia, nº 415, Uberlândia, MG, CEP 38400-668, Bairro Brasil

At.: Diretoria Financeira / Assessoria Jurídica

Telefone: (34) 3256-2010

Fac-símile: (34) 3236-7723

Correio Eletrônico: ri@algartelecom.com.br

(ii) para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04

CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro) / Srt^a. Nathalia Machado (Assuntos Jurídicos e Estruturação)

Tel: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar

01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

(iv) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Rua XV de Novembro, 275, 5º andar

01013-001 - São Paulo - SP

At.: Diretoria de Regulamentação de Emissores

Telefone: (11) 2565-4000



Fac-símile: (11) 2565-4000

Correio Eletrônico: gre@bvmf.com.br

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA

7.1 A Companhia adicionalmente está obrigada a:

7.1.1 fornecer ao Agente Fiduciário caso não estejam disponíveis sua respectiva página na Internet e/ou na página da CVM na Internet e disponibilizar em sua respectiva página na Internet e/ou na página da CVM na Internet:

(a) Dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes conforme exigido pela legislação aplicável, bem como o relatório consolidado da memória de cálculo do Índices Financeiros, devidamente auditados e revisados, conforme o caso, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do quociente Dívida Líquida/EBITDA e do quociente EBITDA/Despesa Financeira Líquida, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, além de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da Emissão;

(b) Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos e, dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações trimestrais (ITRs), acompanhadas de relatório de revisão especial, emitido por auditor independente registrado na CVM;

(c) Notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas nos prazos legalmente estabelecidos, informando, inclusive, a data e ordem do dia das referidas assembleias;

(d) Dentro de 5 (cinco) Dias Úteis, sempre considerando-se o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Companhia e seus ativos que o Agente Fiduciário



eventualmente requerer, desde que tais informações sejam relevantes para a presente Emissão e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Companhia ou que a Companhia não está autorizada a divulgar nos termos da regulamentação a ela aplicável;

(e) Em até 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência relevante ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Companhia relativa às Debêntures ou à presente Escritura de Emissão;

(f) No prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que a Emissora tomar ciência de sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento. O descumprimento desse dever pela Companhia não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos na presente Escritura de Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;

(g) No prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do prazo para divulgação do relatório de que trata o inciso (xiv) da Cláusula 8.5 abaixo, todos os atos societários necessários para elaboração de tal relatório, informações financeiras e cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive, controladores, sociedades controladas (caso aplicável), sociedades sob controle comum, sociedades coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;

(h) No prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis após o recebimento do relatório de *rating* enviado pela Agência de Classificação de Risco, encaminhar o relatório de *rating* para o Agente Fiduciário;

(i) Para os fins da Cláusula 6.25.2 acima, providenciar o envio de um relatório (*compliance certificate*) preparado por uma empresa de auditoria independente, caso ocorra qualquer alteração na legislação contábil, revisando os cálculos a que se referem a Cláusula 6.25.2 e, consequentemente, atestando o cumprimento dos Índices Financeiros estabelecidos na alínea (v) da Cláusula 6.25 acima; e

(j) Sem prejuízo do disposto na alínea (v) da Cláusula 6.25 acima, comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário sempre que os Índices Financeiros forem descumpridos pela Emissora durante qualquer trimestre ao longo da vigência das Debêntures. Para fins de clareza, a comunicação tratada nesta Cláusula 7.1.1(j) terá caráter meramente elucidatório.



7.1.2 Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras consolidadas.

7.1.3 Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil.

7.1.4 Convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento exclusivo da Companhia, afete direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça.

7.1.5 Cumprir com todas as suas obrigações perante a CVM, ANBIMA, BM&FBOVESPA e CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei.

7.1.6 Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras consolidadas a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

7.1.7 Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis.

7.1.8 Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

7.1.9 Não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com seu estatuto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor.



7.1.10 Notificar, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.11 Não praticar quaisquer atos em desacordo com a presente Escritura de Emissão, conforme os termos e condições previstos nos respectivos itens desta Escritura de Emissão.

7.1.12 Manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, exceto no que se referir a concessões, autorizações e licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não resulte em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira.

7.1.13 Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades ou situação financeira, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal.

7.1.14 Manter, conservar e preservar todos os seus bens materialmente relevantes, necessários para a devida condução de suas atividades.

7.1.15 Exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados pela Companhia na esfera judicial, arbitral ou administrativa, cumprir todas as leis, regras, regulamentos, obrigações assumidas em contratos e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios.

7.1.16 Contratar e manter contratados os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e o Agente Escriturador, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e/ou BOVESPAFIX, conforme aplicável) e agência de classificação de risco ("Agência de Classificação de Risco"), devendo, ainda, fazer com que a Agência de Classificação de Risco atualize a respectiva classificação de risco das Debêntures anualmente, até o vencimento das Debêntures. Além do aqui disposto, a Companhia deverá: (i) divulgar ou permitir que a Agência de Classificação de Risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as respectivas súmulas das classificações de risco, com periodicidade de no mínimo 1 (um) ano, até a Data de Vencimento das Debêntures; (ii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela Agência de Classificação de



Risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Companhia; e (iii) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco.

7.1.17 Caso a Agência de Classificação de Risco cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá: contratar outra agência de classificação de risco, sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja uma agência de reconhecimento internacional.

7.1.18 No prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento, enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM o relatório anual elaborado pelo Agente Fiduciário.

7.1.19 Notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas por atos ou fatos ocorridos antes da celebração desta Escritura de Emissão, que venham a ser constatadas após a data de celebração desta Escritura de Emissão.

7.1.20 Não omitir nenhum fato de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que cause alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;

7.1.21 Utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito na Cláusula 4 nesta Escritura de Emissão; e

7.1.22 Cumprir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social e, ainda, proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa, arbitral e/ou judicial para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente determinando sua não aplicabilidade.



8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Companhia, declarando que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (ii) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) esta Escritura de Emissão constitui obrigações lícitas, válidas, eficazes e vinculantes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos;
- (vi) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (vii) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- (viii) não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ix) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (x) não tem qualquer ligação com a Companhia que o impeça de exercer suas funções;



(xi) é instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;

(xii) o seu representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições de seu estatuto social;

(xiii) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas de eventuais emissões de debêntures realizadas pela Companhia, sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia, em que venha atuar na qualidade de agente fiduciário; e

(xiv) com base no organograma societário disponibilizado pela Emissora, para os fins do disposto nos artigos 10, §2º e 12, inciso XVII, alínea "k", ambos da Instrução CVM nº 28/83, que não atua e não atuou em outras emissões de valores mobiliários realizadas pela Companhia, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia.

8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou, na hipótese de substituição, de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Companhia nos termos desta Escritura de Emissão sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.

8.3 Nos casos previstos abaixo e nos de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

(i) é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;

(ii) caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por



circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para esse fim;

(iii) caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;

(iv) será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;

(v) a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28; e (b) caso a substituição for em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão que será devidamente registrada na JUCEMG;

(vi) os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;

(vii) o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos da Cláusula 6.26 acima; e

(viii) aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:



- (i) receberá uma remuneração:
- (a) de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia, sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes;
- (b) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação acumulada do IGPM - Índice Geral de Preços - Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (c) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, além de juros, adicionais de impostos, multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IR;
- (d) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (b) e acrescida dos impostos mencionados na alínea (c) acima; e
- (e) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;



(ii) será reembolsado pela Companhia por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, tais como notificações, extração de certidões, despesas com conferência call e contatos telefônicos, viagens, alimentação e estadias, despesas com especialistas, incluindo auditoria e /ou fiscalização, entre outras, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que, sempre que possível, as despesas tenham sido previamente aprovadas, pela Companhia.

(iii) poderá, em caso de inadimplência da Companhia no pagamento das despesas a que se refere o inciso (ii) acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário, sendo que o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista acima será acrescido à dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

(i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;



- (ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- (iv) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, tendo, para tanto, diligenciando para sanar eventuais omissões, falhas ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (vii) promover nos competentes órgãos, caso a Companhia não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão, e seus respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas nos termos da



Cláusula 9 abaixo;

(xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(xiv) elaborar e enviar à Companhia relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo:

- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
- (b) alterações societárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Companhia, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), da Instrução CVM 28, indicando (a) denominação do ofertante; (b) valor da emissão; (c) quantidade de debêntures emitidas; (d) espécie; (e) prazo de vencimento; (f) tipo e



valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, conforme o caso; e
(g) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e

(j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário.

(xv) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima, no prazo máximo de 4 meses contados da data de encerramento do exercício social da Companhia, ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na BM&FBOVESPA e na sede do Coordenador Líder;

(xvi) publicar, às expensas da Companhia, nos termos da Cláusula 6.26, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso (xiv) acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso (xv) acima;

(xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, a Instituição Escrituradora, o Banco Mandatário, a CETIP e a BM&FBOVESPA a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

(xviii) coordenar o sorteio das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

(xix) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; (b) daquela relativa à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures nos termos da Cláusula 7.1.16 acima; e (c) daquela relativa à observância do Índice Financeiro;

(xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 90 (noventa) Dias Úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente



Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM, à CETIP e a BM&FBOVESPA;

(xxi) divulgar as informações referidas no inciso (xiv) acima, item (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento;

(xxii) fazer com que a Companhia cumpra com sua obrigação de manter atualizado o relatório de *rating*, nos termos da Cláusula 7.1.16 desta Escritura de Emissão, e encaminhar à ANBIMA o referido relatório imediatamente após sua divulgação, nos termos do artigo 25, II do Código ANBIMA;

(xxiii) disponibilizar aos Debenturistas e aos participantes do mercado o Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser calculado pela Emissora, em sua central de atendimento e/ou na sua página na rede mundial de computadores (www.pentagonotrustee.com.br);

(xxiv) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão; e

(xxv) acompanhar a destinação de recursos captados por meio da presente Emissão, de acordo com os dados obtidos juntos aos administradores da Emissora.

8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos expressamente previstos nesta Escritura de Emissão, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

(i) declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(ii) requer falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;

(iii) tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e



(iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia.

8.7 Observado o disposto nas Cláusulas 6.25.5 a 6.27 acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos (i) a (iii) acima, se, convocada a Assembleia Geral de Debenturista, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso (iv), será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

8.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.



A handwritten signature and initials, possibly "3220", with a large circular mark and a downward arrow.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.26 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

9.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

9.5. A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.6. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto na Assembleia de Debenturistas da respectiva Série somente, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das respectivas Debêntures em Circulação.

9.6.1. Não estão incluídos no quorum a que se refere à Cláusula 9.6 acima:

(a) os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão;

(b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, (i) das disposições desta



Cláusula 9.6.1 (b); (ii) de qualquer dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (iii) da redução da Remuneração, exceto pelo disposto nas Cláusulas 6.12.1.10 e 6.12.2.7, acima; (iv) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (v) da espécie das Debêntures para uma espécie com menor prioridade de seus créditos em caso de falência da Emissora; (vi) da criação de evento de repactuação; (vii) das disposições relativas à Cláusula 6.19 – Aquisição Facultativa acima; e (viii) qualquer alteração nos Eventos de Inadimplemento.

9.7. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, para fins de constituição de quorum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia; (ii) a qualquer controladora, a qualquer controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer da Companhia; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, empregado, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau da Companhia.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da Companhia nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.9. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.10. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA

10.1 A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura de Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida, disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou



bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (iv) descumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial ou arbitral;

- (c) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legalmente válida e vinculante da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) os Prospectos e o Formulário de Referência contêm todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas, incorretas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (e) não há fatos relativos à Emissora, nas respectivas datas dos Prospectos da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante dos Prospectos da Emissão e no Formulário de Referência seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;
- (f) as informações financeiras da Emissora relativas ao último trimestre encerrado ou ao imediatamente anterior representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- (g) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes para a execução de suas atividades, exceto para aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativas e/ou judicial;
- (h) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito, do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em sua condição financeira;



- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário, que o impeça de exercer, plenamente, suas funções com relação a essa Emissão;
- (j) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e com registro de companhia aberta de acordo com as leis aplicáveis; e foi devidamente constituída, com plenos poderes para conduzir seus negócios, conforme descrito no Formulário de Referência;
- (l) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto o mencionado na seção "Requisitos" dessa Escritura de Emissão;
- (m) os seus representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor de acordo com o estatuto social da Emissora;
- (n) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (o) a Emissora preparou e entregou todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora, devem ser apresentadas, ou recebeu dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, ou, ainda, impostas a ela ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé nas esferas administrativas e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora;



- (p) a Emissora possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar os Documentos da Oferta; e
- (q) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive mas não limitado a obrigação de utilizar os recursos obtidos por meio da Emissão na forma estabelecida na Cláusula 4 acima.

10.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula 10.

11. DESPESAS

11.1. Correrão por conta da Companhia todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Escrituradora, do Banco Mandatário, da agência de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.2. Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

12.3. A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições



válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

12.5. As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

12.6. Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.



Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 19 de setembro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)


(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, celebrado em 19 de setembro de 2012, entre Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários- Página de Assinaturas 1/3.

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central


Nome: _____
Cargo: *Tatiane de Souza Lemes Panato*
Diretora Financeira


Nome: _____
Cargo: *Luís Antônio Andrade Lima*
Diretor de Operações e Tecnologia





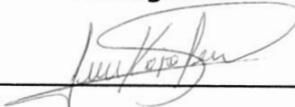


Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, celebrado em 19 de setembro de 2012, entre Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários- Página de Assinaturas 2/3.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Nome:

Cargo:


Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

Nome:

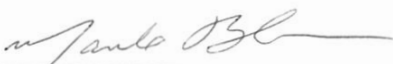
Cargo:

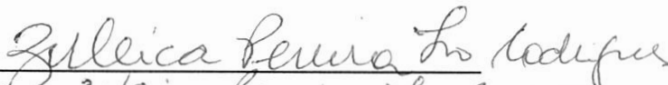

Nilsimara Oliveira
Kojo Ferreira
Procuradora

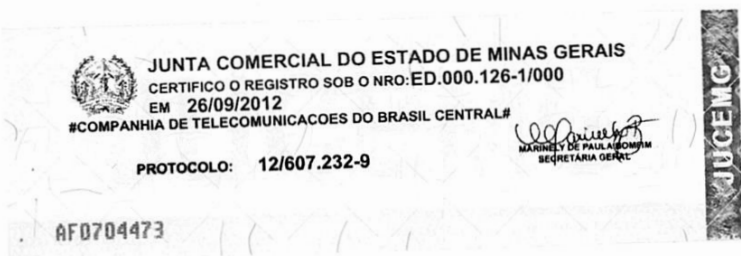


Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, celebrado em 19 de setembro de 2012, entre Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários- Página de Assinaturas 3/3.

TESTEMUNHAS:


Nome: MARCELO CORREA DA SILVA BLESER
CPF/MF: 873.848.686-53


Nome: Zuleica Pereira do Rodrigues
CPF/MF: 249.759.558-90



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO
PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,
EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE
TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL**

CELEBRADA ENTRE

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

como Emissora

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

DATA

17 DE OUTUBRO DE 2012

[Handwritten signature]



INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM DUAS SÉRIES, EM REGIME DE GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

Pelo presente Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central ("Aditamento"), as partes abaixo qualificadas,

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), como categoria "B", nos termos da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, com sede no Município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, nº 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 71.208.516/0001-74, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") sob o NIRE 313.000.117-98, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" e/ou "Emissora"); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade por ações, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, bloco 04, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário");

Sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individualmente e indistintamente, como "Parte"

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as partes celebraram, em 19 de setembro de 2012, o "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Até Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central" ("Escritura"), o qual regerá os termos e condições da segunda emissão da Companhia ("Oferta" ou "Emissão" e "Debêntures", respectivamente);






- (ii) a Emissão das Debêntures e a Oferta foram aprovadas pela Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de setembro de 2012 ("RCD"), conforme proposta da Diretoria nos termos do inciso XI do artigo 10 do seu estatuto social, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em 26 de setembro de 2012 sob o número 4931495 e publicada em 21 de setembro no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no "Jornal Correio de Uberlândia";
- (iii) conforme previsto na Escritura, foi realizado em 17 de outubro de 2012 o procedimento de Bookbuilding, no qual foram definidas: (i) realização da Emissão em duas Séries; (ii) quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das Séries; e (iii) Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo).

RESOLVEM as Partes aditar a Escritura, por meio do presente "Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central", observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído na Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. REGISTRO DO ADITAMENTO

1.1 O presente Aditamento será registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, da Lei das Sociedades por Ações.

2. ALTERAÇÕES

2.1 As partes, por meio deste Aditamento, acordam em:

2.1.1. Alterar a Cláusula 2.1, inciso I da Escritura que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I -Arquivamento e Publicação das Atas dos Atos Societários. Nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, a ata de RCA da Companhia foi arquivada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), em 26 de setembro de 2012 sob o número 4931495, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais



("DOEMG") e no Jornal Correio de Uberlândia, em 21 de setembro de 2012. Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados após o arquivamento desta Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora no DOEMG e no Jornal Correio de Uberlândia, conforme legislação em vigor."

2.1.3 Alterar a Cláusula 6.2 da Escritura de modo que ela passará vigor da seguinte forma:

"6.2 Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$293.985.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, novecentos e oitenta e cinco mil reais), observado que o montante inicial de R\$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) foi aumentado em função das Debêntures Suplementares e das Debêntures Adicionais, conforme disposto nas Cláusulas 6.3.1 e 6.3.2 abaixo."

2.1.4 Alterar a Cláusula 6.3 da Escritura de modo que ela passará vigor da seguinte forma:

"6.3 Quantidade. Serão emitidas 61.385 (sessenta e uma mil, trezentas e oitenta e cinco) Debêntures da Primeira Série e 232.600 (duzentas e trinta e duas mil e seiscentas) Debêntures da Segunda Série, em razão de ter sido verificada demanda de mercado para as Debêntures da Segunda Série no Procedimento de Bookbuilding.

6.3.1. A Emissora outorgou aos Coordenadores a opção de Distribuição de lote suplementar de até 33.000 (trinta e três mil) Debêntures, correspondentes a 15% (quinze por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400 ("Debêntures Suplementares"), a qual poderia ser exercida pelos Coordenadores, na data de encerramento do Procedimento de Bookbuilding, para atender a um excesso de demanda que viesse a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de Bookbuilding. A opção de Debêntures Suplementares foi integralmente exercida pelos Coordenadores, o que representou um aumento de 33.000 (trinta e três mil) Debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas.

6.3.2. A quantidade de Debêntures a ser distribuída poderia ainda, a critério da Emissora e sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.3.1 acima, ser aumentada em até 44.000 (quarenta e quatro mil) Debêntures, ou seja, em 20% (vinte por cento) das Debêntures inicialmente ofertadas na Emissão, conforme previsto no artigo 14, Parágrafo 2º da Instrução CVM 400, sem a necessidade de novo pedido ou modificação dos termos da Emissão ("Debêntures Adicionais"). A opção de Debêntures Adicionais foi parcialmente exercida pela Emissora o que representou um aumento de 40.985 (quarenta mil, novecentas e oitenta e cinco) Debêntures em relação às Debêntures originalmente ofertadas."



2.1.5 Alterar a Cláusula 6.5 da Escritura de modo que ela passará vigor da seguinte forma:

"6.5 Séries. A Emissão é realizada em duas séries, conforme definido de acordo com a demanda verificada no Procedimento de Bookbuilding, observado o regime de garantia firme para as Debêntures, sendo que 61.385 (sessenta e uma mil, trezentas e oitenta e cinco) Debêntures serão emitidas como Debêntures da Primeira Série e 232.600 (duzentas e trinta e duas mil e seiscentas) Debêntures serão emitidas como Debêntures da Segunda Série, em razão de ter sido verificada demanda de mercado para as Debêntures da Segunda Série no Procedimento de Bookbuilding."

2.1.6 Alterar a Cláusula 6.12.1 e seguintes da Escritura de modo que passarão a vigor da seguinte forma:

6.12.1 Remuneração: As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

[...]

6.12.1.2. Juros Remuneratórios: As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração correspondente à variação acumulada de 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, conforme definido no Procedimento de Bookbuilding, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI Over"), acrescida de um spread ou sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a partir da Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme termos definidos abaixo), conforme o caso, e pagos ao final do Período de Capitalização (conforme termos definidos abaixo), de acordo com a fórmula indicada na Cláusula 6.12.1.6 abaixo ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

[...]

6.12.1.1 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:



$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos ao final do Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{Fator DI} \times \text{Fator Spread}$$

Fator DI = Produtório das Taxas DI Over, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Onde:

k = número de ordem da Taxa DI Over, variando de 1 (um) até n;

n = número total de Taxas DI Over, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada, com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Fator Spread} = \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$



Onde,

Spread ou sobretaxa = conforme apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, equivalente a 1,4000;
 n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série:

- (a) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (b) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (c) o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e

Taxa DI Over deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo."

2.1.7 Alterar a Cláusula 6.12.2 da Escritura de modo que ela passarão a vigor da seguinte forma:

6.12.2 *Remuneração das Debêntures da Segunda Série: A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será calculada conforme disposto nas Cláusulas abaixo:*

[...]

6.12.2.8 *Juros remuneratórios das Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração conforme definida no Procedimento de Bookbuilding, correspondente à 6,00% (seis inteiros por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, devidamente atualizados de acordo com a Cláusula 6.12.2.1. acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão ("Juros Remuneratórios das Debêntures Segunda Série") e, em conjunto com a Atualização da Segunda Série, a "Remuneração das Debêntures da Segunda Série"). Remuneração*



das Debêntures da Primeira Série em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Segunda Série doravante denominadas simplesmente "Remuneração").

[...]

6.12.2.10 O cálculo da Remuneração das Debêntures da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização.

VNa = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento devidamente atualizado de acordo com a Cláusula 6.12.2.1. acima;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros equivalente a 6,0000 conforme apurado no Procedimento de Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série (abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;"

[Handwritten signature]



3. Ratificações

3.1 Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas todas as demais cláusulas, itens, características e condições constantes das Debêntures, conforme previstas na Escritura, que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

4. Disposições Gerais

4.1 Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

4.2 Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 17 de outubro de 2012.

(As assinaturas seguem nas 3 (três) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

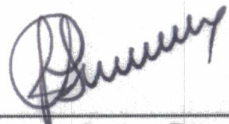


Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, entre a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 1/3.

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central



Nome: *Tatiane Souza Lemes Pamato*
Cargo: *Diretora Financeira e Relações
com Investidores*

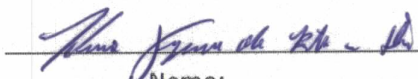


Nome: *Jean Carlos Borges*
Cargo: *Diretor Vice-Presidente de Operações*



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, entre a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 2/3.

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários


Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**



19. OFÍCIO DE NOTAS
Av. Das Américas, 3939 bl.1 li.N, RJ

Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
[H2ymssv1]-PEDRO HENRIQUE RIBEIRO DE...
OLIVEIRA DE BRITO E SILVA....
Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 2012

Em testemunho da verdade.

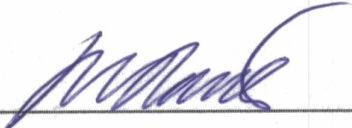
FLAVIO DA SILVA
154-OCHEVENTE


Recebido somente com selo de Fiscalização
Tab. 7.30.36.10.1.10.56.Tab.1.93.41
Fetj.0.86, Funperj.0.21, Funperj.0.21
Matr. 94/109 tal R\$ 5,61



Instrumento Particular de Primeiro Aditamento à Escritura da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, Em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, entre a Companhia de Telecomunicações do Brasil Central, e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – Página de Assinaturas 3/3.

TESTEMUNHAS:


Nome: **Thales Tarré**
CPF/MF: **CPF: 124.327.157-4º**


Nome: **MARCELLA REZENDE A. FERREIRA**
CPF/MF: **080.823.956-21**



19. OFÍCIO DE NOTAS
Av. Das Americas, 3939 bl.1 lj.N. RJ

Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
[H200501]-THALES NEUMUS TARRÉ.....
Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 2012

Em testemunho da verdade.

FLAVIO DA SILVA
OF. ESCRIVENTE
O selo sobreposto com selo de Fiscalização
Tab.1.10.56.Tab.1.93.41
Fund.0.21.Funperj.0.21

19. OFÍCIO DE NOTAS
Flavio da Silva
Escrivente
Matr. nº 04/1006 R\$ 1,51


JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: ED.000.039-6/003
EM 26/10/2012
#COMPANHIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL#

PROTOCOLO: 12/670.653-1


MARILENE DE PAULA GOMES
SECRETARIA GERAL

JUCEMG

AF0751862



[página intencionalmente deixada em branco]

IV - RELATÓRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS DEBÊNTURES

[página intencionalmente deixada em branco]

Data de Publicação: 21 de setembro de 2012

Comunicado à Imprensa

S&P reafirma ratings da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC e atribui rating 'brAA-' à sua futura emissão de debêntures

Analistas: Luísa Vilhena, São Paulo 55-11-3039-9727, luisa_vilhena@standardandpoors.com; Flávia Bedran, São Paulo, (55) 11-3039-9758; flavia_bedran@standardandpoors.com; Marcela Dueñas, Cidade do México (52) 55-5081-4437, marcela_duenas@standardandpoors.com

Resumo

- A CTBC apresentou menor rentabilidade no primeiro semestre de 2012, mas acreditamos que a empresa manterá forte geração de caixa e conseguirá melhorar sua rentabilidade nos próximos trimestres.
- Reafirmamos os ratings 'brAA-' atribuídos na Escala Nacional Brasil à empresa.
- Atribuímos o rating 'brAA-' à futura emissão de debêntures da CTBC.
- Esperamos que a CTBC mantenha um nível de endividamento relativamente estável e apresente geração de caixa crescente nos próximos anos.

Ações de Rating

Em 21 de setembro de 2012, a Standard & Poor's Rating Services reafirmou os ratings 'brAA-' atribuídos à **Companhia de Telecomunicações do Brasil Central** ("CTBC") na Escala Nacional Brasil. Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brAA-' à futura emissão de debêntures da empresa. A perspectiva do rating de emissor é estável.

Fundamentos

Os ratings da CTBC refletem o seu perfil de negócios 'regular' e seu perfil financeiro 'significativo', com liquidez 'adequada'. A empresa mantém métricas de crédito relativamente estáveis e sua base de clientes vem crescendo em todos os segmentos de telefonia, principalmente em função da oferta de pacotes de serviços integrados, apesar de sua exposição à forte concorrência de grandes competidores no setor de telecomunicações.

Avaliamos o perfil de negócios da CTBC como regular, em função do tamanho limitado de suas operações em um setor com forte competição e de sua rentabilidade mais baixa que a de seus pares, apesar de a empresa sustentar uma posição de mercado favorável em sua área de concessão. Com a aquisição da Banda H, a CTBC começou a expandir suas operações para outras cidades próximas à sua área de concessão no final de 2011. Essa expansão demandou maiores investimentos e despesas comerciais e de marketing, o que resultou em uma margem EBITDA de 23,2% nos 12 meses findos em 30 de junho de 2012, comparada a 25,9% no mesmo período do ano passado. Acreditamos que a empresa conseguirá apresentar melhora gradual de sua rentabilidade nos próximos trimestres no segmento de telecomunicações, com crescimento mais significativo de receitas em relação ao crescimento de despesas, em função da entrada de novos clientes em sua base. No entanto, o maior crescimento do seu segmento de Terceirização de Processos de Negócios (BPO) e TI, que apresenta margens menores que às do segmento de telecomunicações, pode pressionar as margens da CTBC.

Avaliamos o perfil financeiro da CTBC como significativo. A empresa mantém métricas de crédito relativamente estáveis, com a geração de caixa crescendo relativamente em linha com a elevação do montante de dívida. Por outro lado, esperamos que a CTBC mantenha um nível elevado de investimentos nos próximos anos, que pode pressionar sua geração de caixa, apesar de projetarmos fluxo operacional de caixa livre positivo. A futura emissão de debêntures da empresa, no montante de R\$ 220 milhões, deve ser utilizada para refinanciamento de parte de sua dívida, alongando o prazo médio de vencimento e reduzindo necessidades de caixa.

Em nosso cenário de caso-base, assumimos um crescimento da receita líquida acima de 10% nos próximos anos, resultante da expansão de suas operações e de um crescimento significativo do segmento de TI. Considerando certa elevação no montante de dívida da empresa com a nova emissão de debêntures e uma recuperação da geração de caixa, a CTBC apresentaria dívida total sobre EBITDA próxima a 1,7x e geração interna de caixa (FFO, na sigla em inglês) sobre dívida de cerca de 55% ao final de 2013.

Liquidez

Acreditamos que a CTBC possui fontes adequadas de liquidez para cobrir suas necessidades de curto prazo, mesmo que ocorra um declínio inesperado em seu EBITDA. Nossa avaliação do perfil de liquidez da empresa incorpora as seguintes expectativas e premissas:

- As fontes de liquidez devem exceder os seus usos em 1,4x ou mais nos próximos 12 a 18 meses.
- As fontes líquidas permaneceriam positivas, mesmo se o EBITDA fosse inferior às nossas projeções em 15%.
- As cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) seriam atendidas mesmo se houvesse uma queda de 30% do EBITDA.

As fontes de liquidez incluem os saldos de caixa de R\$ 137 milhões em 30 de junho de 2012, a geração de caixa medida pelo FFO acima de R\$ 400 milhões e a futura emissão de debêntures no montante de R\$ 220 milhões, que conta com garantia firme. Os usos de liquidez incluem R\$ 180,3 milhões de amortizações de dívida no curto prazo, investimentos, necessidades de capital de giro e distribuição de dividendos, além do pré-pagamento de parte da dívida que deverá ser feito com os recursos da futura emissão de debêntures.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossa expectativa de que a CTBC manterá métricas de crédito estáveis, com baixo nível de endividamento e geração de caixa adequada, apesar do volume elevado de investimentos necessários para sua expansão e de potenciais pressões em suas margens em função da forte competição. Esperamos que a empresa apresente um índice de dívida total sobre EBITDA abaixo de 2x e FFO sobre dívida total acima de 50% nos próximos anos. Uma ação de rating negativa poderia ocorrer se a posição de mercado ou as margens da CTBC deteriorassem de forma significativa em função da forte concorrência, se sua estratégia de expansão fosse mais agressiva do que o esperado, levando a métricas de crédito mais fracas, ou se fosse obrigada a remeter dividendos à sua controladora em níveis significativamente superiores aos verificados nos últimos anos, comprometendo sua liquidez. Uma elevação nos ratings dependeria de uma melhora significativa na nossa visão do perfil de negócios da empresa, mas consideramos que a estratégia de expansão nos próximos anos pode ser um fator positivo.

Artigos Relacionados

- *Methodology And Assumptions: Liquidity Descriptors For Global Corporate Issuers*, 28 de setembro de 2011
- *Criteria Methodology: Business Risk/Financial RiskMatrix Expanded*, 27 de maio de 2009.
- *2008 Corporate Criteria: Analytical Methodology*, 15 de abril de 2008.

- *Key Credit Factors: Business And Financial Risks In the Global Telecommunication, Cable, And Satellite Broadcast Industry*, 27 de janeiro de 2009.

LISTA DE RATINGS

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (CTBC)

Ratings Reafirmados	
<i>Rating de Crédito Corporativo</i>	
Escala Nacional Brasil	brAA-/Estável/--
<i>Rating de Emissão</i>	
1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 250 milhões, e vencimento final em julho de 2014	brAA-
Novo Rating	
Futura emissão de debêntures	brAA-

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completitude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZABILIDADE, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (*due diligence*) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, www.standardandpoors.com / www.standardandpoors.com.mx / www.standardandpoors.com.ar / www.standardandpoors.com.br, www.ratingsdirect.com e www.globalcreditportal.com (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

McGRAW-HILL

[página intencionalmente deixada em branco]

**V - DECLARAÇÃO DA EMISSORA, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

[página intencionalmente deixada em branco]



**DECLARAÇÃO DA EMISSORA
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como categoria B, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, n.º 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 71.208.516/0001-74, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia" ou "Emissora"), vem, no âmbito da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, em regime de garantia firme de colocação, da Companhia ("Debêntures" e "Oferta", respectivamente), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição;
- (ii) o prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") contém, e o prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") conterá, nas suas respectivas datas de divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o formulário de referência da Companhia ("Formulário de Referência") contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;



- (iv) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e
- (v) o Formulário de Referência foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme Instrução CVM 480.

Uberlândia, 18 de setembro de 2012.

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL


Nome:

Cargo:


MÁRCIO ESTEFAF
Diretor

Nome:

Cargo:


TATIANE DE SOUZA LEMES PANATO
DIRETORA

**VI - DECLARAÇÃO DA EMISSORA, PARA FINS DO ANEXO II, ITEM Nº 11, DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

[página intencionalmente deixada em branco]



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ITEM 11 DO ANEXO II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – ALGAR TELECOM, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua José Alves Garcia, 415, Bairro Brasil, CEP 38400-668, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o n.º 71.208.516/0001-74, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**" ou "**Emissora**"), vem, no âmbito da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries, em regime de garantia firme de colocação, da Companhia ("**Debêntures**" e "**Oferta**", respectivamente), a ser realizada sob a coordenação do **BANCO VOTORANTIM S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 14171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ sob n.º 59.588.111/0001 03, na qualidade de coordenador líder da Oferta ("**Coordenador Líder**"), tendo o Banco Itaú BBA S.A. ("**Itaú BBA**") e o Banco Santander (Brasil) S.A., como coordenadores ("**Santander**", e, em conjunto com o Coordenador Líder e com o Itaú BBA, "**Coordenadores**").

DECLARA, por meio desta e nos termos do Anexo II, item n.º 11 da Instrução CVM 400 que seu registro de companhia aberta está devidamente atualizado junto à Comissão de Valores Mobiliários.

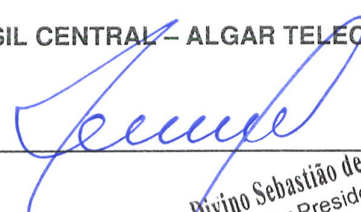
Uberlândia, 05 de setembro de 2012.

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL – ALGAR TELECOM

Nome:
Cargo:


Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira

Nome:
Cargo:


Divino Sebastião de Souza
Diretor Presidente

[página intencionalmente deixada em branco]

**VII - DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

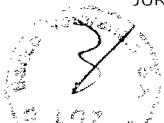
[página intencionalmente deixada em branco]

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

O **BANCO VOTORANTIM S.A.**, constituída sob a forma de sociedade anônima, com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14171, Torre A, 18º andar, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 59.588.111/0001-03, neste ato representado na forma de seu estatuto social, ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela coordenação e colocação da distribuição pública de, inicialmente, 220.000 (duzentas e vinte mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, sob o regime de garantia firme de colocação, da 2ª emissão da **Companhia de Telecomunicações do Brasil Central** ("Companhia"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de setembro de 2012 ("Data de Emissão"), perfazendo o valor total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão, sem considerar as debêntures suplementares que venham a ser emitidas nos termos do artigo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e as debêntures adicionais que venham a ser emitidas nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400 ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), declarar o quanto segue:

Considerando que:

- (i) a Companhia e o Coordenador Líder constituíram assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em agosto de 2012, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou os seus auditores independentes para (i) aplicação dos procedimentos previstos na Norma e Procedimento de Auditoria nº 12, de 7 de março de 2006, emitida pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), com relação ao prospecto preliminar da Oferta ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo; e (ii) emissão de carta de conforto para o Coordenador Líder;
- (iv) foram disponibilizados pela Companhia os documentos considerados, pela Companhia, relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia;
- (vi) a Companhia confirmou ter disponibilizado, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre seus negócios para análise do Coordenador



(vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio do seu assessor legal.

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, que integra o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures, da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

BANCO VOTORANTIM S.A.

Nome:		Nome:	Mário A. Thomazi
Cargo:	José Roberto Salvini PROCURADOR	Cargo:	Diretor